



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

HENRIQUE MAGNO OLIVEIRA DE BRITO

**O PESCADOR ARTESANAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO E A EFETIVIDADE DO
DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO TRABALHO**

São Cristóvão/SE
2018

HENRIQUE MAGNO OLIVEIRA DE BRITO

**O PESCADOR ARTESANAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO E A EFETIVIDADE DO
DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nas relações sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva

São Cristóvão/SE

2018

HENRIQUE MAGNO OLIVEIRA DE BRITO

**O PESCADOR ARTESANAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO E A EFETIVIDADE DO
DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nas relações sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva

Dissertação defendida em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva – UFS
Universidade Federal de Sergipe
Presidenta-Orientadora

Prof. Dr. Augusto César de Leite Carvalho – UNB
Universidade de Brasília
1º Examinador – Externo

Prof. Dr. Francesco Pérez Amorós - UAB
Universidade Autônoma de Barcelona
2º Examinador – Externo

Somos um povo novo
(Darcy Ribeiro)

AGRADECIMENTOS

Decidi fazer a inscrição no curso de mestrado para viver novamente os ares da universidade, mal podia eu imaginar que a vida mudaria tanto ao longo desses dois anos. Meus olhos hoje enxergam um horizonte tão distinto e tão bonito, incapaz de ser descrito. A minha gratidão primeira, então, vai ao responsável por me oportunizar esse momento, vai para o povo brasileiro, esse povo bonito e mestiço do qual eu sou parte. Foi esse povo que a custa de muito suor e esforço me proporcionou a oportunidade de estudar gratuitamente na Universidade Federal de Sergipe.

No âmbito do estudar, agradeço a todas as professoras e professores que me proporcionaram, ao longo da jornada, o despertar pelo caminhar por novas ideias, em especial à professora e orientadora Luciana Aboim. Agradeço, também, a cada servidor público dessa instituição.

Com amor fraterno, meu agradecimento especial vai para ti, Professora Jane Tereza. Obrigado especial por partilhar o prazer de ver a imensidão do belo nas coisas simples. Gratidão por me apresentar o rio São Francisco num ângulo diferente, onde pude sentir a cada viagem a grandiosidade do sertão do qual também sou filho. Se escrevi sobre o rio e sobre aqueles que ali vivem, esse resultado é semente de tua árvore.

Minha gratidão serena à amiga Monaliza Vila Nova - “Mona”, aos amigos Thiago Menezes – “Caju”, a Francisco Avelar “Vela”. Sem vocês eu não poderia ter feito o mestrado. Obrigado por partilharem o mais que sagrado fruto de seus trabalhos para que eu pudesse me afastar e continuar a cumprir os compromissos da vida como um todo. Agradeço a nossas conversas, orientações e correções que se fazem presentes nesse estudo. Minha gratidão a todos que compõem o nosso escritório. À Maria Laise, Danielle Reis, Beatriz Espírito Santo, Juliana D’Ark e Paula Valverde. Vocês contribuíram para que esse momento acontecesse. Gratidão também aos amigos: José Luiz Jaborandy, Tito Basílio, Pedro Silva, Thiago Santana, Tobias Basílio e às minhas irmãs kenia, Keila e Camila Nágila.

Aos amigos que fiz no mestrado, gostaria de agradecer à Émile, Valquíria, Vinícius, Hermano. Gratidão por terem me auxiliado nesse caminhar. Outro obrigado vai para meu amigo, compadre e irmão Emanuel. Você segurou as broncas para mim

em muitos momentos. Obrigado à professora Clara Machado, à professora Karyna Sposato, ao professor e amigo-irmão Humberto Góes, ao cunhado e amigo Lucas Carvalho e à Thayse Edith. Suas ideias, correções, sugestões e seus conselhos me ajudaram, singularmente, a construir o presente estudo.

Gratidão à ONG – Canoa de Tolda e especialmente a Carlos Eduardo Ribeiro Júnior, “Cadu”, pelas viagens históricas e físicas ao longo do São Francisco. “Cadu”, tu és um dos grandes guardiões desse paraíso que é o Velho Chico.

Minha gratidão ao meu pai, Alexandre Magno, pelo exemplo de sabedoria, persistência e coragem. Agradeço também aos meus três irmãos, Marina, Daniel e Matheus. Vocês são um grande presente para mim. A você minha mãe, Catarina Labouré, meu agradecimento lá do coração. Em um momento tão difícil com a perda e a doença de Sheik, você me ajudou a seguir; a senhora se fez presente com o amor que só uma mãe tem e pode oferecer.

A você, Kelly Helena, não tenho como agradecer; você escutou cada linha, cada palavra e letra que compõe o texto adiante. Incentivou-me a continuar escrevendo quando a ansiedade batia à porta; você me emprestou uma das coisas mais belas: a escuta, e me deu também algo sagrado: conselhos. Obrigado meu amor.

Eu dedico esse trabalho a todos os pescadores e pescadoras, a todos os ribeirinhos do São Francisco. Meu obrigado sereno.



(O pescador Cosme e Samuel - foto 01 – Foto do Autor desta Dissertação – baixo São Francisco – Niterói/Sergipe)

“Corre um boato na beira do rio/ Que o velho Chico pode morrer/ Virar riacho e correr Pro nada,/ Viajando por temporada/ Quando a chuva do meu Deus/ Dará chegar, dará chegar/ Já dizia Frei Luiz de Xiquexique/ Quão chique é ter/ Um rio pra nadar a correr/ Quão chique é ter/ Um rio pra pescar e pra beber/ Não deixe morrer/ Não deixe o rio morrer/ Se não que será de mim ?/ Que só tenho esse rio pra viver/ Que será ?/ Que será de mim ?/ Que será de José serafim ?/ Qual será o destino do menino ?/ Que nasceu e cresceu aprendendo a pescar surubim/ Não deixe morrer/ Não deixe o rio morrer/ Se não morre o ribeirão/ De fome, de sede, de sei lá o quê/ Se não morre o ribeirão/ De fome, de sede, de sei lá o quê.” [Canção: Boato Ribeirão, composição de Nilton Freitas, Wilson Freitas e Wilson Duarte]

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a efetividade do direito ao trabalho dos pescadores artesanais do baixo São Francisco. Reflete-se sobre as causas e os obstáculos à efetivação dos direitos humanos a partir das contribuições teóricas de Joaquim Herrera Flores (2009), Boaventura de Sousa Santos (2002) e Oscar Vilhena Vieira (2017) e o reflexo da inefetividade no mundo do trabalho contemporâneo. Examina-se o trabalho do pescador artesanal, especificamente as características presentes no modo de vida desses trabalhadores, o panorama do baixo São Francisco, além das consequências advindas do modelo de desenvolvimento econômico aplicado à região através da construção e do funcionamento das hidrelétricas. Sendo assim, o problema central investigado neste estudo, apresenta-se no seguinte questionamento: Na visão dos pescadores e pescadoras artesanais do baixo São Francisco, a efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho está prejudicada em virtude dos danos ambientais causados pela construção das usinas hidrelétricas ao longo desse rio? Estabelece-se como hipótese que o funcionamento do conjunto de usinas hidrelétricas da CHESF tem obstado a efetividade do direito ao trabalho dos pescadores, sendo que a política de desenvolvimento nacional promove a sobreposição dos interesses econômicos das classes dominantes em detrimento dos interesses de proteção ambiental do rio e de proteção social ao trabalho dos pescadores artesanais da região. Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa exploratória. Seus procedimentos são bibliográfico, documental e estudo de campo com a aplicação de entrevistas, que acompanham todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: direito humano e fundamental ao trabalho; ambiente ecologicamente equilibrado; pescadores artesanais; efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the effectiveness of the right to work of artisanal fishermen from the lower São Francisco. The causes and obstacles to the effectiveness of human rights is reflected from the theoretical contributions of Joaquim Herrera Flores (2009), Boaventura de Sousa Santos (2002) and Oscar Vilhena Vieira (2017) and the reflection of ineffectiveness of contemporary work in the world. The work of the artisanal fisherman is examined, specifically the characteristics present in the way of life of these workers, the panorama of the baixo São Francisco, and the consequences of the economic development applied to the region through the construction and operation of hydroelectric. Thus, the central problem investigated in this study is the following question: In the view of artisanal fishermen from the baixo São Francisco, is the effectiveness of the fundamental human right to work hampered by the environmental damages caused by the construction of the hydroelectric along this river? It is established as hypothesis that the operation of the set of CHESF hydroelectric has hindered the effectiveness of the fishermen's right to work, and the national development policy promotes the overlapping of the economic interests of the ruling classes to the detriment of the environmental protection interests of the river and social protection of artisanal fishermen work in the region. With regard to the methodology, it is an exploratory research. Their procedures are bibliographic, documentary and field study with the application of interviews, which accompany all stages of research development.

Keywords: fundamental human right to work; ecologically balanced environment; artisanal fishermen; effectiveness of fundamental human right.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1. O DIREITO HUMANO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO.....	12
1.1 Considerações teóricas iniciais sobre a efetividade dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais.....	13
1.2 O Trabalho, um Direito Humano e Fundamental.....	28
1.2.1 O Trabalho no mundo ocidental contemporâneo.....	29
1.2.2 Aspectos da historicidade normativa do trabalho como direito humano e fundamental.....	41
1.2.4 O Direito ao Trabalho e a sua da efetividade.....	48
2. O TRABALHO DO PESCADOR ARTESANAL E O MEIO AMBIENTE	55
2.1 As características do trabalho na pesca artesanal e o <i>trabalho vivo</i> dos pescadores.....	58
2.2 A proteção jurídica do pescador artesanal brasileiro.....	67
2.2.1 Aspectos históricos do processo de luta dos pescadores e pescadoras artesanais, a Constituição de 1988 e a atuação ministerial.....	68
2.2.2 A regulamentação do seguro desemprego dos pescadores e pescadoras artesanais.....	73
2.2.3 A regulação da pesca artesanal pelo Código de Pesca de 1934, 1967 e 2009	79
2.3 A pesca artesanal e o direito ao trabalho digno em um ambiente ecologicamente equilibrado.....	83
3. A PESCA ARTESANAL NO BAIXO SÃO FRANCISCO E AS CONSEQUÊNCIAS DO PARADIGMA DOMINANTE MODERNO.....	94
3.1 Do paradigma dominante moderno às consequências estabelecidas entre a sociedade, o trabalho e o meio ambiente.....	95
3.2 O modelo de desenvolvimento econômico do paradigma dominante e a extinção da pesca artesanal do baixo São Francisco.....	103
3.3 Os efeitos do paradigma dominante moderno diante da violação do Direito ao Trabalho e do Direito Ambiental no baixo São Francisco.....	120

3.3.1 Os efeitos da extinção da pesca artesanal sobre a cultura e a vida desses trabalhadores.....	121
3.3.2 Os efeitos do paradigma dominante na atuação do Poder Judiciário frente aos conflitos dos pescadores artesanais no baixo São Francisco.....	127
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXO.....	157

INTRODUÇÃO

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. [Paulo Freire, 2000, p. 33]

Muito se tem discutido no âmbito das principais organizações internacionais de proteção aos direitos humanos, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a degradação socioeconômica e ambiental do planeta Terra, apontando-se para a necessidade de transformação desse cenário e mudanças nos padrões de produção e consumo de bens e serviços que se direcionam, exacerbadamente, à acumulação de capital.

Não obstante o desenvolvimento normativo de proteção aos direitos humanos, ocorrido após a segunda guerra mundial, o panorama de injustiça social é onipresente em nível global e se evidencia através de vários dados, tais como os aferidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que no estudo *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017*¹, observou que entre 2015 e 2016 o número de pessoas acometidas por fome aumentou de 777 milhões para 815 milhões, totalizando cerca de 11% da população mundial.

Asseverando esta realidade, o relatório da OIT, *Perspectivas sociais e do emprego no mundo - Tendências de 2017*², registrou que a taxa mundial de desemprego em 2017 teria um aumento de 3,4 milhões de pessoas, e, ainda, a previsão para 2018 é que esta quantidade ultrapasse 201 milhões de pessoas, totalizando mais um acréscimo de 2,7 milhões de desempregados.

Esses preocupantes índices são descendentes diretos do modelo socioeconômico vigente, conforme qualifica Juarez Freitas (2016, p. 26), são “subprodutos da cultura da insaciabilidade patrimonialista,” que se estabelecem como fator determinante na consolidação das relações sociais e nas interações entre os seres humanos e a natureza.

¹ Disponível em: <<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

² Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_541363/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 04 jul. 2017.

Nessa linha, Karl Polanyi (2000, p. 9) ensina que a manutenção de uma sociedade de mercado que considera como real o que em sua essência é uma ficção, ou seja, na medida em que o capitalismo credencia como mercadoria o trabalho, a terra e a moeda, ao invés de qualificá-los como condição de produção, finda por comprometer a efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Atado ao citado processo de mercantilização, acrescenta Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 16) que o determinismo científico ocidental e a aplicação utilitarista dos recursos naturais, aprimorados pelos padrões da ciência cartesiana, a partir do século XVI, interagiram e promoveram um colonialismo do homem nas dimensões epistemológicas e societal, e este processo, ao longo dos séculos, culminou no que o autor português define como crise do paradigma dominante.

A propósito, convém destacar que a noção de paradigma dominante³, em razão dos ensinamentos de Sousa Santos, nesta pesquisa é empregada com o designo de identificar as causas do quadro do desequilíbrio atualmente vivido pela humanidade, representando o conjunto dos padrões científico-sociais modernos estabelecidos nas relações entre os seres humanos, a sociedade e a natureza.

Segundo salienta Alain Supiot (2014, p. 30-31), o declínio da soberania estatal e a inefetividade da promoção da justiça social nos domínios internos dos países, ocorrem em virtude do sobrepujamento da globalização e dos interesses capitalistas, fazendo com que o direito ao gozo de uma vida digna seja, cada vez mais, ultrajado. E tal transgressão se consolida na atualidade, principalmente, pelo esvaziamento das tutelas laborais e do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Todo este processo é cíclico e favorece o caminho descompassado à efetividade dos direitos humanos e fundamentais, fomentando o consumismo,

³ O termo paradigma foi popularizado na década de 70 por Thomas Kuhn (1998, p. 17) e se expandiu com Pirages e Ehrlich (1974, p. 344 *apud* Silva, 2011, p. 13) ao cunharem o conceito de "paradigma social dominante", definindo-o como o conjunto de normas, crenças, valores e hábitos que instituiu a visão de mundo e modelos de relacionamentos ordinariamente aceitos, internalizados e difundidos dentro da sociedade. Para Sousa Santos (2002, p. 25) o paradigma dominante societal é representado pela sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente.

as democracias não participativas e um sistema produtivo que é, preponderantemente, predatório quanto ao uso dos recursos naturais, alheio, em sua maioria, à ideia de desenvolvimento sustentável⁴, fazendo perpetuar o tão conhecido quadro de injustiça social.

Este cenário global influencia sistemicamente também os panoramas regionais, alterando os modos de vida locais diante das degradações e violações aos direitos humanos e fundamentais. Ao contextualizar o paradigma moderno em nível global, destaca-se que, trazendo a análise ao âmbito regional, esta pesquisa tem como escopo examinar a efetividade do direito fundamental ao trabalho, especificamente, referindo-se ao caso dos pescadores artesanais do baixo São Francisco⁵ que, diante do modelo de desenvolvimento econômico aplicado no Brasil, a partir do funcionamento do conjunto de hidroelétricas, veem comprometida a manutenção da própria vida.

Para a exposição do problema regional dos pescadores artesanais do baixo São Francisco com relação à efetividade do direito ao trabalho dos mencionados pescadores, a presente pesquisa busca examinar e discorrer sobre a lógica de funcionamento e o modo de vida dos pescadores, representantes do exercício do trabalho vivo e da livre pesca artesanal, outrora, estabelecida como principal atividade econômica das comunidades ribeirinhas. E, em contraponto, observa-se também o que o sistema econômico, constituído pelo Estado e da pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), tem acarretado ao rio.

Deste modo, o problema central a ser investigado no decorrer deste estudo, apresenta-se no seguinte questionamento: Na visão dos pescadores e pescadoras artesanais do baixo São Francisco, a efetividade do direito humano

⁴ Aqui se refere ao conceito de sustentabilidade pluridimensional de Juarez Freitas (2016, p. 59-78), abrangendo as dimensões: social, ética, jurídico-política, econômica e ambiental.

⁵ Segundo Ana Rieper, para fins de planejamento a bacia do São Francisco foi dividida em quatro regiões, Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. (2003, p. 54). No baixo São Francisco se encontra a hidrelétrica de Xingó que é a usina com maior potencial de geração de energia do nordeste, situa-se entre os estados de Sergipe e Alagoas, a 12 km do município de Piranhas (AL) e a 6 km do município de Canindé do São Francisco (SE), conforme destaca Antenor Netto (2015, 115). Este mesmo autor (NETTO, 2015, p. 115) salienta que o baixo São Francisco no estado de Alagoas ocupa uma área de 14.286,56 km², ou seja, 51,45% do território do estado. Em Sergipe a área ocupada é de 7.289,86 km², o que corresponde a 33,06% da área estadual.

e fundamental ao trabalho está prejudicada em virtude dos danos ambientais causados pela construção das usinas hidrelétricas ao longo desse rio?

Neste diapasão, a partir da observação *in loco*, através de viagens realizadas para o baixo São Francisco e do estudo realizado, estabelece-se como hipótese que o funcionamento do conjunto de usinas hidrelétricas da CHESF tem obstado a efetividade do direito ao trabalho dos pescadores, sendo que a política de desenvolvimento nacional promove a sobreposição dos interesses econômicos das classes dominantes em detrimento dos interesses de proteção ambiental do rio e de proteção social ao trabalho dos pescadores artesanais da região.

E para executar o estudo, com o fito de construir uma reflexão descritiva e crítica sobre o tema, metodologicamente, fez-se uso das técnicas de pesquisa documental, em razão da necessidade de analisar o que tem sido observado e concluído por estudiosos que outrora se debruçaram sobre o tema.

Além disso, tendo em vista a necessidade de se examinar e analisar com maior propriedade a realidade socioambiental disposta ao longo do baixo São Francisco, realizou-se uma pesquisa exploratória para o reconhecimento da realidade através de visitas ao leito rio, sendo realizadas viagens a bordo da embarcação da organização não governamental, Cano de Tolda – Sociedade Socioambiental do baixo São Francisco⁶, nos dias 5 de setembro de 2016; 10 de outubro de 2016; 14 novembro de 2016; 23 de dezembro de 2016 e 27 de julho de 2017.

Os locais visitados foram o município de Pão de Açúcar/AL, o distrito de Niterói/SE; o povoado Mato da Onça/AL; o município de Propriá/SE e o município de Porto Real do Colégio/AL, sendo mantido contato com a comunidade de ribeirinhos e catalogados registros fotográficos relativos aos cenários ambientais, conforme apresentado no anexo A, os quais auxiliaram na construção das percepções, perguntas e repostas dispostas ao longo dessa dissertação.

⁶ Informações sobre a atuação da Cano de Tolda – Sociedade Socioambiental do baixo São Francisco através do site: <<http://canoadetolda.org.br/>>. Acesso em 10 de mai. 2016.

Isto posto, antes de adentrar ao quadro sinóptico dos capítulos desta dissertação, ressalva-se que o conceito de trabalho aqui utilizado, não está limitado à noção de trabalho assalariado e subordinado, ou seja, não se restringe ao conceito padrão estabelecido nas relações de emprego. Grande parte do que fora dissertado mais à frente sobre o que é trabalho adveio além da análise teórica, da tentativa de transcrever qual a percepção de trabalho apresentada pelos pescadores e pelas pescadoras artesanais do baixo São Francisco.

Quanto às reflexões teóricas sobre a concepção de trabalho, destacou-se o estudo sobre as lições de Enrique Dussel (2000), Leonardo Wanderli (2009; 2012; 2103), Maria Hemília Fonseca (2006), Gabriela Neves Delgado (2013; 2015); Ricardo Antunes (2009) e Karl Marx (1975; 2008; 2013), de maneira que o labor aqui é concebido pela vertente do “trabalho vivo”. Admitindo-se a noção de subordinação na pesca artesanal como um fator que vai além das relações contratuais, ou seja, a subordinação é entendida como a sujeição dos pescadores às condições ambientais do rio São Francisco, até porque, no caso em comento, o meio ambiente natural representa o próprio ambiente laboral destes trabalhadores.

A inquietude ora propulsiva, que se alimenta em grande parte pelo contato direto com o rio São Francisco e com os pescadores, é desenvolver uma pesquisa acadêmica a partir da descrição densa, anunciada por Clifford Geertz (1989, p. 31), que interpreta o que se vê, ouve e percebe, sendo capaz, então, de analisar as reais causas obstativas à efetividade do direito ao trabalho dos pescadores. Sendo assim, busca-se ao longo de todo o texto, construir uma reflexão crítica, não indolente e esperançosa por uma justiça social, esteada numa partilha que descritivamente dá notoriedade e externaliza a vítima

Cuida-se, então, em desenvolver o enfrentamento descritivo das causas e consequências decorrentes da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza, e, assim, pelo fato de o sistema capitalista ser o dominante, investiga-se as repercussões deste sistema sobre a crise socioeconômica e ambiental e, por conseguinte, as repercussões no direito fundamental ao labor dos pescadores do baixo São Francisco.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho em prol do pescador artesanal, a partir da própria percepção desse trabalhador. Consequente, os objetivos específicos aqui levantados são três, sendo o primeiro examinar a efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho sob a perspectiva da teoria crítica. O segundo é examinar o trabalho do pescador e a sua relação com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a forma como esses bens/recursos vêm sendo tutelados pelo ordenamento jurídico nacional. O último objetivo específico é analisar as violações que os pescadores artesanais têm suportado no baixo São Francisco e quais as consequências daí advindas. Cada objetivo acima citado é apreciado, respectivamente, nas ordens de cada um dos três capítulos a seguir.

Assim, o primeiro capítulo tem como objetivo, a partir da teoria crítica dos direitos humanos de Joaquim Herrera Flores (2009) analisar, comunicando-se com os preceitos da teórica contra-hegemônica de Sousa Santos (2002) e parte da teoria convencional, apresentada aqui principalmente por Oscar Vilhena Vieira (2017) e expor as causas e obstáculos que impedem a efetividade dos direitos humanos e fundamentais. Analisando-se, também, na sequência o que é, o que representa e no que tem se tornado o trabalho no mundo contemporâneo. Sendo vista na última parte desse capítulo a evolução ao longo dos anos dos sentidos e conceitos desse direito fundamental, a constitucionalização do direito ao trabalho e as questões que envolvem a sua efetividade.

No segundo capítulo se discorre e examina o trabalho do pescador artesanal, analisando as características presentes no modo de vida desses trabalhadores. Na sequência, abordam-se os aspectos históricos da formação da tutela jurídica especificamente voltada para o pescador artesanal, bem como os principais óbices enfrentados por esses trabalhadores no que tange ao acesso aos direitos sociais e às políticas implementadas pelo Estado.

O terceiro e último capítulo analisa o panorama específico do baixo São Francisco e as consequências advindas do modelo de desenvolvimento econômico aplicado à região através da construção e do funcionamento das hidrelétricas. Assim, baseando-se na teoria da Sousa Santos (2002; 2008),

utiliza-se a concepção de paradigma dominante como forma de abranger teoricamente o cenário de violações de direitos suportado pelos pescadores artesanais. Nesta parte do trabalho, é respondida a questão principal, anteriormente citada, bem como analisadas as consequências que os danos socioambientais têm acarretado ao Poder Judiciário.

Com efeito, por fim, destaca-se que a justificativa da escolha e do desenvolvimento do tema desta pesquisa se dá em razão do objetivo de promover o evidenciamento e a externalização das vítimas, no caso, os pescadores artesanais, bem como a partir dos discursos destes, demonstrar que eles têm capacidade de apontar conclusões e interpretações acerca do que estão vivendo, formulando assim, em parte, uma forma de emancipação social.

1. O DIREITO HUMANO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO.

Sim todo amor é sagrado/ E o fruto do trabalho/ É mais que sagrado meu amor [Amor de índio, composição Milton Nascimento]

Neste primeiro capítulo se analisa as perspectivas teóricas acerca da efetivação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, dando-se especial atenção ao bem e ao direito que compõem o objeto central de discussão do presente estudo, sendo assim o trabalho e o direito ao trabalho.

De início são desenvolvidas reflexões a respeito dos conceitos, das diretrizes teóricas e dos obstáculos à efetividade dos direitos humanos e fundamentais. A teoria crítica, neste momento, dentre a teoria convencional e a contra - hegemônica, é eleita a protagonista.

Essa escolha se dá em razão dessa teoria ser combativa às mazelas socioeconômicas e ambientais. Em termos comparativos à teoria convencional, ela apresenta maior anseio de emancipação social e à teoria contra - hegemônica, evidencia preceitos com possibilidades mais intensas de concretude no plano teórico e prático.

Assim, dar-se ênfase às lições de Joaquim Herrera Flores (2009), um dos principais estudiosos da perspectiva crítica dos direitos humanos, sem deixar de realizar os paralelos com as lições de outros autores, como: Oscar Vilhena Vieira (2008; 2017), Alain Supiot (2014; 2016) e Boaventura de Sousa Santos (2002; 2008; 2013), os quais, embora possuam visões com níveis de profundidade dispares no debate teórico do Direito, em suas lições, muitas das vezes, dialogam sobre os mesmos pontos.

No segundo momento deste capítulo, a discussão recai sobre o trabalho no mundo ocidental contemporâneo, o direito ao trabalho e a sua natureza jurídica multifacetada, expondo as previsões normativas existentes no ordenamento jurídico brasileiro e estrangeiro.

No desfecho dessa parte, discorre-se sobre as causas que obstam a inefetividade do direito ao trabalho, dando-se ênfase ao conceito “trabalho vivo”, aqui alçado sob a ótica de Karl Marx (1975; 2008), Enrique Dussel (2000); Gabriela Neves Delgado (2013; 2016) e Leonardo Wanderlli (2012; 2013).

1.1 Considerações teóricas iniciais sobre a efetividade dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais

A Constituição Federal de 1988 contempla uma diversidade de termos empregados pelo constituinte, que ao elencar os princípios e as garantias que estruturam o Estado Democrático de Direito brasileiro fez uso de múltiplas expressões, tais como: direitos humanos, direitos e garantias fundamentais e direitos fundamentais da pessoa humana.

Essa variedade terminológica, diante das diferenças existentes entre as categorias jurídicas dos direitos humanos¹ e direitos fundamentais², é criticada por alguns juristas, e nas palavras de Ingo Wolfgang Sarlet (2009, p. 68) representa “a falta de rigor científico e de uma técnica legislativa adequada, de modo especial no que diz com a terminologia utilizada.”

Presentemente, embora a descrição dos conceitos desses direitos não represente um discurso acadêmico inovador, faz-se apropriado uma sucinta explanação para compreender que o direito ao trabalho, foco da presente pesquisa, classifica-se, simultaneamente, como direito humano e fundamental. Registra-se, de antemão, que um denso debate sobre essas categorizações não é objeto deste estudo.

Nesse sentido, Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva (2008, p. 21), em sua tese de doutorado sobre o *Direito Social do trabalhador ao salário justo*, ratifica essa possibilidade, destacando que um determinado direito pode ser qualificado ao mesmo tempo como humano e fundamental, desde que seja observada a titularidade do sujeito e a comunicabilidade com a dignidade da pessoa humana.

A jurista, para melhor explanação, traça um exemplo a partir da lição abaixo:

Em nossa concepção, a nomenclatura *direitos fundamentais* deve ser utilizada de forma genérica para se referir aos direitos de essência fundamental, como o próprio nome indica, reconhecidos no sistema jurídico interno de um Estado, ao passo que o termo *direitos humanos* deve ser empregado apenas para os direitos titularizados por ser humano,

¹ Segundo, André Carvalho Ramos (2013, p. 23) e José Cláudio Monteiro de Brito Filho (2004, p. 37) os direitos humanos podem ser entendidos como o conjunto de direitos essenciais à vida digna e indispensáveis à preservação da dignidade humana. Ademais, Oscar Vilhena Vieira (2017, p. 43) ressalta que, embora a previsão normativa dos direitos humanos tenha se manifestado em diversos ordenamentos jurídicos ao longo dos séculos de revoluções, a terminologia é recente, revelando-se expressamente na Declaração Universal de 1948, após a Segunda Guerra Mundial.

² Os direitos fundamentais, nas lições de Vieira (2017, p. 31), devem ser entendidos como “o conjunto de direitos da pessoa humana expressa ou implicitamente reconhecidos por determinada ordem constitucional.”

aproximando-os do supraprincípio da dignidade da pessoa humana e excluindo-os do seu âmbito, portanto, pessoas jurídicas. Em outras palavras, a locução direitos fundamentais possui acepção que abrange direitos humanos. Destarte, por exemplo o salário justo por ser pertinente à pessoa do trabalhador é direito humano e direito fundamental, podendo ser usadas ambas as expressões sinônimas, enquanto a livre iniciativa é apenas um direito fundamental (SILVA, 2008, p. 21-22).

Complementando o raciocínio acima exposto, quanto à referida qualificação simultânea, José Cláudio Monteiro de Brito Filho (2004, p. 35) ao tecer as distinções entre direitos humanos e fundamentais, de maneira similar ao explanado por Aboim M. G. da Silva (2004, p. 35), informa que a paridade nem sempre ocorrerá, observando que:

Não obstante, para nós, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais tenham definições baseadas na necessidade de seu reconhecimento como forma de garantir a dignidade da pessoa humana, eles diferem no sentido de que nem sempre haverá coincidência entre ambos, pois, além de ser comum que, no plano interno dos Estados, nem todos os Direitos Humanos consagrados no plano internacional sejam reconhecidos, é comum também que alguns direitos só sejam reconhecidos como fundamentais em algum ou alguns Estados.

Acrescendo às definições, as diferenças existentes entre essas duas categorias normativas, em apertada síntese, Aboim M. G. da Silva (2008, p. 21) assevera a presença de três vertentes doutrinárias³, destacando o domínio teórico da seguinte corrente:

[...] se os direitos estão previstos em norma constitucional, são *direitos fundamentais* e, se concebidos em norma internacional, são *direitos humanos*. Os autores dedicados ao estudo do Direito Constitucional preferem a expressão primeira, enquanto os internacionalistas utilizam mais a segunda.

³ As duas outras vertentes destacadas pela supracitada jurista (SILVA, 2008, p. 20-21) afirmam respectivamente o seguinte: a) A partir da concepção do direito natural se defende que “os *direitos humanos* são inerentes à condição humana, o que possibilita a sua exigência em qualquer tempo e lugar. Já os *direitos fundamentais* dependem de positivação porque atendem às necessidades próprias de uma época e de certo estágio da cultura. Essa corrente faz uma *distinção rígida entre direitos humanos e direitos fundamentais*, desconsiderando a existência de *direitos humanos* que estão positivados em normas constitucionais como *direitos fundamentais*.” b) o terceiro posicionamento diz que a definição direitos humanos fundamentais é “a melhor terminologia porque são inerentes à pessoa e reconhecidos no ordenamento jurídico de um Estado. Essa designação, em nosso pensar, dá ensejo ao entendimento equivocado de que todos os *direitos fundamentais* são *direitos humanos*.”

A par do exposto acerca das prescrições da doutrina convencional dos direitos humanos e fundamentais, é plausível a identificação de um direito na qualidade simultânea de direito humano e direito fundamental. As lições, exames e observações a seguir, independentemente de estarem direcionadas a somente uma dessas duas divisões do direito, incidem integralmente sobre a concepção aqui estudada de direito ao trabalho.

Adentrando, então, ao foco dessa etapa do capítulo, em virtude de transgressões contínuas aos direitos indicados nos parágrafos anteriores e das ameaças ao Estado de Direito⁴, é essencial abordar a problemática da efetivação dos direitos humanos e fundamentais com base na teoria crítica⁵.

De início, é preciso atentar que malgrado a teoria crítica recaia em desfavor de parte da doutrina tradicional⁶, aquela não tem o objetivo de negar por inteiro as lições desta última. Assim, revelam os ensinamentos de Herrera Flores (2009, p. 31), a importância de todo o esforço internacional que culminou na construção da Declaração de 1948 e no arcabouço jurídico cujo intento é tutelar a dignidade da vida, não pode ser desconsiderado.

Neste desígnio, seguindo Herrera Flores (2009, p. 31), destaca-se que o objetivo da teoria crítica “não é rechaçar de plano o conjunto de boas intenções dos que lutam pelos direitos segundo as pautas da doutrina jurídica tradicional”, mas

⁴ O Estado de Direito, segundo os ensinamentos de Oscar Vilhena Vieira, apresenta conteúdo multifacetado que em resumo pode ser entendido como uma ferramenta a ser utilizada para combater o uso arbitrário do poder. Para este autor (VIEIRA, 2008, p. 186), é justamente por isto que o Estado de Direito é “defendido por democratas, liberais igualitários, neoliberais e ativistas de direitos humanos.” Conforme destaca Vieira, “Tendo em vista que o Estado de Direito é um conceito multifacetado, se usarmos cada um de seus elementos constitutivos separadamente, eles serão extremamente valiosos na promoção de valores ou interesses diferentes e muitas vezes concorrentes, como eficiência de mercado, igualdade, dignidade humana e liberdade.”

⁵ A teoria crítica conforme destaca Joaquim Herrera Flores está pautada numa perspectiva que se indigna com a perpetuidade de diversas violações. Neste sentido, o jurista (2009, p. 25) apresenta sintética definição da teoria crítica a partir da seguinte reflexão: “A deterioração do meio ambiente, as injustiças propiciadas por um comércio e por um consumo indiscriminado e desigual, a continuidade de uma cultura de violência e guerras, a realidade das relações transculturais e das deficiências em matéria de saúde e de convivência individual e social que sofrem quatro quintos da humanidade obrigam-nos a pensar e, conseqüentemente, a apresentar os direitos desde uma perspectiva nova, integradora, crítica e contextualizada em práticas sociais emancipatórias.”

⁶ A doutrina tradicional ou teoria convencional, também chamada de hegemônica representada nas lições de Vieira (2017, p. 44), define os direitos humanos na qualidade de “direitos universais, indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes” que incluem em seu âmbito os “direitos civis e políticos (ligados à noção de liberdade)”, bem como “os direitos econômicos, sociais e culturais (mais relacionados com a igualdade)”. Em paralelo, na visão crítica da teoria contra-hegemônica de Sousa Santos (2013, p. 53-54) a teoria convencional é definida pelas seguintes características: “os direitos são universalmente válidos independentemente do contexto social, político e cultural em que operam e dos diferentes regimes de direitos humanos existentes em diferentes regiões do mundo; partem de uma concepção de natureza humana como sendo individual, autossustentada e qualitativamente diferente da natureza não humana.”

combater as propensões teóricas que se manifestam com neutralidade “em relação às condições reais nas quais as pessoas vivem.”

Logo, o que se objetiva é discutir as violações aos direitos e os caminhos possíveis de superação em prol da efetividade deles. E para tanto, faz-se necessário, a priori, combater o que o jurista espanhol (FLORES, 2009, p. 27) destaca como o costume teórico que estabeleceu o Direito na lógica do “Direito a ter direitos”, respaldando a indispensabilidade de encerrar o “círculo vicioso e simplista que ao falar dos direitos finda no mesmo ponto”.

Noutra vertente, em anseio mais crítico e cético à quase totalidade dos padrões vigentes, Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 28) aponta a necessidade de se desenvolver uma teoria contra-hegemônica⁷, oposta aos padrões ora vigentes de aplicação dos direitos humanos. Para o autor português (SOUSA SANTOS, 2013, p. 42), no plano fático, a maior parte das pessoas no mundo não são “sujeitos de direitos humanos”, mas sim “objeto de discursos de direitos humanos.”

Na continuação de suas exposições, Sousa Santos (2013), diferindo das lições de Herrera Flores (2009, p. 31), desaprova com mais severidade⁸ a teoria convencional dos direitos, chamando o leitor a refletir os seguintes questionamentos:

[...] deve, pois começar por perguntar-se os direitos humanos servem eficazmente a luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário, a tornam mais difícil. Por outras palavras, será a hegemonia de que goza hoje o discurso dos direitos humanos o resultado de uma vitória histórica ou, pelo contrário, de uma derrota histórica? Por que há tanto sofrimento humano injusto que não é considerado uma violação dos direitos humanos? Que outras linguagens de dignidade humana existem no mundo? E se existem, são ou não compatíveis com a linguagem dos direitos humanos? (2013, p. 42).

⁷ Sousa Santos (2002, p. 23-27) condena a atuação da teoria crítica principalmente pelo fato de serem aproveitados, na sua construção, alguns dos pressupostos da teoria hegemônica. Dentre as inúmeras reprovações que faz à referida teoria, Sousa Santos indica o fato de a teoria crítica nomear um “princípio único” para realizar as transformações sociais necessárias. Segundo o autor (2002, p. 27) “não há agentes históricos únicos nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces da dominação e da opressão e muitas delas foram irresponsavelmente negligenciadas pela teoria crítica moderna.” Neste sentido, conforme se depreende das lições de Sousa Santos (2008, p. 91) a teoria contra-hegemônica, no âmbito do Direito, representa um dos ramos do que intitulada como ciência pós-moderna. Para o teórico português (2002, p. 30) ao contrário da teoria crítica, na teoria contra-hegemônica o conhecimento busca a emancipação social, estruturando-se, entretanto, através de “uma epistemologia marginalizada e desacreditada da modernidade”, traduzindo assim no não aproveitamento das bases epistemológicas que fundamentam a teoria convencional.

⁸ Em nítida alusão combativa à doutrina tradicional, Boaventura de Sousa Santos (2013) enfatiza que o direito internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm corroborado para a continuidade das violações que assolam a humanidade. Nas palavras do autor a teoria crítica ou, conforme nomeia Sousa Santos (2013, p. 43-45), teoria “contra-hegemônica dos direitos humanos deve começar por uma hermenêutica de suspeita em relação aos direitos humanos tal como são convencionalmente entendidos e defendidos, isto é, em relação às concepções dos direitos humanos mais diretamente vinculadas à sua matriz liberal e ocidental.”

Apresentados os pressupostos iniciais dos principais divulgadores da teoria crítica e da teoria contra-hegemônica, verifica-se, figurativamente, que numa suposta escala de gritos de alerta, Sousa Santos (2013) falaria em uma frequência mais alta que Herrera Flores (2009).

A partir da leitura de Sousa Santos (2002), percebe-se que a teoria por ele desenvolvida, com todo o mérito devido, corresponde a conceitos com níveis de abstração mais profundos e utópicos, objetivando representar o que seria o mundo ideal. Dessa maneira, posiciona o direito e as relações sociais, em analogia ao “deve ser” da norma jurídica, em uma nova perspectiva, no prisma do que “poderia ser”⁹.

Já para Herrera Flores (2009), falar a respeito da concepção crítica dos direitos humanos é externar um processo de efetivação jurídica que lança um novo olhar, vinculando-os ao compromisso concretista. Em outros termos, desenvolver uma emancipação social capaz de combater as violações que insistem em enganar mulheres e homens frente às promessas anunciadas pelos ordenamentos nacionais e internacionais, mas sem desconsiderar por completo o arcabouço jurídico disponível.

Seguindo as diretrizes da teoria crítica, busca-se explicitar quais as possíveis e principais causas da inefetividade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, a partir da análise das consequências políticas e socioeconômicas do mundo contemporâneo.

E neste intento, importante se faz recuar no tempo e considerar que o comportamento do Estado de Direito na atualidade é totalmente diverso ao ano de 1948, quando houve a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Naquele período o Estado de Direito ocupava, em tese, a posição de garantidor dos direitos sociais, guiando a produção legislativa em prol da distribuição de direitos e da expansão da cidadania¹⁰ através da figura do *Welfare State*¹¹, também denominado Estado-Providência.

⁹ A concepção de uma teoria utópica nas lições de Sousa Santos (2002, p. 20) se faz expressa em quase toda a integralidade das suas obras, podendo inclusive destacar esta perspectiva no seguinte trecho: “A imaginação utópica permite imaginar nestas lutas a reinvenção da tensão entre regulação e emancipação que esteve na origem do paradigma da modernidade e que hoje, nos termos dele, não pode ser pensada senão a título póstumo”.

¹⁰ Na doutrina clássica, com viés mais conservador, salienta T.H. Marshall (1967, p. 76) que a cidadania é definida como um “*status* concedido àqueles que são membros de uma comunidade.

Cabe acentuar que não se está a defender o retorno do Estado-Providência da época, pois durante a sua vigência existiram inúmeras violações¹² aos direitos humanos e fundamentais. O que se pretende é chamar a atenção para o que a política econômica intitulada de neoliberal ou ultraliberal¹³, nos últimos quarenta anos, ao servir de mecanismo para atender os anseios do capitalismo utilitário, tem acarretado.

Contextualizando a historicidade da aplicação das ideias neoliberais, nas palavras de Herrera Flores (2009, p. 24), este ciclo iniciou com a queda do muro de Berlim e se caracterizou, principalmente, pela paralisação das medidas intervencionistas estatais no mercado, somado ao seu processo de desregulamentação.

A lógica utilitarista do capital é apontada como um dos principais agentes causadores das transgressões aos bens e aos direitos na atualidade, porém, em outra vertente, o estudioso francês do Estado Social, Alain Supiot (2014, p. 34)

Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser atingida.”, mais adiante complementando a conceituação do que é cidadania, T.H. Marshall (1967, p. 84) afirma que esta “exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseada numa lealdade a uma civilização que é patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos.”. Ademais, discutindo a inferência do processo de expansão da cidadania, Reinhard Bendix (1996, p. 136-137) afirma que este processo é paradoxal, sendo formada a base de sua instrumentalização através do acesso à *educação básica* e da efetividade do *direito de voto*. Em breve resumo, apresentadas as ilações acima acerca das características da cidadania na doutrina tradicional, destaca-se que, embora muitas das vezes de modo formal e não concretizado no plano fático, estes ideais de cidadania foram fortemente divulgados durante a vigência do *Welfare State*.

¹¹ Em breve contextualização do *Welfare State*, Clara Machado (2017, p. 134) destaca que a partir da “derrocada do Estado Liberal e a ascensão do Estado do Bem Estar Social acrescentaram ao panorama dos direitos fundamentais a perspectiva da igualdade no sentido material, que vislumbra uma ação proativa do Estado na realização de direitos sociais, econômicos e culturais. Constatou-se, assim, o relacionamento existente entre os direitos de liberdade e o de igualdade para a realização do indivíduo enquanto sujeito de direitos.”.

¹² Assevera Machado (2017, p. 135) que as violações ao direito se perpetuaram no Estado do Bem Estar Social porque “diferentemente do que aconteceu no período do Estado Mínimo, em que as bases institucionais e legais para a concretização das liberdades públicas foram construídas, no período do Estado Social, não se observou a edificação destas estruturas e, tampouco, uma teoria política e normativa específica. Justamente destas circunstâncias vislumbra-se, na percepção de Luigi Ferrajoli (2003, p. 13), a gênese da crise do Estado Social que não conseguiu corresponder aos anseios da sociedade moderna conforme preconizava. A prestação de deveres fundamentais pelo Estado foi deficiente e utópica, o que gerou descrédito e apatia política do cidadão.”

¹³ O ultraliberalismo ou neoliberalismo teve como um de seus principais expoentes teóricos o austríaco Friedrich August Von Hayek, que desenvolveu seus estudos, em especial destaque a obra *Direito, Legislação e Liberdade* (1983), defendendo uma oposição profunda às ideias de justiça social, também intitulada justiça distributiva, e que em prol da liberdade ampla e irrestrita, especialmente do capital, asseverava a imediata desregulamentação dos mercados financeiros.

complementa o raciocínio de Herrera Flores (2009) ao perceber que a queda do referido muro, simbolicamente, representou a vitória de um sistema sobre o outro. Todavia, a inefetividade dos direitos humanos e fundamentais hodiernamente não seria fruto exclusivo do modo como o ultraliberalismo tem sido aplicado desde o fim da Guerra Fria.

Embora o capitalismo e o comunismo representem extremidades opostas, o processo de desmantelamento estatal e a desregulamentação do mercado em detrimento da justiça social, segundo Supiot (2014, p. 38), decorreu também das reformas de Deng Xiaoping¹⁴ na China, que ao estabelecer a “economia comunista de mercado” aplicou, de igual modo ao neoliberalismo, o viés utilitarista da “governança pelos números”¹⁵.

Esta governança impôs uma administração que priorizou somente a quantificação, tanto dos objetos quanto dos seres humanos, abrindo as portas, para a união¹⁶ entre o comunismo de mercado e o neoliberalismo, visto que, ao final, ambos partilhavam comumente da crença na validade universal e imperativa das leis econômicas.

Em razão desse cenário de desregulamentação do mercado, a matriz jurídica utilitarista fez com que o Estado passasse a conceber restritivamente a atuação dos direitos humanos e fundamentais ao âmbito dos direitos individuais, sob os auspícios de supostas concretizações de liberdades civis e políticas, predominando no plano fático internacional uma forçosa concorrência entre os Estados.

A ótica imperante, conforme destaca Herrera Flores (2009, p. 25), fez com que os direitos sociais passassem a ser tratados como custos e não como direitos,

¹⁴ Parte da biografia deste governista chinês está disponível no site MOURÃO, Geraldo Mello. Vitorioso revolucionário comunista, Deng Xiaoping teve de lutar mais dentro do partido do que fora dele: líder sobreviveu ao ostracismo duas vezes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 20 de fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft200206.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2017

¹⁵ Ensina Supiot (2014, p. 70) que a governança pelos números “objetiva a autorregulação das sociedades humanas. Ela se apóia na faculdade de *cálculo*, ou seja, nas operações de *quantificação* (juntar os seres e as situações diferentes numa mesma unidade de conta) e de *programação* dos comportamentos (pelas técnicas de análise comparativa dos desempenhos: *benchmarking*, *ranking* etc.) [...] Esse empreendimento de redução da diversidade dos seres e das coisas a uma quantidade mensurável é inerente ao projeto de instauração de um Mercado Total, que envolveria todos os homens e todos os produtos do planeta, e no meio do qual cada país aboliria suas fronteiras comerciais a fim de tirar partido de suas “vantagens comparativas”.

¹⁶ As consequências da referida união que sobre o manto do discurso do crescimento econômico e das liberdades de mercado, findou substituindo dentro do Estado a ideia de justiça social, está voltada para a produção e repartição de riquezas, para a concepção do exercício livre do mercado que, em termos práticos, segundo o autor francês (SUPIOT, 2014, p. 10), tem condenado a maioria da população mundial aos efeitos da “migração, exclusão e violência”.

sendo os direitos humanos e fundamentais suprimidos em prol de uma competitividade que se autodenominava, equivocadamente, justa e necessária.

Com efeito, o que se verificou, em termos práticos para a maioria da população mundial, é que esta concorrência irrestrita ao setor das mercadorias e serviços, como bem assevera Supiot (2014, p. 84), pormenorizou a soberania estatal, submetendo o Estado de Direito a interesses específicos do capitalismo, e provocou, entre as nações, a competição de direitos (especialmente das legislações trabalhistas e tributárias), de culturas (ameaçando a continuidade de minorias étnicas, tais como os grupos indígenas) e a deterioração do meio ambiente, em prol de um consumismo cada vez mais globalizado.

Cabe reforçar, inclusive, que a atenuação da soberania estatal se tornou tão evidente, que mesmo em concepções teóricas distintas, é mencionada, destacando-se, as lições de: Herrera Flores (2009, p. 20), Sousa Santos (2013, p. 52), Ferrajoli (2004, p. 57) e Supiot (2014, p. 146).

Ademais, um exemplo relevante a ser citado, que demonstra práticas de violações aos direitos humanos e fundamentais e o favorecimento do mercado em detrimento da justiça social, é o socorro financeiro feito pelo estado com verbas públicas que, na crise econômica de 2008, transferiu trilhões de dólares, libras e euros em favor dos bancos privados¹⁷.

Além deste exemplo sob a promessa de uma liberdade¹⁸ “inexistente”, vê-se que a lógica do mercado perpetua a instrumentalização do Estado por intermédio de inúmeras facetas, como a precarização das normas protetivas dos trabalhadores, advindas das reformas legislativas na seara laboral e previdenciária, empreendidas nos últimos anos em diversos países, tal como: Espanha, França e Brasil¹⁹.

¹⁷ Refere-se assim aos 2,6 trilhões de dólares doados pelo Estado norte americano; ao um trilhão de dólares doados pela Inglaterra e aos quinhentos bilhões de euros doados pelo Estado germânico. VILLELA, Gustavo. Após crise global estourar em 2008, bancos receberam socorros bilionários. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 05 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994>>. Acesso em 03 dez. 2017.

¹⁸ Ao observar todo o contexto social ora denunciado é perceptível que a tão propagada defesa do princípio da liberdade não compõe verdadeiramente as alegações que sustentam a defesa dos interesses das políticas neoliberais ou pós-comunistas. A ausência de solidariedade e o aumento das desigualdades sociais, resultados diretos do modo pelo qual estas duas vertentes econômicas operacionam a estrutura produtiva e cultural da sociedade, demonstram que ao contrário do que se defende, impera de fato para a grande maioria dos humanos severas limitações ao exercício de suas liberdades, sendo tal direito direcionado exclusivamente apenas por uma ínfima minoria.

¹⁹ Na Espanha o Real Decreto-Ley 3/2012 de 10 de fevereiro, entrou em vigor alterando os direitos dos trabalhadores, segundo ensina Francesc Pérez Amorós (2016), essa reforma na verdade representou uma “contrarreforma”. Destaca o autor espanhol (AMORÓS, 2016, p. 40) que “Ya se

A respeito deste quadro de crise dos direitos humanos e fundamentais, e observando o que se vivencia no sul europeu em razão da globalização atrelada aos anseios da “governança por números” (SUPIOT, 2014), eclodem transgressões em diversas outras partes do mundo. Sousa Santos (2013, p. 52) expõe o seguinte:

Num contexto em que a distinção entre o poder político e o poder econômico se dilui, a centralidade do Estado na discussão dos direitos humanos não permite estabelecer o nexo de causalidade entre poderosos atores não estatais e algumas das mais massivas violações de direitos humanos, como sejam as que hoje atingem milhões de trabalhadores, imigrantes, pensionistas e estudantes no sul da Europa em resultado da crise causada em boa parte pela desregulação do capital financeiro, a especulação financeira, a evasão fiscal, os paraísos financeiros, a corrupção generalizada e os parlamentos transformados em balcões de negócios.

Identificado grande parte dos agentes causadores da inefetivação dos direitos e da violação aos bens necessários para uma vida digna e fazendo um elo com a conjuntura vivenciada pelos pescadores artesanais do baixo São Francisco, a qual no segundo e terceiro capítulos será esmiuçada, verifica-se que ao analisar o contexto do mencionado rio, de imediato, credita-se ao balaio de hidroelétricas a responsabilidade pelos multifacetados danos que assolam a região. Entretanto ao desvelar o arcabouço desta face aparente, conforme denunciam os diversos estudos aqui examinados, de fato, o processo de exclusão socioeconômico-ambiental dessa região é, também, fruto direto do modelo de desenvolvimento econômico capitalista aplicado em conluio com os interesses dos “donos do poder”.²⁰

Sousa Santos (2013, p. 51) afirma existir gravemente dentro do Estado um cenário caracterizado pela “promiscuidade crescente entre o poder político e o poder econômico”, no qual os mandatos políticos “democráticos” se subvertem aos

había anticipado que la reforma laboral de 2012 es una auténtica contrarreforma laboral con pretensiones de permanencia que – desconstitucionalizado el derecho al trabajo, em los términos descritos – más parece perseguir la (de)construcción del ordenamento laboral que no la simple remodelación coyuntural del modelo de relaciones laborales, y todo ello con la principal pretensión que durante la crisis las pérdidas empresariales sean menores para que cuando sobrevenga el nuevo y mejor ciclo económico resulte más factible recuperar ganancias”. Na França a *Loi relative au travail, à la modernisation du dialogue social et à la sécurisation des parcours professionnels*, Loi 2016-1088, também conhecida como Lei de El Khomri, leva o nome da ministra responsável pelo projeto de lei da reforma trabalhista que, ao final, precarizou direitos dos trabalhadores franceses. No Brasil a precarização dos direitos laborais se deram em 11 de novembro de 2017, com a entrada em vigor da Lei de n. 13.467/2017, que do mesmo modo ao ser divulgada na França, deveria aqui ser lembrada como a Lei de Michel Temer, tendo vista a importância de se evitar o esquecimento dos responsáveis pelo “desmantelamento” dos direitos sociais, expressão esta elucidada por Supiot (2007, p. 125).

²⁰ A expressão foi aqui utilizada em alusão à obra “Os donos do Poder: a formação do patronato brasileiro” de Raymundo Faoro (2008).

interesses minoritários de quem comanda o capital. Essa declaração pode ser identificada nas constantes transgressões de direitos.

Para Supiot (2014), Herrera Flores (2009), e Sousa Santos (2013) as violações aos direitos humanos e fundamentais têm parte de sua gestação na manutenção dessa política econômica utilitária, enganosa e dita libertária, aplicada em prol de atender os interesses específicos, na maioria das vezes, do mercado, especialmente aos interesses da seara financeira. Isso origina um quadro de desigualdade e exclusão social que demonstra a inefetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Tal conjectura de desigualdade e exclusão, por conseguinte, seguindo a denominação de Vieira (2008, p. 186), alimenta a invisibilidade “dos menos favorecidos”; a demonização “daqueles que desafiam o sistema e a imunidade dos poderosos”; e, por fim, a impunidade dos que detêm o poder e “ocupam posição extremamente privilegiada na sociedade”, prejudicando a credibilidade do Estado de Direito.

Tantas são as interferências que de modo geral, conforme ensina Sousa Santos (2013, p. 35), a maior parte da humanidade finda a viver às margens do acesso aos direitos, mergulhadas em um quadro de injustiça social tamanho. Esta marginalidade demonstra que há para a grande maioria um simulacro de concretização à vida digna, princípio norteador dos direitos humanos e fundamentais.

Este ambiente de influência e manutenção de poder, também demonstra que o Estado, ao deixar de cumprir com os interesses sociais, apequena a sua soberania e se coloca à margem das políticas de efetividade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, passando a funcionar como um instrumento para atender os interesses específicos do mercado, transformando-se, como bem assevera o economista americano James Galbraith (2008, p.144), numa *Corporat Republic*²¹.

Destarte, apresentadas as considerações acerca das principais causas e consequências inerentes à inefetividade dos direitos, faz-se necessário, neste

²¹ Conforme explicita Galbraith a “República Corporativa” é assim definida como consequência do modo pelo qual o Estado vem sendo administrado. Neste sentido, o autor (2008, p. 144) destaca a seguinte lição: “*They bring on a tendency to run the state as though it were, in fact, just a corporation, with the rules that govern companies displacing the rules that govern republics. And so today we live in a corporate republic, where the methods, norms, culture, and corruption of government have become those of the corporation. This is evident in decision making, public relations, accountability, ownership, and the character and attributes of the desirable chief executive officer.*”

momento, retomar aos preceitos da teoria crítica e expor as aplicações instrumentais defendidas por esta, tendo em vista o intento de refletir sobre as possibilidades de fomento da efetivação social dos direitos e o combate à ideologia do mercado livre e da governança por números.

Nessa escalada impende observar que a compreensão do direito, segundo Herrera Flores (2009, p. 18), não deve se firmar numa técnica “neutra”, reduzida à legitimação formalista e abstrata e tampouco deve ser vista como único instrumento responsável pela transformação das relações sociais, já que não surge e nem atua independente/isolado, sendo impossível construir uma sociabilidade apenas pela lei.

Este último apontamento indica que não é razoável depositar a solução de todas as mazelas decorrentes da inefetividade dos direitos humanos e fundamentais ao âmbito do próprio direito. E por este ângulo, Supiot (2007, p. 48-49) salienta que o direito deve ser entendido enquanto ferramenta disponível dentro de um conjunto de instrumentos, também utilizados para promover a “paz durável”, representando uma via capaz de viabilizar o diálogo entre os homens a favor da construção coletiva de uma “ordem justa.”

Percebe-se que as ponderações e críticas sobre essa expectativa irreal que credencia ao Direito o título de panacéia dos problemas socioeconômico-ambientais, também é partilhada por Vieira (2017, p. 206), que tece importante observação:

O objetivo de criar uma sociedade livre, onde as pessoas sejam autônomas, que não sejam submetidas ao arbítrio e nem às necessidades que violem sua dignidade, é muito ambicioso e difícil de ser alcançado. Essas transformações em muito ultrapassam as forças dos discursos dos direitos humanos. Exigem mudanças na economia e na política. Exigem que as pessoas se organizem, proponham mudanças, lutem por elas por intermédio dos canais da democracia. O que os direitos humanos podem fazer é oferecer uma espécie de bússola que indique a direção da dignidade. E isso não é pouco.

Assim, o Direito é retirado de um estandarte singular, aspirando afastar o viés não participativo dos ‘sujeitos de direito’ na construção normativa. A teoria crítica elege, com *status* de premissa substancial, a ideia de que o Direito seja compreendido como um marco provisório resultante de processos de lutas.

Nesse sentido, em congruência parcial de convicções, Herrera Flores (2009, p. 21) e Sousa Santos (2002, p. 36) ratificam que para transformar este ciclo de inefetividade, desigualdade, exclusão e miséria, é imprescindível alterar a cultura

inerte de passividade, pois tal concepção não tem logrado êxito algum, sendo necessário redefinir a teoria e a prática jurídica em prol dos processos de luta.

Assentado nestas perspectivas, em acepção abrangente, pode-se dizer, resumidamente, que discutir os direitos, segundo Herrera Flores (2009, p. 19), é debater a “abertura de processos de luta pela dignidade humana”, pois estes precisam ser vistos e entendidos como algo “construído” e não “dado”.

Em aspiração semelhante, quanto à forma de construção dos direitos, apesar das divergências parciais²² no tocante a parte dos preceitos da teoria crítica, Vieira (2017, p. 44), que se aproxima mais da teoria convencional, destaca que os direitos humanos não podem ser “predefinidos”, tendo em vista que se constroem historicamente por intermédio de “processos de lutas”.

No mesmo caminho, ao desenvolver a teoria garantista, Luigi Ferrajoli (2011, p. 106) igualmente ressalta que os direitos se constroem por intermédio de processos de lutas, acentuando que:

[...] os direitos fundamentais foram sancionados, nas diversas cartas constitucionais, como o resultado de movimentos de luta ou de revolução que, de tempos em tempos, laceraram o véu da normalidade e da naturalidade que ocultava uma precedente opressão ou discriminação: dos direitos e liberdade aos direitos dos trabalhadores, dos direitos das mulheres aos direitos sociais. Sempre estes direitos foram conquistados como outras tantas limitações dos poderes de outra forma selvagens e na defesa dos sujeitos mais fracos contras as leis dos mais fortes.

Diante do exposto com relação à compreensão do processo de luta na construção dos direitos, pode-se aludir que para a teoria crítica a justificativa da necessidade de aplicação deste processo se faz de modo semelhante à expressão do trecho da composição²³ de Chico Buarque que diz: “está provado, quem espera nunca alcança”.

O resultado advindo deste processo de luta é ao mesmo tempo singelo e grandemente atrativo. A intenção da teoria crítica de igual monta ao sentido do

²² Oscar Vilhena Vieira (2017), um dos autores brasileiros da atualidade que mais apresenta as concepções dos direitos fundamentais e humanos em grande parte atreladas aos conceitos básicos da doutrina hegemônica, apesar disto, reconhece que as críticas acerca da deficiência dos direitos humanos para resolver as injustiças da contemporaneidade não carecem de razoabilidade.

²³ A composição citada é chamada de “Bom conselho” e tem como intento o incentivo à ação, por esta razão fora utilizada neste estudo com o objetivo de se evidenciar a importância da proposta dos processos de lutas na construção dos direitos. Tal canção fora objeto de estudos acadêmicos que realizaram a análise sobre o discurso nela utilizado. E neste sentido, destaca-se dentre estes estudos o de Carolina Gomes Paulse: **Cantando a resistência, construindo identidade**: análise das canções de Chico Buarque. UERJ, Rio de Janeiro, nov. 2009. Disponível em: <http://www.ppgartes.uerj.br/spa/spa3/anais/carolina_paulse_200_216.pdf>. Acesso em 10 fev. 2018.

trecho da canção acima citada, é de que seja incorporada a ideia da participação social na construção dos direitos, distanciando-se do imperante costume caracterizado pela inércia por efetividade que, por si só, não promoverá alteração socioeconômica e ambiental alguma.

De antemão, a operacionalização da construção do referido processo, por sua vez, deve se assentar, segundo Sousa Santos e Chauí (2013, p. 53), em dois pilares: o trabalho político e o trabalho teórico. São também forçoso ter em mente que a teoria contra-hegemônica dos direitos confronta a perpetuidade de cinco ilusões teóricas que devem ser superadas, sendo estas: a teleologia, o triunfalismo, a descontextualização, o monolitismo e o antiestatismo²⁴.

Complementando a abordagem da teoria contra-hegemônica acerca da instrumentalização do processo de luta, a teoria crítica destaca que deve ser compreendido que o mencionado processo somente se realiza a partir do encadeamento no plano fático de duas concepções jurídicas, consideradas indissociáveis, sendo estas a ideia de *direitos*, acompanhada da noção de *deveres*.

O discurso dos deveres acrescenta à figura do “sujeito de direitos” a nomenclatura das obrigações²⁵, abrindo as portas desta forma para o

²⁴ Em breve resumo, Sousa Santos reafirma a necessidade de se ter presente o conhecimento acerca das cinco ilusões da teoria convencional quanto aos Direitos Humanos, a seguir expostas, para que se construa uma teoria contra-hegemônica, em prol da efetividade e construção dos direitos, vinculada aos processos de lutas que, ao final, favoreçam a verdadeira emancipação social. E neste sentido o autor português (SANTOS, 2013, p. 45-52) destaca o seguinte: a) a ilusão *teleológica* se apresenta por uma leitura decrescente da história, afirmando ser os direitos humanos um produto de um caminho linear historial, findando esta ilusão a desconsiderar outras concepções de dignidade humana que diante de processos de opressão ou dominação social e econômica, não estavam ao lado da parte vencedora e, assim, não se perpetuaram teoricamente; b) o *triumfalismo* está representado na ideia de que os direitos humanos representam um “bem humano incondicional”, sendo esta ilusão sustentada pela primeira, ilusão teleológica. Com efeito, o triunfalismo tende a descartar uma visão crítica dos direitos, enaltecendo como absoluta a visão política e ética ocidental dos direitos humanos; c) a *descontextualização* é a ilusão que atrela a criação dos direitos humanos somente ao iluminismo e as revoluções francesa e americana, retirando o contexto para o qual os direitos humanos foram e muito utilizados como pressuposto que justificava, em determinadas ocasiões, práticas “opressivas” e “contrarrevolucionárias”. Neste caso, o autor português cita inclusive o exemplo o discurso utilizado pelo Estado francês quando da invasão e desrespeito à soberania do Egito em 1798. Sousa Santos chama a atenção para que se tenha em mente que no decorrer da história os direitos humanos legitimaram tanto revoluções quanto contrarrevoluções; d) o *monolitismo*, segundo Sousa Santos, representa a principal ilusão a ser combatida, em razão de consistir na negação ou minimização dos conflitos e contradições existentes dentro da teoria hegemônica dos direitos humanos; e) a quinta ilusão destacada é o *antiestatismo* que finda por transferir o centro das discussões da efetividade e aplicação dos direitos humanos somente a cabo restrito do Estado, negando, portanto, interferências do capitalismo e das políticas neoliberais que, ao final, têm transformado o Estado em um instrumento de aplicação e perpetuidade de seus interesses particulares.

²⁵ Nas palavras de Ingo Wolfgang Sarlet (2009, p. 210): “De acordo com o princípio da universalidade, todas as pessoas, pelo fato de serem pessoas são titulares de direitos e deveres fundamentais, o que, por sua vez, não significa que não possa haver diferenças a serem consideradas, inclusive, em

empoderamento social na medida em que ao evidenciar a ideia de encargos individuais e coletivos, em respeito ao princípio da dignidade humana, fomenta a conscientização em favor da edificação da sociabilidade e o anseio pela obtenção de êxito no resultado dos processos de lutas.

Além disso, essas propostas de incutir socialmente a mentalidade dos deveres, conforme destaca a jurista Clara Machado (2017, p. 130-143), representa imprescindível premissa para construção de uma cultura proativa dos indivíduos em sociedade, possibilitando resultar “no respeito aos direitos fundamentais”. Segundo a autora (MACHADO, 2017, p. 130), a deferência coletiva e individual aos deveres foi afastada pelo próprio Estado Liberal que atrelado a uma “mentalidade individualista e utilitarista” cultivou a defesa de direitos em desconexão à ideia de deveres.

Em equivalente observância, Sousa Santos, também, aponta que o contexto histórico do liberalismo “eurocêntrico”, quando da construção das gramáticas dos direitos humanos, fez com que a ideia de deveres não recebesse a importância devida. Segundo o autor:

A cultura dos direitos humanos não comporta uma cultura dos deveres, mesmo que a arquitetura dos direitos humanos esteja fundada numa imaginária simetria entre direitos e deveres. Outras tradições pelo contrário privilegiam deveres em detrimento dos direitos. Essa faceta tornou-se dramaticamente evidente em tempos recentes com os sacrifícios e imolações assumidos como expressão da fidelidade total ao dever. A tradução intercultural entre gramáticas de dignidade humana e de libertação não pode deixar de abordar esta assimetria. Para a compreender é necessário considerar as diferentes arqueologias de cada uma das gramáticas em presença. Por exemplo, será relevante saber como o Cristianismo, que ao longo dos séculos forneceu os fundamentos dos direitos humanos, nos seus primeiros tempos concedeu a mesma prioridade aos deveres, bem patente no caso dos mártires e do martírio como testemunho da fé (SANTOS; CHAUI, 2013, p. 59-60).

Ao que se vislumbra com relação à efetividade dos direitos humanos, Machado ressalta ainda que a prospecção da mentalidade social dos deveres exige uma transformação cultural e social relevante. Neste sentido leciona:

Os direitos fundamentais, antes de tudo, devem ser inclusivos e não exclusivos. Ou seja, o indivíduo, ao exigir a realização de direitos por meio de prestações estatais, deve ter a consciência de que também possui deveres em comunidade para a efetiva concretização destes mesmos direitos. Isso porque os direitos fundamentais demandam o relacionamento entre liberdade, igualdade e fraternidade (MACHADO, 2017, p. 141).

No mesmo sentido, Herrera Flores (2009, p. 21) anuncia que ao invés de observar os direitos tão somente, acolha-se, igualmente, a ideia de deveres na qualidade de compromissos assumidos em favor das “lutas pela dignidade”, tendo em vista que “os conflitos e as práticas sociais sempre estarão presentes em nossa análise”, então, a probabilidade de efetivação dos direitos humanos e fundamentais se torna palpável. Nesta acepção o autor espanhol traça importante observação conforme abaixo destacado:

[...] é a partir da inserção em tais conflitos que se assumirão os compromissos e deveres com os demais, como o objetivo de conseguir o acesso igualitário aos bens necessários para uma vida digna. Deveres autoimpostos nas lutas sociais pela dignidade e não direitos abstratos e nem deveres passivos impostos fora das lutas e compromissos (FLORES, 2009, p. 21).

Verifica-se, segundo a teoria crítica, que o caminho da efetividade dos direitos e da emancipação social perpassa pela ideia de construção dos direitos a partir de processos de lutas. Para tanto, faz-se necessário atrelar a noção de direitos a deveres, ressaltando, conforme destaca a citação acima, o fato de que as normas jurídicas representam técnicas procedimentais que estabelecem formas de acesso a “bens necessários para uma vida digna”.

Esse outro preceito da teoria crítica, afirma ser o direito uma técnica que propicia o “acesso a bens”. Quando aplicado sobre o foco deste estudo, as concepções de direito humano e fundamental ao trabalho em favor dos pescadores do baixo São Francisco, faz com que tal direito passe a representar uma porta que permite o acesso a bens ou a recursos, qual seja *in casu*: o trabalho, que segundo Herrera Flores (2009, p. 29), deveria ser desfrutado, antes mesmo, de se qualificar formalmente como direito.

Assim, no cotejo de atrelar as ideias da teoria crítica ao plano fático do baixo São Francisco, conclui-se que a finalidade do direito ao trabalho, conforme será discutido mais adiante, é garantir, em síntese, aos pescadores o acesso a bens e recursos necessários para a manutenção da atividade pesqueira, da cultura e de uma vida digna e harmônica com o habitat regional.

Exposta a discussão acerca da efetividade dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, convém destacar que a abordagem do tema não cabe por inteiro no que foi desenvolvido até este estágio. Mas, em resumo, é possível afirmar que o objetivo das proposições apresentadas acima, é destacar o processo de

efetivação dos direitos, como consequência do comprometimento de todos através do advento da emancipação social.

Realçada esta expectativa, percebe-se, então, que é necessário um processo de transformação cultural, hábil ao convencimento da realização das lutas pautadas em favor da dignidade humana. Evidencia-se, conclusivamente, a preleção de Herrera Flores (2009, p. 15), no sentido que a concretização dos direitos humanos e fundamentais acarretaria, enfim, a concretização da vida digna e o desenvolvimento coletivo das “potencialidades humanas de forma livre, autônoma e plena”.

1.2 O Trabalho, um Direito Humano e Fundamental

Apresentadas as discussões teóricas dos direitos humanos e dos direitos fundamentais e as causas que obstaculizam, de modo geral, o acesso do ser humano aos bens e recursos necessários para uma vida digna, enunciado o problema da efetivação destes direitos, cumpre agora discorrer acerca de um dos principais bens/recursos que a humanidade dispõe, o trabalho.

Para tanto, seguindo a concepção crítica de Herrera Flores (2009, p. 41), ou seja, os direitos representam “meios e instrumentos” de acesso aos bens e recursos, abordar-se-á os conceitos e a representatividade do trabalho no mundo contemporâneo ocidental, analisando, por conseguinte, o direito ao trabalho como um direito humano e fundamental, garantidor do acesso ao trabalho digno²⁶; a natureza jurídica deste direito; a disposição no ordenamento jurídico e a questão de sua efetividade no plano fático.

À vista disto, examinando o trabalho na perspectiva da ética da libertação de Enrique Dussel (2000, p. 93) e da emancipação social de Herrera Flores (2009, p. 123), considerando, também, os ensinamentos da filosofia do trabalho de Felice Battaglia (1958, p. 24) e os princípios constitucionais do valor social do trabalho e da

²⁶ Com base na literatura de Gabriela Neves Delgado (2016, p. 28) destaca-se que a concepção por trabalho digno se depreende da seguinte lição: “É exatamente por considerar que quase toda atividade de trabalho pode ser potencialmente capaz de dignificar o ser humano (com algumas exceções como, o exemplo, o trabalho exercido em condição análoga à de escravo), é que se propõe uma releitura do Direito do Trabalho, uma reconstrução de seu conceito. Reconstrução essa a ser orientada pela diretriz do Estado Democrático de Direito que privilegia, ao mesmo tempo, a pluralidade e a segurança jurídica; o valor e a forma; o trabalho e o trabalhador”. A partir do ensino de Neves Delgado (2012; 2016), destaca-se que o propósito deste estudo é defender o direito ao trabalho do pescador artesanal em condições atadas ao direito humano e fundamental da dignidade da pessoa humana e não a defesa do exercício desta atividade de forma qualquer.

dignidade humana, destacam-se tais preceitos como limites intransponíveis que tornam inaceitável qualquer prática laboral que seja afrontosa aos mesmos.

Devido às multidimensões teóricas existentes, sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, buscar-se-á, também, explanar uma visão crítica acerca do modo que vem prevalecendo e representando o trabalho no contexto socioeconômico contemporâneo ocidental.

Considerando as lições do jurista sergipano Luciano Oliveira (2004), evitar-se-á o “universalismo a-histórico” quando da abordagem dos trechos relativos à historicidade, de modo a não se ocupar do encargo e do risco em tentar explicar os conceitos e os sentidos do trabalho e do direito ao trabalho no transcorrer da integralidade histórica da humanidade. Delimitar-se-á o foco crítico, portanto, sobre a conjectura dominante que influenciou a definição do que é o trabalho na contemporaneidade, inclusive, como direito.

Acredita-se que todas estas notas de ressalvas são pertinentes tendo em vista que um possível estudo da integralidade do trabalho, por si só, não caberia em um único capítulo de uma dissertação, quiçá em um tratado teórico, encargo este, inclusive, não alcançado por sociólogos como Karl Marx (1975), Ricardo Antunes (2009), filósofos como Hannah Arendt (2007) e Felice Battaglia (1958) e juristas como Evaristo de Moraes Filho e Antônio Carlos Flores de Moraes (2014), Leonardo Wandelli (2009; 2012; 2013), Iranyr Ferrari (2011), Maria Hemília Fonseca (2006) e Gabriela Neves Delgado (2013; 2015).

1.2.1 O Trabalho no mundo ocidental contemporâneo

Herrera Flores (2009, p. 28) leciona “não começamos pelos direitos, mas sim pelos bens exigíveis para se viver com dignidade” e é justamente em razão desta lição que ao invés de iniciar a abordagem pelo direito ao trabalho, por oportuno, a princípio se questiona: No mundo ocidental, o que vem prevalecendo como trabalho? O trabalho é somente um instrumento para a subsistência do ser humano ou tem outras finalidades? No que tem se transformado o trabalho na sociedade contemporânea?

Definir o conceito, os sentidos e a representatividade do trabalho é tarefa árdua e nas palavras de Felice Battaglia (1958, p. 17) se destaca como um grande desafio, explanando o filósofo italiano a seguinte advertência:

O problema assim enunciado longe está de ser fácil. Que se deve entender por trabalho, que comporta, quais aspectos apresenta e, entre eles, qual é os mais característicos, o essencial, capaz de abranger toda a fenomenologia, eis aí interrogações às quais não é possível dar resposta satisfatória.

Na tentativa de responder as perguntas acima em destaque, por hora, num patamar interpretativo mais objetivo, a lição de Arnaldo Süsskind (2004, p. 3) afirma que o trabalho é “toda energia humana, física ou intelectual, empregada com um fim produtivo”.

Em mesmo estágio, a lição de Moraes Filho e Flores de Moraes (2014, p. 39) escreve que a partir do conceito “não particularizado” de Paul Natorp (s/d, p. 173), definido o trabalho como “a aplicação da força impulsiva a qualquer produção ou realização de um fim humano”, é concebível abranger “todos os possíveis ângulos do trabalho, oriundos dos diversos conhecimentos humanos (fisiologia, psicologia, psicotécnica, economia, direito, filosofia, etc.)”.

Noutra semântica, observando as necessidades e a ontologia material do ser humano, Marx (1975, p. 50) afirma ser o trabalho a base do “ser social”, asseverando a seguinte lição:

O trabalho, como criador de valor-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

As definições acima demonstram que o trabalho possui diversas interpretações, tendo sido objeto de análise de vários estudiosos. Contudo, cabe ressaltar que essas conceituações não respondem às reflexões suscitadas presentes nos três questionamentos expressos nas linhas precedentes.

Isto ocorre porque existiram ao longo da história diversas formas de organização do trabalho. Desse modo, conforme ensinam Irany Ferrari (2011, p. 13), Ricardo Antunes (2009, p. 78), Moraes e Filho e Flores de Moraes (2014, p. 42) e Gabriela Neves Delgado (2015, p. 46) para compreender o que é, o que representa e no que o trabalho tem se transformado na atualidade, faz-se necessário interpretar a historicidade do labor através da observância crítica do modo de produção ora dominante.

Inicialmente, em um esforço de aprofundamento do tema, verifica-se que filósofos, juristas e sociólogos ao apresentarem suas abordagens na tentativa de

definir o que é o trabalho recorrem, na quase totalidade das obras aqui discutidas, à origem etimológica da palavra.

Adiantando, desde já, a existência da variedade de significações, uma das conclusões extraídas do sucinto estudo acerca da etimologia do trabalho, partindo da observância do contexto e da designação para a qual a palavra era aplicada nos tempos de outrora, percebe-se, então, que o termo faz refletir no hoje, as características prevaletentes acerca de como era realizado o trabalho e o que ele representava nas civilizações passadas.

Seguindo esta observância, no mundo ocidental, especificamente no âmbito da língua francesa, leciona Supiot (2016, p. 3) que o primeiro significado dado ao trabalho decorria da palavra *travailler*, a qual fazia menção ao ato de dar à luz um ser, evidenciando-se a presença concomitante de duas consequências advindas deste ato, a dor e, ao lado, a criação.

Em importante observação que reflete o contexto social da época, o autor francês (2016, p. 6) aponta que até o século XVIII a denominação *travail*, abrangia na França somente as atividades exercidas pela “gente braçal”, ou seja, as atividades dos “mais humildes”.

Por sua vez, complementando a referida análise, Battaglia (1958, p. 18) informa que a palavra francesa “*travail*” deriva da palavra do baixo latim *tripaliare*, significando “torturar com o *tripalium*”, resultante na ideia de fadiga.

Noutra análise, especificamente, quanto ao termo *tripaliare*, Henrique Caetano Nadir (2006, p. 29) ressalta a origem latina a partir de duas acepções que indicam a sua descendência. A primeira a palavra *tripalium* representante do instrumento de três pontas utilizado no manejo de animais, e a segunda a palavra *trepalium*, a qual traduz o utensílio utilizado para feitura da tortura acima já mencionada.

Além da etimologia da palavra trabalho, a palavra labor, atualmente utilizada, na maioria das vezes, como sinônima daquela, quando aplicada no idioma francês como *labourer*, *laboureur*, e no inglês como *labour*, acrescentando ainda a versão germânica “*arbeit*”, conforme salienta Battaglia (1958, p. 18-19), de modo geral, simbolizava o exercício do trabalho duro e fatigoso realizado na terra, atrelando à ideia de agricultura.

Mirando uma distinção, como mesmo nomeia, “inusitada”, Hannah Arendt (2007, p. 90-91) indica que há diferença entre os dois termos, sendo a palavra

trabalho aplicada nos tempos de outrora, habitualmente, para designar o produto final do labor. Já esta última palavra representava o processo de construção do produto, ou seja, o andamento da feitura do trabalho. E neste aspecto, a mencionada filósofa explica:

Mais uma vez, encontramos aqui completa unanimidade: a palavra 'labor' como substantivo jamais designa o produto final o resultado da ação de laborar; permanece como substantivo verbal. Uma espécie de gerúndio. Por outro lado é da palavra correspondente a trabalho que deriva o nome do próprio produto, mesmo nos casos em que o uso corrente seguiu tão de perto a evolução moderna que a forma verbal da palavra 'trabalho' se tornou praticamente obsoleta (ARENDETT, 2007, p. 91).

Apresentados, parcialmente, a gênese do termo trabalho e do labor, malgrado se concorde com as advertências proferidas por Battaglia (1958, p. 19) e Supiot (2016, p. 5), de que os atributos do conceito do trabalho não são esclarecidos e subsumidos somente a partir da análise etimológica ou léxica desta palavra, conclui-se, em contraponto, que conhecer a origem das expressões é importante e fecundo.

Isso porque a etimologia tem a capacidade de indicar como o trabalho fora valorado socialmente e, principalmente, por apontar que há, como ressalta Evaristo de Moraes Filho e Antonio Carlos Flores de Moraes (2014, p. 39), uma mutação da valoração do trabalho ao longo do tempo.

Nesse aspecto, Battaglia (1958, p. 15) ensina que do ponto de vista “econômico, técnico, jurídico e religioso”, o exercício laboral ganha eminência cada vez mais em direção “à compreensão da vida humana”. Representando uma visão ocidental do mundo, ensina o jurista italiano ser bastante proclamado que:

[...] nossa civilização é a civilização do trabalho; porquanto nasce, desenvolve-se e progride no trabalho; [...] fala-se ainda na dignidade do trabalho, no dever do trabalho, no direito ao trabalho, afirmando-se, com isto, que o trabalho é um valor na ordem ético-jurídica conferido ao homem e que o homem eleva; acena-se também a uma religião do trabalho, no intento de ligá-lo a uma ideia, se não de transcendência, pelo menos imanente à vida e a nosso destino, transformando num culto, numa espécie de revelação, precisamente a religião do trabalho, uma religião laica e humana. (BATTAGLIA, 1958, p. 15).

Entrementes, não há como estudar o que é o trabalho e qual o seu sentido e representatividade na contemporaneidade sem antes analisar as origens e os

ditames do modo de produção capitalista que, nos últimos três séculos²⁷, têm definido as formas prevaletentes do exercício laboral.

Como dito, não deixando de lado a observação de Oliveira (2004) em relação à desnecessidade da regressão histórica até o “Código de Hamurábi”, considerar-se-á, então, a historicidade do trabalho a contar do final do XVIII e início do século XIX, pois ensina Supiot (2016, p. 7) que é partir daí que o trabalho adquire “o seu sentido atual”.

De acordo com os ensinamentos de Iranyr Ferrari (2011, p.41), o conceito e a representação do que é o trabalho, nos moldes difundidos na sociedade contemporânea, sofre influência direta do sistema capitalista ocidental que teve suas fundações políticas, jurídicas, econômicas e operacionais, especialmente e respectivamente, alicerçadas na Revolução Francesa, Americana e na Revolução Industrial.

Complementando, Neves Delgado (2013, p. 250) destaca que é justamente a partir daí que se estabelece o Estado Liberal de Direito, tornando-se o capitalismo o “eixo preponderante” na industrialização ocidental que, por sua vez, está alicerçada na divisão do trabalho²⁸ e no contrato de emprego, dando início à formalização da exploração do labor e do trabalhador²⁹.

²⁷ Da análise do contexto predominante do trabalho na atualidade ocidental, cumpre asseverar que neste estudo, considerando a existência de luta de classes apontada pelo marxismo, com base, inclusive, na ressalva de Darcy Ribeiro (1987, p. 30) não se intenta eleger a estratificação social como critério único e absoluto capaz de classificar todas as “etapas evolutivas” das sociedades, até porque este não é o escopo do presente trabalho.

²⁸ A divisão do trabalho no viés do sistema capitalista teve Adam Smith (1983) como um dos percussores teóricos. Para Smith (1983, p. 63) este tipo de divisão poderia ser definida da seguinte forma: “Uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. O preço real de cada coisa — ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la — é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição.”

²⁹ Em outra análise acerca das consequências da aplicação desenfreada da divisão do trabalho no sistema de produção capitalista e da alienação do trabalhador, Moraes e Filho e Flores de Moraes (2014, p. 41) asseveram o seguinte: “Com a industrialização moderna levou-se ao máximo esta especialização, a que Friedmann chamou de “trabalho em migalhas”, retirando do trabalhador a visão total do produto acabado, alienando o homem e o isolando na sua tarefa minudente de rotina. Tornou-se célebre o exemplo de Adam Smith, na fabricação de alfinetes (1776), mostrando as 18 diferentes operações para terminá-lo com muito maior rendimento mediante a distribuição de tarefas individuais”.

Nesse sentido, acentua Karl Polanyi (2000, p. 94), que o fortalecimento do capitalismo³⁰, consequência correlata à consolidação dos interesses dos detentores de vultosos patrimônios, dentre outras configurações, estruturou-se pela aplicação ao mundo concreto de uma ideia ilusória e abstrata que passou a considerar o trabalho, a terra e a moeda como mercadorias que poderiam ser negociadas. Para esse economista húngaro o capitalismo utilizou-se de uma noção “ficta”, pois na verdade nem o trabalho, nem a terra ou a moeda são mercadorias, mas sim condições de produção³¹.

Com isto, advém a mercantilização do trabalho e do trabalhador, tendo em vista a impossibilidade de separação de ambos por intermédio das relações contratuais que inicialmente eram carentes de significativa proteção legal e identificavam a relação de emprego, conforme destaca Supiot (2016, p. 8-9), como expressão quase uníssona de exercício do trabalho nos grandes centros urbanos dos países industrializados.

Nos escólios de Marx (2008, p. 54-55) o trabalho, na maior parte das vezes, deixou de ser valorado pelo seu uso e finalidade, passando a imperar, com a mercantilização do labor, a ideia de trabalho intermediado pelo seu valor de troca, fato que acarretou, a sua objetivação, intitulado agora como trabalho abstrato, morto ou objetivado.

Para Leonardo Wandelli (2012, p. 51), seguidor em suas lições dos preceitos de Dussel (2000) e da teoria marxista, este trabalho objetivado, reconhecido como

³⁰ Ao analisar a política do *Laissez-faire*, Polanyi (2000, p. 89) faz pertinente observação de como se dava a atuação do mercado em tempo anterior da vigência do capitalista, destacando a seguinte análise: “O rápido esboço dos sistemas econômicos e dos mercados, tomados em separado, mostra que até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. O princípio da permuta ou troca subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência de expandir-se às expensas do resto do sistema. Mesmo quando os mercados se desenvolveram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar sob o controle de uma administração centralizada que patrocinava a autarquia tanto no ambiente doméstico do campesinato como em relação à vida nacional. De fato, as regulamentações e os mercados cresceram juntos. O mercado auto-regulável era desconhecido e a emergência da ideia da auto-regulação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento. Assim, somente à luz desses fatos é que podem ser inteiramente compreendidos os extraordinários pressupostos subjacentes à economia de mercado”.

³¹ Polanyi (2000, p. 94) ensina que nenhum dos três elementos – “trabalho, terra, moeda” – são produzidos para venda e as suas descrições como mercadorias é inteiramente fictícia. Complementando o raciocínio, o economista húngaro (POLANYI, 2000, p. 94-97) define: “o trabalho é somente outro nome de uma atividade humana que acompanha a própria vida, a qual, por seu turno, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diferentes, crescendo que a atividade em causa não pode ser desligada do resto da vida, para ser armazenada ou mobilizada.”

mercadoria de troca, apresenta-se e é conceituado como um trabalho limitado ao claustro “da modernidade capitalista”. Por conseguinte obsta o desenvolvimento livre da “corporalidade do sujeito trabalhador” e quanto mais se evidencia como trabalho abstrato, mais o trabalhador é objetificado e dependente do capital.

De igual modo, Supiot (2016, p. 337) conclui que o capitalismo propagou a ideia de trabalho como se fosse um “bem” (aqui se emprega o termo com significado de coisa, objeto e mercadoria) possível de ser transacionado, divulgando ser o trabalho abstrato uma fonte de riqueza externa do trabalhador em razão da possibilidade de poder ser medido e quantificado.

Nota-se, então, que o “desenvolvimento” do capitalismo, por assim dizer, foi acompanhado inversamente pela desvalorização do trabalho enquanto atividade humana, sendo o trabalhador, nas lições de Supiot (2016, p. 177) e Neves Delgado (2013, p. 251), percebido como mero instrumento de uma relação contratual.

Acrescenta ainda Wandelli (2012, p. 54) que este “trabalho geral-abstrato”, na qualidade de mercadoria, de valor de troca, orienta-se homogeneizado e padronizado, fazendo desaparecer, portanto, a “individualidade dos trabalhadores” e, de igual modo, para Neves Delgado (2013, p. 252) obsta o processo natural de formação de uma identidade individual e social própria do trabalhador.

Outrossim, retomando ao contexto social do período no qual se consolidava o exercício do trabalho abstrato, cumpre destacar as lições de Augusto César Leite de Carvalho (2007, p. 12-16) ao apontar que, iniciada a Revolução Industrial, o cenário de violações ao trabalho e à dignidade do ser humano nos quadros das indústrias se fazia tamanho que vieram a eclodir diversas revoluções³², dando ensejo ao surgimento de normas jurídicas que estruturaram, mais na frente, o Direito do Trabalho.

Nesse enfoque, mesmo após a criação do Direito do Trabalho, em consonância com a anotação de Supiot (2016, p. 7), destaca-se a lição de Carvalho (2007, p. 11) ao afirmar que o “paralelismo com a questão social”, ou seja, a

³² Ao citar os exemplos do movimento “Cartista” da Inglaterra em 1842, da Revolução de 1848 na França e da Alemanha em 1864, dispõe Carvalho (2007, p. 12) que no final do século XVIII e meados do século XIX “a realidade social indicava uma tensão insuportável entre a necessidade de o trabalhador garantir a subsistência e, do outro lado, a oferta de trabalho que rareava na mesma proporção em que se desenvolvia o maquinismo”. Segundo o autor é neste contexto que o Direito do Trabalho foi surgindo e aos poucos conquistando espaço na tentativa de tutelar o mínimo de dignidade ao trabalho humano.

conjuntura de mazelas que afligem diversos trabalhadores reverbera-se até a atualidade.

Ressalta-se, inclusive, que o cenário aqui descrito, caracterizado pela subsunção dos trabalhadores ao capital, conforme apontado por Marx (2008, p. 95), bem como pela atuação do ser humano na qualidade do *animal laborans*³³, consoante descrito por Hannah Arendt (2007, p. 31), fora retratado, eufemisticamente, por Charles Chaplin na antológica obra cinematográfica de 1936, “Tempos Modernos: uma história sobre a indústria, a iniciativa privada e a humanidade em busca da felicidade”³⁴.

A partir da primeira metade do século XX, diante da crise de 1929 e da Primeira Guerra Mundial, com fulcro nos direitos sociais de segunda dimensão³⁵, consoante destaca Aboim M. G. da Silva (2008, p. 34), estabeleceram-se as

³³ Arendt (2007) em acepção próxima ao trabalho objetivado, voltando atenção maior ao ser humano, destaca a concepção do *homo laborans* que correspondendo à diferenciação apresentada entre labor e trabalho, finda este trabalhador numa representação material restrita ao labor realizado em condições abstratas e objetivadas, característica esta, figurativamente, retratada no filme Tempos Modernos, especificamente, quando da prestação laboral nos quadros da indústria. Segundo Arendt (2007, p. 31) existiria uma diferenciação entre o *homo laborans* e o *homo faber*, igualmente trabalhador, mas conhecedor dos instrumentos e representante do ser humano que executa o trabalho vivo, afirmando a filósofa a seguinte lição: “pode-se dizer que “a atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que «laborasse» em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo não deixaria de ser um fabricante, mas não seria um *homo faber*: teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus - certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos.” Em paralelo a realização do trabalho objetivado, verifica-se na lição de Arendt (2007, p. 157) que “os mesmos instrumentos que apenas aliviam a carga e mecanizam o labor do *animal laborans* são projetados e inventados pelo *homo faber* para a construção de um mundo feito de coisas; a conveniência e a precisão desses instrumentos são ditadas pelos fins «objetivos» que ele inventa a seu bel-prazer”. E traçando ainda um paralelo com a teoria contra-hegemônica de Sousa Santos (2002, p 342), percebe-se com fulcro nos apontamentos de Arendt (2007, p. 333) que esta denominação ao trabalho como *homo laborans* não teria vingado se não fosse “o processo de secularização, a moderna perda da fé como decorrência inevitável da dúvida cartesiana, não houvesse despojado vida individual de sua imortalidade.” Segundo a mencionada autora, o *animal laborens* considera o trabalho como um fim em si mesmo, fazendo com que o “operário sirva à máquina, ajustando o ritmo natural do seu corpo ao movimento mecânico que lhes é próprio.”

³⁴TEMPOS modernos. Direção: Charles Chaplin. EUA: Continental, 1936. 1 DVD (87min), preto e branco, mudo, legendado. Nesta obra do cinema o protagonista, “o trabalhador da fábrica”, representado com a sagacidade cômica de Charles Chaplin, demonstra o ser humano que no viés animalizado era adestrado de forma massificada pelo quadro industrial, inclusive no momento da refeição.

³⁵ Segundo leciona Aboim M. G. da Silva (2008, p. 34) os direitos de segunda dimensão ou segunda categoria surgiram em razão dos problemas sociais presentes no Estado Liberal que confiante “no livre funcionamento do mercado, conduziu a um capitalismo desumano e escravizador; reinando, no século XIX, a exploração dos assalariados, bem como das mulheres e crianças”. A jurista em seus ensinamentos destaca então a atuação do *intervencionismo estatal*, decorrente da criação do “Estado Social de Direito” dos “direitos de igualdade”, que buscavam concretizar “uma igualdade material nas relações sociais”. Finaliza mencionada autora (SILVA, 2008, p. 36) salientando ainda que estes direitos “apontam para o problema fundamental de saber ser a sua previsão em norma jurídica pressupõe uma atuação positiva dos direitos, ou seja, o problema da efetivação.”

diretrizes do Estado Social de Direito, representando para o mundo do trabalho, uma tentativa de intervenção estatal em regular e controlar os anseios do mercado e sanar as violações advindas da exploração dos trabalhadores.

Entretanto, conforme já exposto na primeira parte deste capítulo, essa iniciativa não vingou e, acompanhada das crises de 1970 e 2008, consoante destaca Neves Delgado (2013, p. 251), fez renascer o “fetiche pelo Estado mínimo”, retomando-se na atualidade a política de abstencionismo estatal frente à ideia de regulação do mercado.

Neste contexto, salienta Supiot (2016, p. 103) que o liberalismo repaginado faz uso das diretrizes da governança por números, originada dos fundamentos da antiga economia planificada dos países outrora comunistas, contrariando os ditames da solidariedade e da justiça social, ambos previstos na Declaração da Filadélfia de 1944³⁶,

Instaurado, então, o vigente ultraliberalismo e, por conseguinte, o que Neves Delgado (2013, p. 251) destaca como a figura do Estado Poiético³⁷, com relação ao mundo do trabalho, fora incorporado, mais que nunca, a visão mercantilista do labor e do trabalhador como um “valor estritamente utilitário”.

O capitalismo em resposta à crise que está passando, segundo afirma Antunes (2009, p. 120), faz com que o trabalhador, em sua grande maioria, viva a “era da empresa flexível” e da “desverticalização produtiva”. Em resumo, o trabalho na concepção abstrata e objetivada está enfrentando uma conjuntura ainda mais perversa diante da falta de emprego³⁸.

³⁶ Leciona Supiot (2014, p. 9) que a Declaração da Filadélfia, edificada em 10 de maio de 1944, durante ainda o transcorrer da 2ª Guerra Mundial, representa pioneiramente “sob vários aspectos” o texto que “esmerava em fazer da justiça social uma das pedras angulares da ordem jurídica internacional”, com o intento de promover a paz duradoura, tornou-se conseguinte a Declaração da OIT, combatendo de plano, logo em seu item “a” a ideia de trabalho como mercadoria.

³⁷ Joaquim Carlos Salgado (1998, p. 56 *apud* Neves Delgado 2016, p. 21) conceitua que o Estado Poiético é “o produto do fazer econômico que nenhum compromisso tem com o ético, e procura, com a aparência da cientificidade, subjugar o político, o jurídico e o social. Não é ético, porque o seu fazer não se dirige a realizar os direitos sociais. Evidentemente, se o Estado realiza os direitos sociais, esse fazer é ético.” Complementando o raciocínio Neves Delgado (2012, p. 251) destaca ainda que “O Estado Poiético, ao propor novas ideologias e práticas para o mundo capitalista contemporâneo (com destaque para a flexibilização extremada das normas jurídicas e a desregulamentação, às vezes radical, do mercado laborativo), desestabilizou o trabalho, enquanto instrumento de emancipação e de consolidação de identidade social e coletiva do obreiro.”

³⁸ No âmbito das relações de trabalho este arcaísmo é o reflexo da crise do capitalismo, a qual englobada na lição de Sousa Santos (2002, p. 68), destacando a capacidade de generalidade e alcance da teorização deste autor, a define como parte do que nomeia “crise do paradigma dominante”.

Conforme destaca Neves Delgado (2013, p. 252), o que se percebe em concreto, é que as intervenções dos que comandam o Estado Poiético têm fragilizado todo tipo de trabalho, trazendo em comunhão mais opressão ao trabalhador. Isso permite recordar o panorama do século XIX, período em que a regulamentação protetora do trabalho era bastante modesta, imperando a subordinação do trabalhador e quase nenhuma garantia em contrapartida.

É diante desta circunstância que se destaca a atualidade da frase de Simone Weil³⁹ (1951, p. 187 *apud* SUPIOT 2014, p. 128), que em 1936 ao estudar a vida e o cotidiano dos operários da indústria automobilística francesa, afirmou: “Se fosse preciso ao mesmo tempo sofrer a subordinação do escravo e correr os perigos do homem livre, seria demais”.

Em resumo, o modelo ultraliberal e globalizado que se apresenta numa reinvenção do capital, segundo destaca Moraes Filho e Flores de Moraes (2014, p. 61), vem despontando por desconfigurar progressivamente a relação de emprego que, por sinal, é a expressão de trabalho, até então, mais regulada pelo direito. E tudo isto, sob o falso argumento de que a atual crise econômica exige que se proteja o trabalho em detrimento dos custos do emprego.

Com efeito, chama-se a refletir que se as ações estatais da atualidade estão voltadas à diminuição da tutela jurídica correspondente à relação de emprego, que é a representação de trabalho mais presente, então, praticamente, passa-se por despercebida as obrigações e os anseios de tutela aos trabalhos exercidos por aqueles alheios às relações empregatícias, ressaltando-se aqui, o exemplo: da agricultura familiar, da pesca artesanal e dos artesões regionais.

No caso das atividades acima elucidadas, o trabalho se caracteriza pelo distanciamento do modo de produção capitalista, sendo destacadas por Antonio Carlos de Santana Diegues (2001, p. 140) as seguintes peculiaridades:

[...] fraca acumulação de capital, dependência limitada da economia de mercado, importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de poucos impactos sobre a natureza.

³⁹ Conforme destaca o documentário da **PUC do Rio de Janeiro**, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cyiApUsDX7E>>, acesso em 28 dez. 2017, Simone Weil foi uma filósofa francesa que lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa, que para escrever sobre os trabalhadores e melhor descrever o cotidiano destes, empregou-se como operária nos quadros da indústria automobilística francesas.

Diante das observações de Diegues (2001), pode-se dizer que estes tipos de atividades de trabalho guardam, dentro de si, os requisitos de classificação produtiva do trabalho vivo, sendo, portanto, uma expressão do labor como valor de uso e não do valor-troca.

Assim, devido o presente estudo, envolver o debate sobre o direito ao trabalho dos pescadores artesanais, a reflexão acima se faz oportuna, pois tal modalidade de labor está distanciada da perspectiva de trabalho instrumentalizado como valor de troca ou trabalho objetificado.

Com fulcro nos ensinamentos de Wandelli (2012, p. 43), conforme será abordado no próximo capítulo, estaria a pesca artesanal no patamar laboral circunjacente, na maior parte de sua prática no baixo São Francisco, à ideia de “irredutibilidade do trabalho ao capital”, ou nas palavras de Dussel (2000, p. 326) de “não subsunção do trabalho pelo capital”.

É justamente pelo fato de a pesca artesanal não se inserir em geral na prática do trabalho abstrato, configurado como o mais auspiciado pelo capital, que se resulta, na prática do Direito, uma ausência de consolidação de um conjunto de normas jurídicas mais robustas ou evidenciadas a esse tipo de trabalho.

À vista de tudo isto, verifica-se que a historicidade do trabalho na contemporaneidade ocidental, certamente, demonstra que, para a maioria das pessoas, o trabalho tem se apresentado pela face das vicitudes advindas da exploração perpetrada pelo capitalismo ao longo dos últimos três séculos.

Entretanto, também, não se pode ser dito que o trabalho predominantemente presente em sua forma abstrata, a qual, em adendo, mesmo “em crise” a subordinação do trabalhador se faz mantida, consegue expressar a integralidade dos valores essenciais e da representação que o trabalho tem para o ser humano.

Desse modo, respondendo a primeira e a segunda pergunta, pode-se dizer, em resumo, que o trabalho sob os intelectos de diversos estudiosos, das mais variadas áreas, é reconhecido comumente como componente indispensável para a manutenção da vida. Todavia não seria justo resumi-lo à ideia de subsistência do ser humano, pois conforme salienta Battaglia (1958, p. 332) o trabalho “se nutre de uma razão vital”.

Na busca de uma definição do trabalho, diz Battaglia (1958, p. 19) que o vocábulo é “complexo” e que o labor “implica em diversos aspectos da vida”, concluindo ser o trabalho um elemento fundante da condição humana e como tal,

por mais abrangente que seja a sua definição, esta não pode se distanciar da ética e da dignidade humana. E neste sentido leciona:

Dada uma noção filosófica do trabalho, veremos como esta unifica os vários aspectos do trabalho segundo são definidos pelas outras disciplinas. [...] É preciso repelir por isso uma prática de trabalho mecânica ou fisiologicamente (SIC) comprovada se, como entende o pensamento ético, a moral a sente lesiva à dignidade humana; uma sistematização produtora ideada pela técnica, proclamada útil pela economia, se diminui certas exigências da liberdade, não deve de modo algum executar-se (BATTAGLIA, 1958, p. 24).

Alargando ainda mais esta concepção, quanto à indispensabilidade da importância do trabalho para a vida humana, com fulcro no princípio da produção, reprodução e desenvolvimento da vida formulado por Dussel (2000, p. 93), o trabalho se apresenta como um requisito que deve em sua execução corresponder à ética para que assim se possa efetivar uma “vida boa”, diga-se uma vida digna.

Ademais, como destaca por Neves Delgado (2013, p. 251), o trabalho também guarda dentro de sua essência valores que se contrapõem às mazelas acima apresentadas. E é neste sentido que Antunes (2009, p. 142) afirma ser por intermédio do trabalho que se instaura um “processo que simultaneamente altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha”.

Apesar de a conjuntura dominante demonstrar tantas violações, segundo esse sociólogo paulista (ANTUNES, 2009, p. 142), o trabalho não é só penosidade e nem exploração, o labor é um bem da humanidade que se desenvolvido na modalidade do trabalho vivo⁴⁰, quanto mais distanciado da concepção do trabalho objetificado, poderá promover sentidos à vida.

Sendo assim, a ausência involuntária de trabalho ou o impedimento ao exercício laboral, obstam não só a possibilidade de manutenção e do sustento da vida do ser humano, acarretando também violações que vão além da seara econômica, atingindo a autoestima, a identidade e a cultura do trabalhador.

Resta demonstrado que na atualidade o trabalho vem se encaminhando ainda mais para objetivação própria e, por conseguinte, do trabalhador. Contudo, embora exista um quadro de desfiguração da essência do propósito ético do trabalho, o labor

⁴⁰ Para Antunes (2009, p. 143), o labor quando exercido nos moldes do *trabalho vivo* que é o inverso do *trabalho abstrato*, ou seja, o labor “como criador de valores de uso, o trabalho na sua dimensão concreta, como atividade vital” torna a vida verdadeiramente repleta de significação, advertindo ainda o sociólogo que uma “vida cheia de sentido” não se restringe somente ao exercício do *trabalho vivo*, mas se faz presente no tempo livre, na arte, cultura, etc.

se apresenta, mesmo no âmbito do trabalho abstrato, como um recurso sempre indispensável para a manutenção da vida dos seres humanos, pois até aquele que não precisa ou não consegue trabalhar, depende do trabalho alheio para viver e suprir as necessidades básicas impostas pela vida em sociedade.

Assim, em sentido contrário à situação que se encontra predominantemente o trabalho no mundo contemporâneo, destaca-se a possibilidade de mudança através da necessidade de efetivação do direito humano e fundamental ao trabalho digno atrelado a concepção do trabalho vivo, ou seja, um trabalho que mantenedor da vida, seja fonte de desenvolvimento humano, promotor de felicidade e de significação, devendo, ser essa concepção um anseio de todos os sujeitos de direitos e deveres, bem como do próprio Estado.

1.2.2 Aspectos da historicidade normativa do trabalho como direito humano e fundamental

Muito embora, alguma das vezes, seja prolixo expor a historicidade normativa de qualquer direito, por oportuno, diante do propósito de discutir a efetividade do direito ao trabalho, torna-se pertinente também a compreensão sobre a sua origem e a edificação ao longo do tempo.

Neste escopo, considerar-se-á para tanto a delimitação cronológica do interstício entre o final da idade moderna ocidental e a contemporaneidade, dando ênfase quase que uníssona ao contexto nacional.

É neste sentido, que observando a civilização ocidental moderna, verifica-se que a construção do direito ao trabalho, ainda que distante da qualidade de direito social, desdobrou-se pela luta e auspícios do ser humano em poder dispor livremente da sua capacidade laboral.

Assim, com apoio em Sastre Ibarreche (1980, p. 144-149), Wandelli (2012, p. 250) aponta para a formalização inaugural do “direito ao trabalho” advinda do contexto político liberal, no qual se almejava praticar o livre comércio em oposição aos limites impostos pelo Estado e pelas corporações de ofício.

As primeiras previsões legais do direito ao trabalho neste sentido, nas palavras de Werner Keller (2016, p. 41), apareceram em 1791 na França, com a “*Le Chapelier*”, seguida da Declaração dos Direitos do Homem de 1793. Ambas foram de cunho individualistas que ao declararem a liberdade de trabalho, deram ensejo,

ao final, às justificativas dos empregadores que se baseavam nos contratos laborais para, deste modo, tentar escusar as violações suportadas pelos trabalhadores na época.

Conforme aponta Ronald Amorim e Souza (1985, p. 14), a proteção do direito ao trabalho no viés social, na qualidade de proteção material voltada a atender as necessidades da vida, ergueu-se embrionariamente ao final da primeira metade do século XIX. Destaca-se o seu início com a Revolução de 1848 na França, sendo, nesta ocasião, o trabalho a principal reivindicação dos manifestantes diante do quadro de crise econômica e o dos altos níveis de desemprego daquele momento.

No âmbito nacional, o direito ao trabalho posto em conformidade aos princípios dos direitos sociais, somente veio a ser desenvolvido a partir da implantação das políticas do Estado do Bem Social na década de 30 do século XX.

Antes disto, a Constituição de 1824 do Brasil imperial, destaca Maria Hemília Fonseca (2006, p. 164), era classificada como liberal, mas garantia a escravatura e em seu art. 179, XIV assegurava, nos mesmos moldes da “*Le Chapelier*”, a liberdade ao trabalho como livre exercício de uma profissão, não garantindo materialmente o trabalho em si.

A autora (FONSECA, 2006, p. 166) informa que a Constituição de 1891, através da emenda constitucional de n. 3 de 1926, ampliou o rol das garantias individuais e em seu art. 72, §24 dispunha também sobre “o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”.

Hemília Fonseca (2006, p. 164-166) aponta ainda que em ambas as Constituições⁴¹ o trabalho não era tratado como um direito social, até porque neste período não se consolidara no ocidente a concepção dos direitos de segunda dimensão.

No âmbito internacional, Neves Delgado (2015, p.68) destaca que o direito ao trabalho ganhou *status* de direito fundamental pela primeira vez com a Constituição de Queretário de 1917, seguido da Constituição da Alemanha em 1919. Acresce a autora, no entanto, que este direito veio somente a se consolidar como direito fundamental “no auge” do *Welfare State*, pós-segunda guerra mundial.

⁴¹ Com relação a esta parte da historicidade jurídica brasileira, Antônio Ferreira Cesarino Júnior (1980, p. 90) que nomeia o Direito Social, ao invés de Direito do Trabalho, classifica tal período da seguinte forma: de 1500 a 1888, período pré-histórico; de 1888 a 1930, período capitalista, considerando ambos “praticamente sem legislação social.”

Retomando ao Brasil, segundo Süsskind (1981, p. 61), é com a inovação da Constituição de 1934 que começa a vigor um texto constitucional não mais liberal-democrático, mais sim social-democrático. Sobre esta Constituição, Hemília Fonseca (2006, p. 169-170) afirma ter sido influenciada pela Constituição de Weimar, sendo este o primeiro momento em que o ordenamento jurídico nacional positivou constitucionalmente o “direito ao trabalho”, fazendo isto no art. 113, n. 34 da CF/34.

Hemília Fonseca (2006, p. 171) ainda ressalta que o direito ao trabalho presente no art. 113 estava associado à disposição do artigo constitucional de n. 121, §5º, que, por sua vez, ao encaminhar os “sem trabalho” a colônias de labor, indicava de certa forma a imposição do trabalho às minorias como um “dever”.

Com o advento da Constituição de 1937, inspirada na *Carta del Lavoro*⁴² italiana e na Constituição Polaca, cujas concepções fascistas despontavam em seus bojos, segundo Hemília Fonseca (2006, p. 72), este texto “representou um grande retrocesso no tocante aos direitos e garantias individuais”.

O tratamento dado ao trabalho no artigo constitucional de n. 136 o considerou ao mesmo tempo um direito e um dever social que, segundo Cesarino Jr. (1980, p. 93), deveria ser tutelado pelo Estado “em todas as suas modalidades”.

A Constituição de 1946 abarcada no período intitulado por Cesarino Jr. (1980, p. 90) como “corporativo”, do mesmo modo que em 1937, no seu art. 145, parágrafo único, igualmente estabelecia o trabalho, segundo ressalta Amorim e Sousa (1985, p. 16) e Hemília Fonseca (2006, 177), como um “dever moral”, uma “obrigação social”.

Neste sentido, em relação à conotação do dever ao exercício do labor, a doutrina de Cesarino Jr. (1980), em tom mais incisivo e combativo, inclusive, ao caráter discriminatório da norma infraconstitucional abaixo, destacava, no caso concreto, a possibilidade de aplicação do art. 59 da Lei de contravenções Penais⁴³

⁴² Cesarino Jr. (1980, p. 93) explica que havia “diferenças fundamentais” entre a *Carta del Lavoro* e Constituição brasileira de 1937 no tocante ao dever de trabalhar. Salienta que a Constituição brasileira declarava o trabalho como “um bem que é dever do Estado proteger”, possuindo, portanto, um “caráter solidarista” e que a legislação italiana colocava o trabalho como um dever social e somente neste sentido “era tutelado pelo Estado” que com sua natureza totalitária, almejava puramente o desenvolvimento estatal.

⁴³ Também criticando a existência desta previsão legal, contudo num viés mais amplo, Wandelli (2012, p. 249-250) comenta que o art. 59 da Lei das Contravenções Penais “é francamente discriminatório, pois o bem jurídico protegido – o pacto social de produtividade – é afetado tanto pela vadiagem do pobre, quanto pelo parasitismo dos rentistas, com a agravante de que este último atua sem qualquer constrangimento fático e produz efeitos muito mais nocivos à coletividade, ao deslocar recursos da esfera da produção para a esfera da especulação financeira”.

para quem não trabalhasse, salientando o jurista, devendo ser considerado as concepções do período em que se encontrava, o seguinte raciocínio:

Do próprio direito ao trabalho decorre o dever do trabalho. Se o trabalho é essencial para a subsistência de cada indivíduo, obviamente o é também de todos coletivamente considerados. Cada indivíduo, não produz tudo o de que necessita. É evidente a solidariedade que deve unir todos levados a permutar bens e serviços, vale dizer, produtos do trabalho. Sendo o trabalho de cada um indispensável a todos, ao lado do direito ao trabalho coloca-se o dever de trabalhar, sem distinção de classe social, excluídos os casos de menoridade, senilidade e invalidez. O simples fato de possuir bens de fortuna não deve exonerar ninguém do dever de trabalhar. Deve-se, portanto, revogar o final do art. 59 da Lei das Contravenções Penais; “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, *sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência*”, e o seu § único: “*aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena*” (CESARINO JUNIOR, 1980, p. 107, grifo nosso).

A seguir, sobressaindo o totalitarismo e iniciado o “período revisionista”, assim intitulado por Cesarino Jr. (1980, p. 97), com o golpe militar de 1964, a Constituição de 1967 dispunha no seu art. 153, §23 sobre a liberdade de trabalho, ressaltando que tal exercício, nos termos do art. 154, era passível o controle da liberdade profissional pelo Estado.

Aponta Hemília Fonseca (2006, p. 180) que este texto constitucional não fazia menção expressa sobre o direito ao trabalho, nem acerca do dever de trabalhar, a conclusão neste sentido decorria da hermenêutica constitucional.

Passado o período de opressão institucionalizada, com a volta do regime democrático, adveio a Constituição de 1988, símbolo da participação popular. Instaurou-se o “Estado Democrático de Direito” com fundamento absoluto no princípio da dignidade humana⁴⁴, seguido, em destaque, pelo princípio do valor social do trabalho e da livre iniciativa, conforme prevê o art. 1º, incisos III e IV do referido texto constitucional.

A Magna Carta de 1988 também definiu no *caput* do art. 170, que a ordem econômica nacional se fundamenta e se legitima em consonância com a dignidade humana, o valor social do trabalho, a livre iniciativa e a justiça social.

⁴⁴ Segundo Ledur (1998, p. 54) foi em 1949 na Constituição da Alemanha, em seu artigo 1º, que pela primeira vez se atribuiu *status* de princípio jurídico e direito fundamental à dignidade da pessoa humana. Na Constituição de 1946 do Brasil a dignidade ainda não estava elencada como princípio fundamental estruturante do ordenamento jurídico, contudo desde aquele momento vinha inter-relacionada com o direito ao trabalho no art. 145. E em igual previsão a Constituição de 1967, apesar do panorama do governo totalitarista da época, dispôs em seu art. 160 que a valorização do trabalho seria condição da dignidade da pessoa humana, como princípio da Ordem da Econômica e Social.

Partindo ao mundo do trabalho, José Felipe Ledur (1998, p. 95), analisando estes artigos, conclui que “a dignidade da pessoa humana é inalcançável quando o trabalho humano não merece a valoração adequada”. O autor (LEDUR, 1998, p. 104) assevera que o princípio da dignidade humana, conforme posto, está inteiramente relacionado ao exercício do trabalho, o que, por conseguinte, não implica em defender a realização de qualquer trabalho, mas sim um limite ao trabalho para que este seja digno.

Deste modo, quanto à previsão de proteção e garantia deste bem, o trabalho, destaca Ledur (1998, p. 97-98) que a Constituição de 1988 assegurou o direito ao labor no âmbito do art. 6º, estabelecendo o seu exercício em atenção aos ditames do princípio fundamental da dignidade humana.

Acrescendo a relevância dos princípios da valorização do trabalho humano e do valor social do trabalho como instrumentos de garantia da dignidade humana, Eros Roberto Grau (2008, p. 199, grifo nosso) sintetiza qual foi o intento do constituinte com relação à proteção ao trabalho, tecendo o ensino abaixo:

Nos quadros da Constituição de 1988, de toda sorte, da interação entre esses dois princípios e dos demais por ela contemplados – particularmente o que define como fim da ordem econômica (mundo do ser) assegurar a todos existência digna – resulta que valorizar o trabalho humano e tomar como fundamental o valor social do trabalho importa em conferir ao trabalho e seus agentes (os trabalhadores) tratamento peculiar.

Grau (2008, p. 207, grifo nosso) ressalta inclusive que o princípio da livre iniciativa dentre as várias ramificações que possui, também representa expressão de liberdade intitulada ao trabalho, conforme previsto no art. 5º da CF/88, e neste sentido, anota pertinente observação:

É que a livre iniciativa é um modo de expressão do trabalho e, por isso mesmo, corolária da valorização do trabalho, do trabalho livre – como observa Miguel Reale Júnior – em uma sociedade livre e pluralista. Daí por que o art. 1º, VI do texto constitucional – de um lado – enuncia como fundamento da República Federativa do Brasil o valor social e não as virtualidades individuais da livre iniciativa e – de outro - o seu art. 170, caput coloca lado a lado trabalho humano e livre iniciativa, curando contudo no sentido de que o primeiro seja valorizado.

Verifica-se, em resumo, que o direito ao trabalho na Constituição de 1988 se encontra disposto expressamente em seu art. 6º e a liberdade de trabalho no art. 5º, XIII. Cabendo destacar que no tocante ao dever de trabalhar, o texto constitucional de 1988, diferentemente das Constituições de 1937 e 1946, não dispôs esta

previsão.⁴⁵ E consoante destaca Hemília Fonseca (2006, p. 191), inexistente a mencionada obrigação no texto constitucional até mesmo em sentido moral, apontando a autora, contudo, a previsão infraconstitucional do dever de trabalhar no art. 41, II da Lei de Execução Penal, a qual, por sinal, entende-se não recepcionada pela Magna Carta atual.

Nesse ínterim, diante da importância constitucional dada ao trabalho, Neves Delgado (2015, p. 74-75) constata que a Constituição de 1988 representa “um novo paradigma”, o qual a partir da valoração do trabalho fixou um novo “conteúdo para o Direito, para a sociedade e para o próprio Estado”.

Observando a afirmação de Neves Delgado e a importância constitucional e social que tem o direito ao trabalho, com fulcro nas lições de Herrera Flores (2009), no âmbito dos direitos humanos, em seu sentido *lato sensu*, assevera-se não ser admitido que a Constituição de 1988 criou o direito ao trabalho, ou seja, que o direito positivado por si só tem o condão de criar outros direitos. Nesta hipótese retomar-se-ia ao que o autor espanhol (FLORES, 2009, p. 28) indica como “falácia do positivismo”, criticada no primeiro tópico deste capítulo.

Tal afirmação é bastante forte à esfera da teoria do constitucionalismo contemporâneo brasileiro. Porém não se encerra na afirmação de que o direito ao trabalho, na qualidade de princípio constitucional e, portanto, mandamentos de otimização⁴⁶, não possa determinar em contraposição, deveres e obrigações que objetivando assegurar a efetividade do acesso ao trabalho, direcionem o Estado e os sujeitos de direitos e deveres a esse compromisso. Neste sentido, assevera, inclusive, o escólio de Wandelli (2012, p. 237-238):

Trata-se, então de compreender que, em torno de “um” direito ao trabalho, enfeixa-se um complexo de posições jurídicas subjetivas tanto de caráter

⁴⁵ Aponta Hemília Fonseca (2006, p. 191) que havia previsão do dever de trabalhar no bojo do Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais de Set./86, que no artigo 342 apresentava a seguinte redação: “A ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: I - o direito ao trabalho, mediante uma política de pleno emprego; II - o trabalho como dever social, salvo razões de idade, doença ou invalidez; [...]”.

⁴⁶ Na teoria dos direitos fundamentais, Robert Alexy (2008, p. 90-91, grifo nosso) destaca que os princípios como mandamentos de otimização representam um “ponto decisivo” no que tange a diferenciação entre regras e princípios, salientando o autor o seguinte escólio: “Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes. Já as regras são normas que são sempre satisfeitas ou não satisfeitas. Se uma regra vale, então, deve se fazer exatamente aquilo que ela exige; nem mais, nem menos. Regras contêm, portanto, determinações no âmbito daquilo que é fático e juridicamente possível. Isso significa que a distinção entre regras e princípios é uma distinção qualitativa, e não uma distinção de grau. Toda norma é ou uma regra ou um princípio.”

prestacional (prestações fáticas e normativas), quanto de caráter defensivo, como direitos de proteção, assim como emanam, desse mesmo direito, obrigações ao Estado e aos particulares, de respeitar, proteger, e satisfazer que configuram a sua dimensão objetiva. Esse plexo configura aquilo que Robert Alexy denomina de um “direito fundamental como um todo”, que reflete o conjunto de posições jurídicas definitivas e *prima facie* adscriptas a um dispositivo de direito fundamental e relacionadas entre si.

Melhor esclarecendo o que se defende neste estudo, com base na teoria crítica relativa aos direitos humanos, *lato sensu*, é que a existência de um direito ao trabalho como princípio ou regra no ordenamento positivado, por si só, não criará condições dignas em concreto aos sujeitos de direito e deveres, mas sim a possibilidade de lutar pelo acesso ao bem em questão. É assim que deve ser visto o direito humano e fundamental ao trabalho, advindo, inclusive, de processos de lutas no decorrer cronológico social.

Noutro aspecto, cumpre também destacar que o processo de constitucionalização interno de valoração do trabalho atado ao princípio da dignidade humana é reflexo direto do ordenamento internacional, o qual o Brasil é signatário.

E desse modo, há diversas previsões que elencam o direito ao trabalho à categoria de direito humano, dando destaque a seguir aos exemplos apontados por Wandelli (2012, p. 225-237), sendo estes: o art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; o art. 6º da Declaração Sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social de 1969 da ONU; a Resolução 34/46 de 1979 da ONU; os arts. 6º, 7º e 8º do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; o art. 6º do Protocolo de São Salvador que foi adicional ao Pacto de São José da Costa Rica; o art. 8º, item 3, a, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; o art. 45, b, da Carta da Organização dos Estados Americanos; o art. 1º da Convenção 122 da OIT; a Declaração da Filadélfia e especialmente o seu item a; os artigos 11, 25, 26, 40, 52 e 54 da Convenção Internacional de Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Familiares.

À vista do exposto, conclui-se que todo este processo que culminou, por agora, na contextualização do direito ao trabalho atado à dignidade humana, além de explanar quais os valores normativos e qual a finalidade dada a este direito ao longo do tempo, assinala, igualmente, segundo Fabrício Bertini Pasquot Polido e Marcelo Maciel Ramos (2015, p. 215), que as heterogêneas conceituações do

trabalho acabam repercutindo também “na esfera das normas sociais a ele reportadas”.

Com efeito, a historicidade do trabalho retratada no tópico anterior, quando apreciada em paralelo ao processo de edificação do direito ao trabalho ora exposto, demonstra que as alterações recaídas ao longo do tempo sobre o valor social, econômico e cultural do próprio trabalho, repercutem diretamente nas transformações das concepções do correspondente direito que, como afirmado, não surge por conta própria.

No caso do direito ao trabalho, em resumo, nota-se no seu processo institucional e social de consolidação, segundo Keller (2016, p. 41), que inicialmente transcorreu pela luta da liberdade de trabalhar, “direito a um trabalho”. Depois pelo “dever de trabalhar” e conseqüente alcançou à categoria de “direito ao trabalho”, na qual se torna e, assim, deve ser aplicado como um instrumento⁴⁷ que, indo além do positivismo, deve possibilitar o acesso real ao trabalho e à realização da dignidade humana, abarcando em seu conteúdo valores sociais, econômicos e culturais.

1.2.4 O Direito ao Trabalho e a sua da efetividade

Anteriormente foram abordados os valores e as características da relação de trabalho predominante no mundo ocidental. Foi, também, exposto o trabalho na qualidade de bem necessário para se viver com dignidade e, demonstrado, consecutivamente, a evolução histórica normativa do direito ao trabalho e o contexto sociopolítico prevalecente.

Cumpre-se ao propósito, neste instante, dissertar sobre a conceituação e a questão da efetividade deste direito social que, segundo Wandelli (2013, p. 108), é o instrumento de mediação indispensável para garantir a acessibilidade ao trabalho e a dignidade do ser humano. A princípio cabe anotar que a autoria da expressão “direito ao trabalho”, segundo Amorim e Souza (1985, p. 15) e Wandelli (2012, p. 38), foi do filósofo francês Charles Fourier que em 1819 havia proferido o termo.

⁴⁷ Conforme abordado no início deste capítulo, seguindo a teoria crítica de Herrera Flores (2009, p.18), a importância do Direito para a sociedade se destaca principalmente por dever representar um instrumento resultado dos processos de luta em prol da emancipação social e do desenvolvimento da vida, atado ao princípio da dignidade humana, não podendo, portanto, deixar de ser visto e concebido como um meio que possibilita a humanidade o acesso aos bens e recursos.

Em defesa do direito ao trabalho frente ao contexto de miserabilidade dos trabalhadores na França no século XIX, Fourier (2001, p. 396), considerado um dos socialistas utópicos, em sua obra *Théorie de l'Unité Universelle*, manifestou sua indignação, anotando a seguinte observação:

L'Écriture nous dit que Dieu condamne le premier homme et sa postérité à travailler à la sueur de leur front ; mais il ne nous condamne pas à être privés du travail d'où dépend notre subsistance⁴⁸.

Ademais, tanto quanto o trabalho em si próprio percebe-se que o direito ao trabalho, também, possui multidimensões categóricas de conceituação, proteção, aplicação e valoração. Neste sentido, reporta Hemília Fonseca (2006, p. 129), ao citar respectivamente, Gregorio Peces-Barba (1990, p. 4) e Pierre Jaccard (1971, p. 246), que inexistente uma única definição para o mencionado direito, sendo bastante controvertida a sua conceituação.

Outrossim, não sendo o escopo deste estudo adentrar com profundidade ao debate da ramificação dogmática do direito ao trabalho, cabe informar que há divergências doutrinárias acerca da relação estabelecida entre este e o Direito do Trabalho.

No caso, a doutrina majoritária, a exemplo das lições de Amorim e Souza (1985, p. 5), salienta que o Direito ao Trabalho estaria “embutido” no Direito do Trabalho⁴⁹. Por sua vez, a linha minoritária, segundo Ferrari (2011, p. 52), delimita o Direito do Trabalho às relações empregatícias, destacando o Direito ao Trabalho como mais abrangente, envolvendo todas as relações do mundo laboral, inclusive a empregatícia⁵⁰.

⁴⁸ Ronald Amorim Souza (1985, p. 15) traduz o dizer de Charles Fourier da seguinte forma: “A escritura diz que Deus condenou o primeiro homem e a sua posteridade a trabalhar com o suor do seu rosto, mas não nos condenou a sermos privados do trabalho de que depende a nossa existência”.

⁴⁹ Numa perspectiva mais restrita, ignorando as outras formas de trabalho, Raymundo Laranjeiras, no prefácio da obra de Amorim e Souza, afirma que o elo entre o *direito ao trabalho e o trabalhador* é, por enquanto, resumido à relação contratual e subordinada, salientando o jurista (1985, p. 5) a seguinte conclusão: “De toda sorte, o direito ao trabalho, ponto central da obra, é uma prioridade que imprime equilíbrio às relações sócio-econômicas, encerrando um complexo de vital importância para as forças que atuam no processo desenvolvimentista. Em relação ao obreiro, propicia um binômio interativo, pelo qual o coloca – enquanto trabalhador genericamente considerado – sob a expectativa de ter absorvida sua mão-de-obra, ou vai ainda buscar para ele – agora já na condição de empregado – as soluções de garantia mesma do seu emprego.”

⁵⁰ Alargando parte da concepção doutrinária, Ferrari (2011, p. 52) leciona que o Direito do Trabalho está entabulado no art. 7º da CF/88, recaindo este somente sob as relações de vínculo empregatício, a qual fora tratada com maior preocupação pelo legislador, tendo, entretanto, o Direito ao Trabalho, previsto no art. 6 da CF/88, abrangência maior que o segundo. Neste sentido Iranir (2011, p. 52)

Noutra perspectiva, mais determinante para o presente estudo, a favor de uma conceituação crítica do Direito ao trabalho, destaca-se Cesarino Jr. (1980, p. 107), que em definição anterior à Constituição de 1988, salienta ser o mencionado direito o “corolário imediato do próprio direito à existência e, portanto, como este também é um direito primordial.”

Com uma maior abrangência, Ferrari (2011, p. 53) aponta que o Direito ao Trabalho tem como finalidade assegurar o direito à vida, tecendo a seguinte explanação “Vem, pois, do Direito ao Trabalho, que possibilita o direito à sobrevivência, o maior bem da vida, trabalho que há de ser digno, escolhido livremente, e que se revista dos valores sociais inerentes a toda e qualquer pessoa humana”.

Correlativo ao tema que estudou, Brito Filho (2004, p. 55), ao lecionar sobre as estruturas que fundamentam o trabalho decente⁵¹, assevera ser o direito ao trabalho a base inicial que sustenta todos os demais requisitos para a promoção deste escopo.

Em outra linha, Wandelli (2012, p. 1021), inspirado nas lições de Herrera Flores (2009), destaca ser o direito ao trabalho a plataforma de acesso a um bem; o trabalho, que, por sua vez, deve satisfazer as necessidades humanas. O mencionado jurista complementa o raciocínio definindo o direito ao trabalho da seguinte forma:

O direito humano e fundamental ao trabalho é, então, a primeira mediação jurídica que funda o discurso do direito sobre o campo vital do trabalho, sobre os modos sociais pelos quais as pessoas aplicam e desenvolvem as suas capacidades em uma atividade produtiva com valor de uso. Em nossa compreensão, esse direito tem um caráter multidimensional (WANDELLI, 2012, p. 1023).

Outrossim, conforme afirma David Sanchez Rubio no prefácio da obra de Wandelli (2012, p. 22), enquanto direito, o direito ao trabalho “tem potencial crítico e transformador das instituições e das mediações humanas”, não devendo, portanto,

destaca: “tenho um pensamento mais amplo, fora das restrições do emprego com suas pequenas garantias, no sentido de que todo o tipo de trabalho há de merecer tratamento jurídico adequado, porque está em jogo o direito ao trabalho, muito mais do que o direito do trabalho, que só protege quem tem vínculo empregatício.”

⁵¹ Consoante leciona Brito Filho (2004, p. 61) o trabalho decente, em resumo, é representado pelo conjunto intitulado como mínimo de garantias que se estabelecidas pelo: “direito do trabalhador que corresponde: à existência de trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais.

prosperar qualquer escusa que impeça a sua efetividade conforme saliente Brito Filho (2004, p. 55). O direito ao trabalho se estabelece como um princípio constitucional que tem aplicabilidade imediata⁵², recaindo em mandamentos tanto sobre o empregador quanto sobre o Estado.

Alargando ainda mais a conceituação do direito em discurso, Neves Delgado (2015, p. 67), atrela-o ao princípio da dignidade humana, afirmando que o direito ao trabalho digno, é um elemento concretizante “das liberdades básicas do homem”, e no âmbito normativo jurídico goza de aplicabilidade imediata, tendo em vista ser um direito fundamental.

Neste sentido, inclusive, Hemília Fonseca (2006, p. 258) afirma ser o direito ao trabalho um direito humano, que tanto no ordenamento jurídico interno quanto no internacional, apresenta-se como “direito econômico-social fundamental”, assumindo no Brasil a estrutura de princípio jurídico com o advento da Constituição de 1988.

A presente dissertação emprega a concepção do direito ao trabalho a partir dos primados da teoria crítica dos direitos humanos e do processo emancipatório proposto pela ética da libertação de Dussel (2000). Assim, defende-se que ao se efetivar o direito ao trabalho digno é disponibilizado ao ser humano um elemento ontologicamente essencial, por meio do qual, além de fundamentar a sua “subjetividade individual e social”⁵³, efetiva as suas necessidades e liberdades básicas, entabuladas em resumo, pelo princípio da “produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em concreto.”

São por essas razões que o direito ao trabalho, consoante ratifica Wandelli (2012, p. 1019), é o principal direito social existente. Contudo, mesmo à vista de toda a sua importância, o contexto fático caracterizado pelo “esvaziamento de sentidos” do mundo do trabalho, acaba por ocasionar a inefetividade do correspondente direito.

No mundo concreto, diante da grande redução da relação laboral, a partir da modernidade capitalista, às nuances do trabalho objetificado e abstrato, o Direito

⁵² Complementando esta afirmação, Hemília Fonseca (2006, 259-333) afirma que a defesa do direito ao trabalho de modo individual é exercida por intermédio de mecanismos específicos, e cita: o princípio da não discriminação no processo admissional; o direito ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência; o direito ao trabalho nos momentos prévios ou constitutivos da relação de emprego; o direito ao trabalho no desenvolvimento da relação de emprego; o direito ao trabalho na extinção da relação de emprego. E quanto ao modo coletivo, é exercida pelo Estado, por intermédio de mecanismos jurídicos e políticas públicas.

⁵³ Conforme sintetiza Antunes (2009, p. 161), o trabalho representa também a “gênese da própria consciência do ser social”.

refletido pelos processos de luta da classe trabalhadora, mais organizada, no caso a assalariada, passou, portanto, a regular o universo destas relações com mais amplitude que as demais formas de labor. Decorre daí, no ordenamento jurídico nacional, o art. 7º da CF/88, a Consolidação das Leis Trabalhistas e demais legislações infraconstitucionais.

Assim, não obstante a imprescindível importância da proteção aos trabalhadores inseridos nas relações de trabalho abstrato quanto à perspectiva da tratativa do direito ao trabalho para com as demais relações laborais, acredita-se que em virtude de uma luta de classe em menor contingente, mas não em menor importância, o Direito vem se entabulando numa doutrina e legislação com viés mais voltado à relação empregatícia ou quando não, atua com mais discricção com relação às demais formas de trabalho.

Segundo Wandelli (2012, p. 251), o capitalismo ao transformar o trabalho em mercadoria e, consecutivamente, a predominância do trabalho abstrato, desencadeou, por conseguinte, “uma separação radical entre o tempo de trabalho e o tempo de vida”, excluindo, inclusive, a atenção das outras formas, alheias ao trabalho abstrato, em que o trabalho se apresenta e também se relaciona com a vida.

Neste aspecto, a globalização da racionalidade capitalista apontada por Sousa Santos (2002, p. 366), que segundo Herrera Flores (2009, p. 17), difundiu a ideologia exploratória, individualista e competitiva, dentre outros efeitos, fez com o que o direito ao trabalho na prática sofresse um “esvaziamento” de valores e sentidos, conforme afirma Antunes (2009, p. 275) e Wandelli (2012, p. 164).

Culturalmente, inclusive, no ocidente não se reconhece, na maioria das vezes, como uma violação de direitos a ausência de trabalho para aqueles que estão fora da relação contratual do trabalho objetificado. É preciso notar que as causas que repercutem nos flagelos do mundo do trabalho, nos óbices que recaem sobre os direitos humanos e fundamentais, repisam também diretamente sobre a ausência de efetividade do direito em questão.

Na atualidade esta inefetividade do direito ao trabalho, conforme assevera Supiot (2014, p. 70) decorre da aplicação da “governança por números” que afastou o Estado e os trabalhadores dos ditames da Declaração da Filadélfia, acarretando, assim, na ausência de fraternidade no âmbito coletivo social. Para Neves Delgado (2013, p. 251), a ausência de concretização deste Direito decorre da atuação do

Estado Poético que em aversão à ética, contraria os princípios e compromissos da justiça social.

Em sentido abrangente, Antunes (2009, p. 91), considera que a perda de significação do trabalho, majorada pela reação atual do capitalismo frente à própria crise, tem se instrumentalizado, inclusive, através da “desregulamentação e flexibilização das normas protetivas”, acarretando no afastamento de fato do direito ao trabalho digno.

Por sua vez, Wandelli (2012, p. 103) elege dois “obstáculos epistemológicos” que são empecilhos à “força normativa” do direito do trabalho. O primeiro a afirmação de que o “Estado não tem como garantir um posto de trabalho”, não sendo possível este ente “empregar diretamente” todas as pessoas e muito menos obrigar as empresas a contratar. O segundo expresso na própria fundamentação teórica do trabalho⁵⁴ que na “dominância das relações atadas ao trabalho objetivado afasta os pressupostos do trabalho vivo” e as benesses advindas destes.

Percebe-se, deste modo, que os autores ora estudados, apesar de nomearem de forma diferente as causas responsáveis pela inefetividade do direito ao trabalho, comunicam-se com unicidade quando indicam que a origem da não concretude do direito em questão, advém do modo como o modelo econômico de desenvolvimento capitalista é aplicado pelas políticas ultraliberais da atualidade.

Isto posto, verifica-se que a inefetividade do direito ao trabalho é a demonstração na vida real de que a concretização de um direito humano, mesmo quando advindo de um processo de luta, ao final, é provisória conforme ensina Herrera Flores (2009, p. 31). Fazendo-se, portanto, necessário que o propósito para o qual o Direito fora criado se mantenha perene nas ações do Estado e dos sujeitos de direitos e deveres, pois caso contrário, acaba se tornando uma legislação simbólica⁵⁵, consoante assinala Marcelo Neves (2011).

⁵⁴ Segundo Wandelli (2012, p. 103), este “segundo obstáculo é o próprio esvaziamento da percepção da importância do trabalho na sociedade capitalista, como resultado de que o trabalho na modernidade tem em muito se realizado com “degradação, exploração e negação do sujeito trabalhador.”

⁵⁵ Marcelo Neves (2011, p. 29-33) leciona que a legislação simbólica se expressa pela consequência advinda do texto normativo cuja função latente de natureza “político-ideológico” sobressai ao sentido “normativo-jurídico”. Em sua obra a constitucionalização simbólica, o autor não resume sua análise sobre a ineficácia das normas constitucionais, ele discorre acerca da distinção entre o texto e a norma constitucional, analisando os efeitos da legislação constitucional normativamente ineficaz no âmbito social, discutindo, assim, a função simbólica de textos constitucionais cuja concretização normativo-jurídico se faz inexistente. Assim, utilizando-se dos estudos de Harald Kinderman, apresenta um modelo “*tricotômico*” da legislação simbólica, afirmando que as diretrizes desta

É preciso mudar esta ordem dominantemente imposta, que vem perdurando por questões políticas, econômicas e culturais, em que os interesses do mercado influenciam diretamente na atuação do Estado e no modo de vida das pessoas. E deste modo, para combater a superioridade e o “domínio da sociabilidade que o capital exercer sobre o trabalho” é necessário ver no direito ao trabalho um mecanismo que vá além do trabalho abstrato e da lógica da dominação. Isso nas palavras de Wandelli (2012, p. 19) pode ser efetivado pelo exercício do trabalho vivo como uma dinâmica de emancipação social.

Então, considerando mais uma vez as diversas dimensões que possui o direito ao trabalho, bem como os inúmeros caminhos de luta para sua efetividade, a citar os treze aspectos normativos⁵⁶ apontados por Wandelli (2012, p. 1025), já que o foco deste estudo é discutir a efetividade do direito ao trabalho do pescador artesanal, que em sua atividade, por natureza, se distância do mundo do trabalho abstrato, opta-se, na presente dissertação, dentre estes treze aspectos, pela tutela e concretização da “liberdade de trabalho e exercício profissional e pelo reconhecimento e proteção jurídica das formas não assalariadas de trabalho.”

E é neste intento que alinhando ao objeto de estudo discorrer-se-á no próximo capítulo sobre a atividade da pesca artesanal, com fulcro na defesa das concepções formais e materiais do direito ao trabalho, que aqui se fazem representadas respectivamente pelos ditames do art. 5, XIII e pelo *caput* do art. 6º, ambos da Constituição Federal de 1988.

legislação podem ser: 1) a confirmação de valores sociais, 2) a demonstração da capacidade de ação do Estado e 3) O adiamento de uma solução de conflitos sociais através de diretrizes dilatórias.

⁵⁶ Segundo Wandelli (2012, p. 1025) a) o pleno emprego qualitativo e seus requisitos; b) os serviços de acessibilidade ao emprego e de formação e capacitação profissional; c) a acessibilidade igualitária às oportunidades de trabalho; d) a liberdade de trabalho e exercício profissional; e) a proteção da infância e adolescência perante o trabalho; f) a proteção contra o desemprego e o acesso à seguridade social; g) a promoção e a proteção ao padrão jurídico de trabalho decente; h) o direito à autorrealização e ao conteúdo do próprio trabalho; i) a proteção em face da despedida ou privação injusta de trabalho; j) o reconhecimento e a proteção jurídica das formas não assalariadas de trabalho; k) as condições de saúde e a segurança no trabalho, incluído o ambiente organizacional; l) o salário decente e a participação dos resultados da riqueza produzida; m) a tutela da profissionalidade e o desenvolvimento profissional.”

2. O TRABALHO DO PESCADOR ARTESANAL E O MEIO AMBIENTE

Não posso respirar, não posso mais nadar/ A terra está morrendo, não dá mais pra plantar/ E se plantar não nasce, se nascer não dá/ Até pinga da boa é difícil de encontrar/ Cadê a flor que estava aqui?/ Poluição comeu/ E o peixe que é do mar?/ Poluição comeu/ E o verde onde é que está?/ Poluição comeu/ Nem o Chico Mendes sobreviveu. [Canção: Xote Ecológico, Composição: Luiz Gonzaga]

No capítulo anterior, a apreciação acerca dos direitos humanos e fundamentais do trabalho e do direito ao trabalho foi realizada pelo viés da teoria crítica do direito. Na sequência, essa mesma estratégia será empregada ao exame da ordem ora dominante, que nas palavras de Sousa Santos (2002, p. 282-322) é reflexo da “lógica da acumulação de capital” e da “racionalidade moderna”. Portanto, o objetivo do presente capítulo será estudar a pesca artesanal que conforme destaca Antônio Carlos Sant’Ana Diegues (1983, p. 3) é um “setor esquecido da divisão social de produção”.

O descaso que acomete a proteção jurídica do trabalho do pescador artesanal é denunciado por Larissa Tavares Moreno (2015, p. 17). Esta atividade que de início aparenta ser, na ótica do utilitarismo contemporâneo, insignificante à sociedade como um todo, recebe destaque de Eduardo Schiavone Cardoso (2016 p. 44), que em sentido contrário demonstra, dentro de um quadro atrelado a quantificações, que no cenário nacional há cerca de 1 milhão de pescadores artesanais e o trabalho exercido por eles é responsável pela produção de mais que 50% de toda a pesca extrativista do Brasil.

Neste aspecto, Diegues (2004, p. 182) aponta que há no mundo mais de 10 milhões de pescadores artesanais responsáveis por quase metade da produção pesqueira mundial. Segundo este sociólogo, as estatísticas abaixo citadas sobre o âmbito da pesca artesanal no Brasil geralmente são “falhas e contraditórias”, pois não há um padrão de quantificação, podendo, entretanto, estimar a existência do mesmo 1 milhão de pescadores¹ indicada por Cardoso (2016, p. 44).

¹Diegues (2004, p. 183) aponta que na quantificação de pescadores artesanais se computa tanto pescadores, pescadoras, os que comercializam, constroem e consertam embarcações, realizam o processamento do pescado, etc. Acrescentando aqui, inclusive, as mulheres que trabalham como marisqueiras.

O relatório, Perfil Laboral dos Pescadores Artesanais do Brasil: insumos para o programa do defeso, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)², em aferição mais restrita quanto à qualificação dos pescadores, indica que no ano de 2013 a quantidade de pescadores artesanais que trabalhavam por conta própria, sem relação empregatícia e voltados para a produção do consumo próprio, correspondia ao número de 440.266 mil trabalhadores. Desse modo, cerca de 90,3% dos pescadores existentes no Brasil eram pescadores artesanais.

O penúltimo relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)³, Estatísticas da Pesca de 2006, ressaltando que o mais recente, divulgado ainda em 2007, não apresenta dados da totalidade dos peixes advindos da pesca artesanal, conforme destaca Cardoso (2016, p. 44), aquele de 2006 anotou que 48,3 % de toda a produção do pescado no Brasil em 2006 adveio da pesca artesanal, sendo 25,8% da pesca extrativa industrial e 25,9% da aquicultura.

Já na região norte e nordeste do país, a pesca artesanal, respectivamente, correspondeu a 78,4% e 66,2% da totalidade produzida. No baixo São Francisco, o estudo realizado por Priscila Costa Rezende e Igor da Mata Oliveira (2015, p. 675) aferiu que nessa região existem cerca de 19.000 mil pescadores artesanais, tendo a maior presença de pescadores nos municípios de Piaçabuçu/AL, seguido de Neópolis/SE e Penedo/AL.

Esses números demonstram um dos aspectos da importância real que tem a pesca artesanal para o Brasil e para o mundo. Este trabalhador, o pescador artesanal, é um dos principais responsáveis pela produção interna do pescado brasileiro, sendo então, conforme Ieciona Diegues (2004, p. 181), fundamental a desmistificação da “imagem corrente” que existe no meio urbano e nos órgãos de administração pesqueira estatal “que veem na pesca artesanal um “setor marginal” ou peça de folclore”. Saliente Diegues (2004, p. 182):

² CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. **Perfil Laboral dos Pescadores Artesanais do Brasil**: insumos para o programa do defeso de 2015. Ipea, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6625/1/bmt60_perfil.pdf>. Acesso em 22 jan. 2018.

³ IBAMA. **Estatísticas da Pesca de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/component/phocadownload/file/3804-2006-ibama-estatistica-da-aquicultura-e-pesca-no-brasil>>. Acesso em 22 jan. 2018.

A pesca artesanal desempenhou e continua a desempenhar um papel fundamental na produção pesqueira deste país, intimamente vinculada ao mercado e à pesca empresarial capitalista e que, portanto, não é nem marginal nem folclórica, mas sim dependente, com seus produtores explorados e carentes do apoio que se deu tão fartamente à pesca e à aquicultura empresarial nos últimos anos. [...] o resultado mais evidente dessa política foi a depredação dos recursos vivos do oceano, e exploração de mão-de-obra e o empobrecimento do próprio pescador artesanal.

Vera Lucia da Silva e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (2016, p. 139) identificam que afora o “caráter imediato de fonte de recursos econômicos”, a pesca artesanal é importante por também representar a identidade humana e cultural de comunidades tradicionais, presentes nas regiões litorâneas e ribeirinhas do país.

Desse modo, demonstrada parte da importância da pesca artesanal com o intento de analisar a tutela do trabalho e a efetividade jurídica do direito ao trabalho dos pescadores artesanais no baixo São Francisco, observar-se-ão as características do trabalho realizado pelo pescador, seguido do exame da relação deste com o conceito de trabalho vivo. Assim, considerando a pesca um recurso/um bem que permeia de sentidos à vida desses trabalhadores⁴, nos moldes atentados por Antunes (2009, p. 143).

Por conseguinte, o foco central, então, passa a recair especificamente sobre a pesca artesanal enquanto trabalho realizado no baixo São Francisco, que, por sua vez, juntamente com a ictiofauna⁵ regional, vê-se ameaçada de extinção diante do modelo de desenvolvimento socioeconômico praticado na contemporaneidade.

E neste intento, além das definições dispostas sobre a pesca artesanal ao longo do ordenamento jurídico brasileiro, far-se-á uso principalmente das lições teóricas do sociólogo Antônio Carlos Sant’Ana Diegues (1983; 2001;

⁴ Mesmo diante das mazelas, baixa percepção de recursos financeiros e violações aos seus direitos, os pescadores artesanais no baixo São Francisco, em pesquisa realizada na região por Priscila Cortez Rezende e Igor da Mata Oliveira (2015, p. 689), constatou-se que 50% dos pescadores artesanais se mantêm na profissão porque gostam do que fazem; sendo que 39% atestaram a falta de opção para outras atividades; 9% alegam que a atividade é lucrativa; 2% alegam a necessidade e outros 2% informam que não sabem fazer outra coisa.

⁵ Em ecologia e ciências pesqueiras chama-se ictiofauna ao conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica. Pode referir-se, por exemplo, à ictiofauna do Lago Niassa, por este constituir, por si só, uma região ou província biogeográfica. WIKIPEDIA. Verbete: Ictiofauna. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ictiofauna>>. Acesso em 27 jul. 2017.

2004) acerca da relação do pescador artesanal e o seu ambiente de trabalho.

Outrossim, com amparo nos ensinamentos de Paulo Freire⁶, que defende a participação ativa do ser humano como prática de libertação e emancipação social, bem como em atenção ao princípio da externalização da vítima e retirada desta da invisibilidade, conforme anuncia Dussel (2000, p. 137), será dada ênfase ao longo do texto às falas e definições elaboradas pelos próprios pescadores⁷ acerca do que representa a pesca artesanal, sobre a efetividade da legislação social protetiva e dos danos ambientais que circundam o rio no baixo São Francisco.

Além disso, buscar-se-á manter o real protagonismo dos pescadores que, na qualidade de sujeitos ativos, participantes socialmente, são os principais destinatários dos direitos humanos e fundamentais aqui examinados, não podendo, destarte, dar continuidade ao processo de exclusão de suas vozes, tratando-os somente como objeto de pesquisa acadêmica.

Ao final, abordar-se-á sobre o ambiente ecologicamente equilibrado na qualidade de bem/recurso que se apresenta como requisito básico para a perpetuidade do trabalho do pescador artesanal. E analisar-se-á, portanto, o processo de constitucionalização do direito humano e fundamental ao meio ambiente aqui colocado como fonte jurídica e indissociável à concepção de efetividade do direito ao trabalho.

2.1 As características do trabalho na pesca artesanal e o *trabalho vivo* dos pescadores

⁶ Segundo Freire (2016, p. 142), todos os seres humanos independentemente do grau de escolaridade têm conhecimento e tal conhecimento deve ser respeitado, asseverando neste sentido, em prol da emancipação social, a seguinte lição: “[...] nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem uma relação específica – de sujeito para objeto –, de que resulta o conhecimento, que expressa pela linguagem. Esta relação, como já ficou clara, é feita pelo homem, independentemente de se é ou não alfabetizado. Basta ser homem para realizá-la. Basta ser homem para ser capaz de captar os dados da realidade. Para ser capaz de saber, ainda que seja este saber meramente opinativo. Daí que não haja ignorância absoluta, nem sabedoria absoluta”.

⁷ Em atenção às perspectivas teóricas estudadas e às impressões obtidas com as viagens realizadas ao rio São Francisco, tendo em vista o principal anseio, a concretude dos direitos humanos e fundamentais em prol dos pescadores do Baixo São Francisco, não se pode então deixar de expressar, neste estudo, mesmo que de modo singelo as falas dos protagonistas, sendo isto imprescindível para a concretude desta dissertação.

O trabalho do pescador artesanal no Brasil, nas palavras de Diegues (1983, p. 5), é realizado nos “moldes da pequena produção mercantil”; “dentro das unidades familiares” ou na “vizinhança das inúmeras comunidades de pequenos pescadores”, afastado, portanto, em sua maioria do padrão de trabalho objetivado e abstrato.

Diegues (1983, p. 152) leciona que a pesca artesanal, além da pesca de subsistência⁸, realiza-se predominantemente em duas formas de organização, qualificando-as como pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores⁹ e a pequena produção mercantil ampliada dos pescadores artesanais¹⁰.

Entrementes, destaca-se que no baixo São Francisco conforme se depreende dos dados catalogados no estudo socioeconômico realizado por Cortez Rezende e Mata Oliveira (2015), prevalece na região a execução da pesca de subsistência e da pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores. Neste sentido, estes pesquisadores aferiram o seguinte:

Os pescadores do baixo São Francisco em sua maioria (83%), tem a pesca como principal fonte de renda, como também encontrado por Silva et al. (2007), na região de Conceição do Araguaia - PA (74%), ressaltando a

⁸ Para Diegues (2004, p. 132), a pesca de subsistência é “realizada por reduzidos agrupamentos humanos, a pesca é somente uma das atividades do grupo, aliada à caça e à pequena lavoura, também de subsistência. E, sobretudo, uma *economia de troca*, em que só existe a produção de *valores de uso*. Em geral, não há a mediação da moeda nas trocas existentes e o eventual excedente é reduzido. A unidade de trabalho pode ser a própria tribo ou a *unidade familiar*”.

⁹ Segundo Diegues (1983, p. 152), “Neste caso a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo). Aí a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ ou grupo de vizinhança), e normalmente o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de *cash* ou dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais. Em todos os casos, a atividade pesqueira se inscreve dentro de atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores”.

¹⁰ Diegues (1983, p. 154) ensina que “apesar da manutenção de algumas características básicas próprias da pequena produção mercantil familiar simples, surgem alguns elementos que nos permitem falar em pequena produção mercantil ampliada o grupo doméstico, ainda que importante na atividade pesqueira, não constitui mais a base das unidades de produção e cooperação. À medida que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados à venda; à medida que surge um excedente utilizado na compra de embarcações motorizadas que exigem certos conhecimentos, a mão-de-obra mais apropriada nem sempre é a familiar. De acordo com as novas bases de partilha da produção introduzidas, nem sempre é interessante utilizar um parente como camarada. A atividade pesqueira passa a ser a principal fonte de renda, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedente, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidas padrões menos igualitários. O dono da embarcação motorizada, por exemplo, passa a exigir mais pescado, alegando custos maiores na manutenção da embarcação, pagamento de financiamentos feitos, etc. Rompe-se então um certo igualitarismo existente na subforma de produção anteriormente descrita”.

importância socioeconômica da atividade pesqueira para a maioria das regiões ribeirinhas. [...] Somente 17% dos entrevistados possuem outro tipo de fonte de renda, ou outro trabalho que ajude nos rendimentos da pesca, como aquicultura, agricultura, atuam como motorista ou exercem trabalhos temporários de forma autônoma. 34% dos pescadores não têm nenhum familiar em sua casa que complemente e/ou ajude nas despesas. Já para os outros 66%, a renda é complementada pelo trabalho do cônjuge, ou fazem parte do programa Bolsa Família (REZENDE; OLIVEIRA, 2015, p. 681).

Esta conclusão é extraída também do conteúdo das falas de Dionizio Tavares da Silva, presidente da Associação de Pescadores da Ilha do Jegue de Penedo, no estado de Alagoas, e de Alirio Alves Pinheiro, pescador da Colônia Z26 do município de Sobradinho, na Bahia, conforme disposto no documento da Nova Cartográfica Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil¹¹, respectivamente, destacando:

Pescador/a artesanal é ser malabarista, é ser artesão que pesca com suas próprias redes, permanece no rio, mas têm outros meios que complementam sua renda, a exemplo, das roças (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p.4).

Pescador também cria cabra, agriculta a terra, cria abelha, cria peixe. “De primeiro o pescador tinha vergonha. Hoje ele chega na venda e diz que é pescador. A gente hoje, tem orgulho de ser pescador artesanal. Temos até a arte de fazer os apetrechos com folha de ouricuri que encanta a todos, nossos artesanatos. A gente cria os filhos com o suor do rosto (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 10).

Ademais, quanto ao exercício da pesca artesanal, Diegues (1983, p. 152) verificou que eles, principalmente os pescadores de subsistência e os pescadores-lavradores, são proprietários dos meios de produção; utilizam tecnologias de pequeno potencial predatório; possuem conhecimento integral sobre o processo laboral e quando da feitura da pesca, atuam individualmente ou utilizam a mão-de-

¹¹ NOVA Cartografia Social. Projeto Nova Cartográfica Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: fascículo 4 – Comunidade dos Pescadores e Pescadores Artesanais, mostrando sua cara, vez e voz, submédio e baixo São Francisco. 2007. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/04-comunidade-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-mostrando-sua-cara-vez-e-voz-submedio-e-baixo-sao-francisco/>>. Acesso em 25 jan. 2018.

obra familiar ou de grupos de pescadores da vizinhança; sendo característica, ainda, a partilha do resultado final do trabalho, quando este ocorre coletivamente.

Em igual sentido, Lucia da Silva e Andrade Leitão (2016, p. 139) lecionam que a pesca artesanal pode ser descrita como uma atividade produtiva, caracterizada pelo “trabalho pouco mecanizado”, com embarcações de pequeno porte, aparatadas com remos, velas ou motores de pequena potência, contando, principalmente, com “a força e o empenho do corpo humano”.

A vista disso, o que se nota é que a divisão do trabalho, nos padrões do trabalho abstrato, descrita por Adam Smith (1983, p. 63), não encontra espaço dentro do modelo predominante de pesca artesanal realizada no baixo São Francisco, sendo o pescador, consoante verificou Diegues (1983, p. 202), um artesão¹² que domina os instrumentos laborais e que conhece e executa todo o processo produtivo.

E é justamente nesse sentido, que se enfatizam abaixo, na respectiva ordem, as definições de Antonio Gomes dos Santos, o Toinho Pescador, vice-presidente da federação de pescadores de Alagoas em 2007; Irany da Silva dos Santos, Danduca, da colônia de pescadores Z41 do município de Remanso na Bahia, também, dispostas na Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, acerca do que é ser pescador:

Ser pescador/a, filho de pescador, mulher, avó e avô, todos são artesãos, são artistas do rio. Artesão é artista: artista pra fazer o covo, flecha, fio, tucum, não tinha o algodão, mas, fazia a rede, a tarrafa, fazia a rede pra deitar e a rede pra pescar, mas também pra fazer embarcação. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 4).

Ser Pescadora é cuidar dos apetrechos, é pescar no rio e ainda cuidar dos filhos e da educação, cuidar da venda do pescado, administrar a casa, Pescadora trabalha muito (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 4).

¹² Acerca do domínio dos instrumentos e do processo de produção na pesca artesanal, Diegues destaca a seguinte lição de Marx (1973, p. 35-36 apud DIEGUES, 1983, p. 202): “A arte de se apropriar realmente do instrumento, de o manipular enquanto meio de trabalho, surge como um talento particular do trabalhador, que faz dele o proprietário do instrumento. Em suma, o caráter essencial do sistema de mestria e das corporações - onde o trabalho artesanal se constitui em sujeito e, nessa medida, em proprietário - define-se pela relação com o instrumento de produção (instrumento de trabalho como propriedade) diferentemente da relação com a terra, com o solo (com a matéria-prima como tal) detido em propriedade”.

Nota-se que aqui não se está a tratar, na maioria dos casos, de relações laborais subsumidas pelo capital, nas quais o trabalho é qualificado fictamente como uma mercadoria atada ao seu valor de troca, em suma, não se trata a pesca artesanal no baixo São Francisco de um trabalho abstrato ou objetivado.

Esta afirmação também é extraída da conclusão de Vera Lúcia Pereira Ferreira, Vera Pescadora, associada à colônia de pescadores de Remanso na Bahia, que assinala dispostas na Nova Cartográfica Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (2007) a seguinte lição:

Ser pescador e pescadora é tirar o sustento da pescaria, não tem patrão, não ganha salário, muita gente quer ser colonizado, mas nós não. E ser pescadora? É ser alguém que se preenche com a educação dos filhos (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 4).

Nota-se, então, que a discussão sobre a efetividade do direito ao trabalho destes sujeitos está além da centralidade do trabalho a partir da esfera contratualista da sociedade do capital. As características do “bem”, trabalho, que no mundo moderno passaram a ser exercidas em sua maioria na condição de subordinação, não se aplicam ao trabalho desenvolvido pelo pescador artesanal, sendo este uma representação alheia a tal realidade.

O trabalho do pescador artesanal do baixo São Francisco, em sua maioria, por envolver pescadores de subsistência ou pescadores - lavradores, representa a dominância na prática do trabalho como valor de uso, o labor no qual o trabalhador detém o conhecimento da inteireza dos meios de produção e da forma como produzir, ou seja, ao trabalho vivo apontado por Marx (2013, p. 760).

O trabalho vivo que nas palavras de Dussel (2000, p. 324) é também chamado de trabalho não objetivado, não-valor, no qual a subjetividade do trabalhador durante o processo laboral é “fonte criadora” de “todo o valor ou riqueza possível”, alheio ao “contrato desigual”, “injusto” e “eticamente perverso.”

Cabe destacar que esta analogia entre o labor do pescador e o ‘trabalho vivo’ não se trata de uma apologia à pobreza, que infelizmente, caracteriza o padrão de vida destes trabalhadores. Isso é reflexo das condições e violações das liberdades dos pescadores, resultantes diretas da ausência de importância que a cultura e a lógica social dominante do trabalho abstrato atrelada à concepção restrita de valor

de troca dá ao trabalho por eles realizado.

O que se intenta com a analogia e caracterização do trabalho do pescador com a ideia conceitual de ‘trabalho vivo’ é demonstrar e descrever o quão significativa é a representação do labor desenvolvido para o próprio pescador artesanal, conforme ratificam as falas aqui apresentadas. Ainda que este exercício profissional, mesmo alheio à exploração direta do capitalismo, sofra as mazelas advindas desta lógica por ora dominante, que degrada o seu ambiente laboral, o qual, ressalta-se, é o próprio *habitat* natural, conforme será descrito no capítulo seguinte.

Noutro aspecto, retomando a descrição das características laborais da pesca artesanal, destacando o conhecimento do pescador sobre o ciclo natural de seu ambiente de trabalho e a importância da interação existente entre este trabalhador e a natureza, Mercedes Solá Pérez (2012, p. 95) leciona: “Ao trabalhar de forma artesanal, o pescador utiliza-se da forma autônoma dos meios de produção e do conhecimento tradicional do saber sobre a natureza, seus ciclos e no manejo das técnicas sustentáveis de captura”.

A afirmação acima ratifica ao âmbito acadêmico que, no exercício do seu trabalho, o pescador artesanal emprega simultaneamente um saber fazer e um saber intelectual, distanciando-se, mais uma vez, da ideologia capitalista que proclama, segundo Supiot (2014, p. 261) a dissociação do trabalho intelectual e do trabalho manual.

Para Diegues (2004, p. 196) este saber pode ser nomeado como o conhecimento tradicional que na pesca artesanal representa o “conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer”, que é transmitido oralmente, assegurando a reprodução do modo de vida dos próprios pescadores. Ademais, leciona Diegues (2004, p. 197):

Esse conhecimento e saberes englobam diversos campos como a classificação de espécies aquáticas, comportamento dos peixes, taxonomias, padrões de reprodução e migração de espécies e cadeias alimentares. Eles se referem também às características físicas e geográficas do habitat aquático, clima (nuvens, ventos, mudanças do tempo) e às artes de navegação e pesca. O conhecimento tradicional também diz respeito às relações com o mundo sobrenatural.

Consequente, é preciso observar outra anotação de Diegues (1983, p. 3) ao afirmar que o trabalho na pesca artesanal “ganha características específicas distintas das que ocorrem em outros setores da divisão social da produção”, pois “mais do que em qualquer outra atividade econômica”, o trabalho do pescador é direto e efetivamente “influenciado pelas forças da natureza”.

Diferentemente da maioria das relações laborais existentes no meio urbano, onde o risco do negócio está unido especialmente ao princípio da alteridade, no cotidiano laboral do pescador artesanal, pode-se dizer que os riscos da atividade assumidos pelo pescador e a subordinação deste estão atadas à qualidade do próprio ambiente de trabalho, ou seja, à natureza.

Em resumo, conforme destaca Diegues (1983, p. 3) a natureza é o elemento determinante que reflete tanto a viabilidade de exercício do trabalho do pescador como a possibilidade de êxito no resultado final da labuta, ou seja, é a qualidade do meio ambiente, antes de qualquer coisa, o pré-requisito básico e fundamental que diretamente incide no processo de “captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidos”.

Ao ver deste estudo, o acesso ao ambiente ecologicamente equilibrado é também um bem/recurso básico, na esteira de Herrera Flores (2009, p. 18) que possibilita o acesso do pescador ao trabalho digno, assim sem o primeiro não existe o segundo. Em outras palavras, observa-se que a efetividade do direito ao trabalho do pescador perpassa anteriormente pela efetividade de acesso ao ambiente de trabalho saudável, seguro e sustentável.

Complementando este raciocínio, utiliza-se do escólio de Esther Nespoli de Oliveira (2011, p. 60) quando, ao analisar a pesca artesanal, chama a atenção para o fato de que “a natureza está diretamente relacionada ao ser humano”, afirmando que o “uso dos recursos naturais deveria ser uma relação de respeito e preservação”.

Nessa perspectiva, a autora (OLIVEIRA, 2011, p. 60) aponta que “os pescadores entendem e tentam fazer uso desta interação natural para garantir o sustento”, pois percebem a dependência existente entre a captura dos recursos naturais e o desenvolvimento de “uma boa qualidade de vida”, trabalhando,

portanto, em observância à manutenção da “preservação ambiental”¹³.

Pode-se dizer que o trabalho do pescador artesanal, com fulcro no princípio ético de Dussel (2000, p. 93) que defende o ciclo da produção, reprodução e desenvolvimento da vida, tem este curso vital totalmente imiscuído aos ciclos de produção e reprodução da própria natureza. Ele vive, portanto, uma inteira e entrelaçada dependência com o meio ambiente.

Neste aspecto é importante ressaltar a observação de Diegues (2004, p. 190) que, ao enumerar algumas das falácias sobre a pesca artesanal, combate a propagação da ideia de que estes pescadores são predadores, tecendo a seguinte lição:

Em todas as partes do mundo, a sabedoria tradicional do pequeno pescador e sua dependência da reprodução cíclica dos estoques são fatores importantes na conservação dos recursos. Em muitos casos usam técnicas inventivas de conservação dos cardumes. [...] O pescador artesanal passa a depredar quando é compelido a tanto, pela competição desleal da frota empresarial, pelo sistema de preço praticado pelos compradores, associado frequentemente a monocaptura de espécies de alto valor de mercado como o camarão. Essa sobrepesca, quando praticada é, aliás, um sinal da desestruturação das próprias comunidades dos pescadores.

À vista de toda essa importância, inclusive, econômica, a pesca artesanal por não se fazer encubada diretamente nos padrões de exploração do capital e do trabalho abstrato, vem sofrendo inúmeras violações tanto pelo Estado Poiético como pelo capitalismo na seara privada.

Nesse caso, a exploração do capital que adentra ao próprio Estado, ao mercantilizar, também, os recursos naturais, assim como fez com o trabalho, consoante a isso leciona Polanyi (2000, p. 94), consegue, por uma via oblíqua, atingir diretamente o pescador artesanal e os outros povos os quais vivem do extrativismo e do mercantilismo simples¹⁴.

¹³ Quanto à exploração dos recursos naturais pelas *Culturas Tradicionais* como a dos pescadores artesanais, Diegues (2001, p. 152) leciona que: “esse uso “subdesenvolvido” da terra e seus recursos geralmente descrito como “primitivo”, não-econômico e predatório pelas agências oficiais de “desenvolvimento”, tem-se mostrado como o uso mais rentável da floresta a curto e médio prazo; mesmo que não sirva aos interesses das populações urbanas mais densas e poderosas (muitas vezes míope), mantém a biodiversidade e os processos naturais de forma eficaz.”

¹⁴ Diegues (2001, p. 82-83) destaca ainda que os pescadores artesanais na qualidade de *Culturas tradicionais* exploram os recursos naturais de forma diferenciada: “[...] dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues, 1983). Essas culturas se distinguem das associadas ao

Neste sentido, Tavares Moreno (2015, p. 17) ao analisar a legislação que deveria tutelar o trabalho e o modo de vida dos pescadores, conforme será tratado no próximo tópico, afirma que, cada vez mais, são notórios os danos que recaem sobre esses trabalhadores, sendo a pesca “prejudicada por entraves e dificuldades ao acesso a seus direitos, aos seus territórios e às políticas públicas.”

A autora (MORENO, 2015, p. 22) assevera ainda que o capitalismo faz uso de “mecanismo” para conseguir “enfraquecer, dissipar e submeter a funcionalidade da pesca artesanal”. Esta observação coaduna com a lição de Dussel (2000, p. 238) quando analisando “a globalização da exclusão”, conclui:

O problema da impossibilidade da vida como tal sobre a terra nos parâmetros capitalistas (o problema ecológico é um problema antropológico, como veremos) [...] O capital mais forte (individual, ramo do capital ou nações “centrais”) implementará medidas compensatórias contra o trabalho (superexplorando-o) na concorrência com outros capitais mais fracos; expulsará assim para a periferia suas maiores contradições.

Assim como as políticas atuais de precarização do trabalho abstrato, esta lógica dominante flagela também o pescador artesanal, tendo este trabalhador que enfrentar, conforme salienta Tavares Moreno (2015, p. 29-30), diversas batalhas envolvendo desde as disputas por território¹⁵, bem como o impedimento de acesso a recursos, direitos de ancestrais e outras situações.

modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes. Godelier (1984), por exemplo, afirma que essas duas sociedades têm *racionalidades intencionais* diferentes, ou melhor, apresentam sistema de regras sociais conscientemente elaboradas para melhor atingir um conjunto de objetivos. Segundo esse antropólogo, cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e, consequentemente, utiliza normas específicas do “bom” e do “mau” uso dos recursos naturais; como exemplo, cita os caçadores brancos e os índios Naskapi, da península do Labrador, onde os primeiros caçam os animais para retirar e vender as peles, ao passo que os segundos o fazem para sua subsistência direta. Godelier afirma que tanto os caçadores brancos como os indígenas reproduzem sua sociedade e sua cultura por meio de suas atividades econômicas e do uso dos recursos naturais. Os primeiros, no entanto, pertencem a um sistema econômico voltado para o lucro monetário, no qual a solidariedade familiar tradicional desaparece e que, portanto, depredam os recursos naturais. Os segundos pertencem ainda a uma sociedade cujo fim último é a reprodução dessa solidariedade e não a acumulação de bens e lucro, preservando os recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. Situação semelhante foi analisada por Diegues (1983) entre os pescadores artesanais caiçaras e os inseridos na pesca empresarial-capitalista do porto de Santos. Entre os primeiros, durante a partilha do pescado capturado, uma parte vai para consumo dos familiares e vizinhos e, ainda, dado a viúvas e crianças”.

¹⁵ Moreno Tavares (2015, p. 29-33), com relação aos tipos de disputas de territórios mais frequentes enfrentadas pelos pescadores artesanais, aponta a especulação imobiliária que expulsam esses

As questões de violações aos recursos, bens e direitos dos pescadores artesanais, por ora, sucintamente mencionadas, são de ordem multidimensional e serão alvos de debate com relação à especificidade do panorama do baixo São Francisco no próximo capítulo.

Assim, faz-se pertinente desde já evidenciar que ao ver deste estudo, qualquer óbice ao trabalho do pescador artesanal finda por violar a condição formal de seu trabalho, desrespeitando assim a sua liberdade, conforme assegura o art. 5, XIII da CF/88, bem como a condição material do seu labor, violando o que defende o *caput* do art. 6º da CF/88. E por esse ângulo, na sequência será analisada a construção da proteção jurídica dos pescadores artesanais no Brasil ao longo dos anos.

2.2 A proteção jurídica do pescador artesanal brasileiro

Com o mesmo intento que se descreveu parte dos aspectos dos processos de lutas de construção do direito ao trabalho ao longo da historicidade do ordenamento jurídico é fundamental para o presente estudo analisar como a legislação nacional veio e vem “tutelando” o pescador artesanal e regulando a atividade pesqueira no Brasil.

Nesta empreitada, mesmo que aparentemente fastidiosa ou monótona, assim como foi parte da abordagem no primeiro capítulo, analisar-se-á criticamente a forma como os direitos foram endereçados aos pescadores artesanais ao longo dos códigos jurídicos. Examinar-se-á, especialmente, a disposição legislativa constitucional e infraconstitucional no âmbito federal em contraponto às principais demandas e necessidades destes trabalhadores.

A priori será discorrido sobre as primeiras normas que se referiram à atividade pesqueira no Brasil, o processo de luta dos pescadores a partir da década de 60 que culminou com a previsão de alguns direitos no texto constitucional de 1988, seguido ainda de uma breve análise acerca da atuação do Poder Executivo através dos Ministérios responsáveis pela gestão da pesca, desde 1989 até o presente instante.

trabalhadores de seus territórios, a degradação das restingas, costeiras e manguezais; a competição com os tanques de carcinicultura e a expansão da aquicultura e os complexos hidroelétricos.

Consequente, considerando que o seguro desemprego, segundo destaca Hemília Fonseca (2006, p. 295), insere-se nas políticas de proteção do direito ao trabalho¹⁶, conforme dispõe o art. 6º da CF/88, analisar-se-á a legislação que regula este benefício destinado aos pescadores artesanais durante o período do defeso, considerando especialmente as alterações legislativas ocorridas a partir de 2003.

No terceiro e último momento serão abordados os aspectos históricos e as principais características normativas dos Códigos de Pesca do Brasil que regulamentam a atividade pesqueira, a contar do Código de Pesca de 1934 até o atual Código de Pesca de 2009.

2.2.1 Aspectos históricos do processo de luta dos pescadores e pescadoras artesanais, a Constituição de 1988 e a atuação ministerial

Conforme destaca Ana Carolina Beltrão Peixoto (2011, p. 80), uma das primeiras regulamentações do Estado sobre a pesca no Brasil reporta ao ano de 1591, na cidade de São Paulo, sendo à época proibida a pesca com o uso de “plantas tóxicas”. Este mandamento tinha o objetivo de proteger a saúde coletiva, não sendo direcionado à proteção da liberdade de exercício da profissão em si, até porque neste período os direitos individuais, que se inserem na classificação, direitos de primeira dimensão¹⁷, ainda não estavam assegurados positivamente.

Acompanhando o panorama ideológico político da Constituição liberal de 1824, a primeira legislação que veio a regulamentar especificamente o exercício da

¹⁶ Segundo Hemília Fonseca (2006, p. 293), o seguro-desemprego foi considerado o instrumento mais importante de política passiva de emprego. Neste contexto, em função do não cumprimento do Estado de sua obrigação de proporcionar trabalho aos cidadãos, discute-se sobre a configuração da proteção por desemprego como um direito substitutivo ao direito ao trabalho. Para a autora (2006, p. 250), as políticas passivas de emprego têm como objetivo “assistir financeiramente ao trabalhador desempregado ou reduzir o excesso de oferta de trabalho”. Destacando ainda (2006, p. 253) que o seguro desemprego, quando se enquadra como uma política passiva de direito ao trabalho, não tem o condão de substituir o objeto do direito ao trabalho que é o próprio trabalho, contudo o referido seguro “conecta-se à dimensão coletiva de proteção do direito ao trabalho”.

¹⁷ Destaca Aboim M. G. da Silva (2008, p. 33-34) que “a consagração jurídica dessa primeira espécie de direitos fundamentais representa, historicamente, a vitória do pensamento liberal burguês em oposição ao absolutismo, nos séculos XVII e XVIII, dando ensejo a um novo Estado – Estado Liberal – regido pelo princípio da legalidade, pela garantia das liberdades individuais e pela separação dos poderes.” A autora também ensina que “essa categoria corporifica *direitos civis* – que visam a defender a esfera individual do cidadão perante a intervenção do Estado, impondo a este um dever de abstenção – e *direitos políticos* – que asseguram a participação do cidadão como elemento ativo da vida política.”

pesca, segundo Beltrão Peixoto (2011, p. 80), foi o Decreto 447 de 1846. Referido decreto se prontificava a organizar e controlar o exercício da atividade pesqueira. Esta normativa determinava aos pescadores a feitura de matrículas, o arrolamento das embarcações com números e marcas de letras no costado e nas velas.

Já na esfera jurídica internacional, em tempos de ratificação das soberanias nacionais das ex-colônias latino-americanas, destaca-se o pioneirismo da Convenção de Haia de 1882, que reconheceu, consoante destaca Beltrão Peixoto (2011, p. 81), o direito de exclusividade dos brasileiros em explorar a pesca no território aquático nacional.

Em síntese, ao analisar os estudos de Francisco Edivar Carvalho (2009), Beltrão Peixoto (2011), Tavares Moreno (2015) e Lúcia da Silva e Andrade Leitão (2016) nota-se que todos esses autores se comunicam quanto ao fato de que a legislação voltada aos direitos dos pescadores artesanais, especialmente aos direitos sociais, é bastante recente no ordenamento jurídico brasileiro.

Desde o Brasil colônia¹⁸ até o ano de 1972, sequer existiu, no âmbito federal do ordenamento jurídico nacional, qualquer previsão normativa citando expressamente estes trabalhadores. E uma previsão normativa, no âmbito dos direitos sociais, com a sonoridade do termo “pescadores artesanais” adveio somente em 1991.

O esquecimento da pesca artesanal pelo ordenamento jurídico nacional confirma a exposição presente no primeiro capítulo desta dissertação, quando dito que o trabalho do pescador artesanal por não se encaixar diretamente nos auspícios e no controle do capital, na maior parte da história, foi invisível, ignorado e até oprimido pelo Estado.

O pescador artesanal considerado pejorativamente, conforme alerta Tavares Moreno (2015, p. 24), uma “subcategoria rural”, enfrentou e ainda enfrenta um processo mais “lento e difícil” de reconhecimento de seus direitos sociais, sejam eles trabalhistas ou previdenciários.

¹⁸ Durante o Brasil colonial o Decreto 8.388 de 1881 apesar de não regular o trabalho do pescador na qualidade de direito social, conforme aponta Beltrão Peixoto (2011, p. 80), trouxe inovações diante do viés voltado para a proteção ambiental, tendo em vista que proibia o uso na pesca de substâncias tóxicas e instrumentos nocivos, explosivos, redes de arrasto, prevendo ainda o repovoamento de peixes.

A luta organizada para construção de direitos a favor das demandas dos pescadores artesanais passou a despontar no Brasil na década de 60 e 70. Diante do característico autoritarismo da época, destacam-se os movimentos sociais iniciados no nordeste através das organizações locais desses trabalhadores e a criação da Pastoral dos Pescadores¹⁹ ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Neste período vigorava o governo totalitário militar, que ao anunciar o plano econômico do “milagre brasileiro”, segundo informa Beltrão Peixoto (2011, p. 81), começou a incentivar o desenvolvimento da pesca, voltando as atenções somente para o progresso da pesca industrial²⁰, advindo nessa direção as primeiras políticas públicas que relegavam as tutelas da pesca artesanal.

Relata Beltrão Peixoto (2011, p. 118) que em 1966 teve início as primeiras manifestações dos pescadores artesanais. Elas foram promovidas em face, inicialmente, da destruição e poluição ambiental²¹, sendo, por conseguinte, esses trabalhadores perseguidos pelo governo militar.

No ano de 1973, em razão da luta organizada por esses trabalhadores, o poder executivo criou a portaria 471 do Ministério da Agricultura que, consoante destaca Beltrão Peixoto (2011, p. 117), definiu “as Colônias de Pescadores” como “organização de classe” e, assim, mais uma ressalva recaiu sobre o processo de luta de construção dos direitos dos pescadores artesanais.

Apesar da mencionada conquista, na prática, os pescadores não conseguiam dar notoriedade aos anseios de sua classe no cenário político nacional. As Federações que administravam o conjunto das Colônias de pescadores, na maioria

¹⁹ CONSELHO NACIONAL DE PESCADORES. **CPP**. s/d. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/>>. Acesso em 05 mai. 2018.

²⁰ Beltrão Peixoto (2011, p. 82) salienta que “a atividade pesqueira do País vinha sendo desenvolvida, desde os tempos antigos, na forma de pesca artesanal para o auto-consumo, realizada com equipamentos relativamente simples. Nos anos 60, surgiu, paulatinamente, incentivada pelo Governo Brasileiro, a pesca industrial, e, ao mesmo tempo, embora com menos dinâmica, a aquicultura.” A autora destaca ainda que “a partir de 1962 a pesca teve seu ponto de maior intervenção do Estado durante a chamada fase de industrialização do setor pesqueiro. Uma série de providências de caráter institucionais, econômicas e financeiras foram tomadas destacando-se a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)”.

²¹ Beltrão Peixoto (2011, p. 118) aponta que “em 1966, foi organizada a primeira passeata no município do Cabo, litoral de Pernambuco, contra a poluição dos rios causada pela indústria de borracha, a COPERBO. Outros movimentos se organizaram, entre 1979 e 1980, no município de Goiana (Pernambuco). Durante esse período da ditadura militar, os órgãos de segurança do Estado perseguiram líderes de pescadores que organizavam as manifestações”.

das vezes, eram presididas, consoante observou Beltrão Peixoto (2011, p. 117), por “políticos locais, comerciantes, ex-militares ou quaisquer outros profissionais”, quase nunca dirigidas pelos próprios pescadores.

Mudanças efetivas, em relação às demandas destes trabalhadores, começaram a surtir efeito a partir do processo de reabertura democrática, com a possibilidade de participação na construção da Constituição de 1988. Nesta oportunidade, os pescadores artesanais, através da organização dos movimentos sociais, conseguiram inserir a liberdade de associação no texto constitucional, obtendo como resultado o parágrafo único do art. 8º da CF/88. Isto acarretou o reconhecimento constitucional da equiparação das colônias de pescadores aos sindicatos rurais²².

Mais adiante adveio a emenda constitucional 20/98, assegurando no texto constitucional direitos como a seguridade e a previdência social, respectivamente dispostos no art. 195, §8º e art. 201, §7, II, da Magna Carta. Esse fato ratificava as conquistas e o reconhecimento de alguns direitos sociais a favor desses trabalhadores.

A Constituição de 1988 também em seu art. 24, VI, estabeleceu a competência legislativa concorrente entre a União e os estados para regulação da pesca. Ademais, em seu art. 187, §1º o texto constitucional determinou que o planejamento da atividade pesqueira seria unido ao planejamento agrícola²³. Nesse aspecto, destaca-se o *caput* do art. 187 da CF/88 ao afirmar que as políticas de planejamento agrícola, no caso abarcando o planejamento pesqueiro, seriam realizadas com a “participação efetiva” dos produtores. Todavia, tal medida se mostrou deveras distante da realidade dos pescadores artesanais, que no cotidiano, até então, não têm oportunidade alguma de participação.

Apesar de todos os contrapontos e violações ao acesso dos bens e recursos perpetrados em face dos pescadores, conforme adiante descrito, ressalta-se a importância que a Magna Carta de 1988 representa. Foi a partir dela que, pela

²² Mencionada equiparação conforme destacou Tavares Moreno (2015, p. 24), somente fora regulamentada em 2008 com a publicação da Lei 11.699/08.

²³ Da leitura deste dispositivo é percebido que o Estado sempre tratou a atividade pesqueira embutindo-a na atividade agrícola e com a regulamentação infraconstitucional advinda através da Lei 8.171/91, a atividade pesqueira fora englobada às perspectivas da gestão da atividade agrícola.

primeira vez no Brasil, os direitos sociais, ao longo de um texto constitucional, vieram expressamente endereçados a esses trabalhadores.

Nesse período, também, diante da relação e importância que tem a pesca com o ambiente natural, através da Lei 7.735/89, o que inicialmente deveria ser visto com louvor, a gestão da pesca brasileira pelo poder executivo passou a ser exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, especificamente, pelo IBAMA²⁴.

Ainda no âmbito do poder executivo, depois da Lei 11.958/09, criou-se um ministério unicamente endereçado a gestão da pesca no Brasil, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Não obstante a fundação deste ministério como dito, unicamente orientado para a gestão da pesca, infelizmente, não foram realizadas mudanças efetivas e fundamentais em prol da proteção dos pescadores artesanais, sendo característica o debruçamento político voltado para o setor da pesca industrial e da aquicultura²⁵.

Aliás, esta direção política de gestão da pesca se afunilou a favor da lógica do mercado cada vez mais nos anos seguintes. Com a medida provisória 696 de 2015, a pesca perdeu o posto da singularidade ministerial e o ensaio que se construía, “diga-se”, em direção a sua emancipação do setor da agricultura, sendo redirecionada à gestão agrícola através da criação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No governo federal de 2018 a pesca artesanal perdeu considerável espaço na gestão executiva, especialmente no que se refere à proteção dos pescadores e

²⁴ Destaca Beltrão Peixoto (2011, p. 119) que o IBAMA, incluindo a gestão da pesca, tinha como responsabilidade “formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e utilização e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.” Além disso, saliente a autora que embora o IBAMA tenha ganhado “o respeito da sociedade brasileira e internacional, ele lida com diversas limitações (financeiras, humanas, institucionais, entre outras)” e, portanto, não consegue fazer uma gestão adequada e nem tutelar devidamente o ambiente de trabalho dos pescadores, ou seja, proteger a natureza com maior eficácia.

²⁵ Segundo a Embrapa, chama-se aquicultura a ciência que estuda técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou a lagosta), moluscos (como o polvo e a lula), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos. No caso do presente estudo a aquicultura representa a produção de peixes que se dá por dois métodos, “um deles é o tanque-rede, que são criadouros parecidos com gaiolas, mantidos na água de rio, lago ou mar. Outra forma é o tanque escavado que, como o nome mesmo diz, trata-se de um reservatório artificial de água cavado no solo. EMBRAPA Pesca e Aquicultura. O que é Aquicultura? **Contando Ciência**. s/d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/pesca-e-aquicultura/-/asset_publisher/pzk4tXFfiHGh/content/o-que-e-aquicultura-/1355746?inheritRedirect=false>. Acesso em 05 mai. 2018.

pescadoras. Desde o ponto de vista simbólico até a concretização das políticas de gestão da pesca no Brasil, o direcionamento tem sido exclusivamente ao mercado empresarial, sendo o setor pesqueiro deslocado à gestão do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

A ação do poder executivo acompanha a visão da governança por números intitulada por Supiot (2014, p. 70), conforme referido no primeiro capítulo. A gerência da pesca artesanal, especificamente, em todos os ministérios acima citados, não se efetivou com significativa importância voltada aos interesses e necessidades do cotidiano do pescador artesanal, sendo o real foco destinado à pesca industrial e a aquicultura nos moldes empresariais, consoante ratifica Tavares Moreno (2015, p. 23).

Além disso, apesar da disposição dos princípios constitucionais que garantem o direito ao trabalho digno, conforme visto no capítulo anterior, os pescadores artesanais como um todo, especialmente os que labutam no baixo São Francisco, veem sua cultura, trabalho e identidade se esvaír em detrimento do “progresso” advindo do modelo econômico de desenvolvimento até agora vigente.

2.2.2 A regulamentação do seguro desemprego dos pescadores e pescadoras artesanais

Antes da presença literal do termo “pescador artesanal” aparecer pela primeira vez, numa norma de cunho de direito social, como ocorreu na Lei 8.212/91, a Lei 7.356 de 1985 já garantia o acesso deste trabalhador à previdência social através do seu artigo 1º que alterou o art. 5º da Lei nº 3.807 de 1960, fazendo constar a seguinte redação:

Art. 5º. Os pescadores que, sem vínculo empregatício, na condição de pequenos produtores, trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, fazendo da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida e estejam matriculados na repartição competente, poderão optar pela filiação ao regime desta Lei, na qualidade de trabalhadores autônomos (BRASIL, 1985, s/p).

Ocorre que com o advento da Lei 8.212/91, em seu art. 12, inciso VII, alínea “b” e da Lei 8.287/91, os pescadores artesanais passaram a ter regulado, na seara

infraconstitucional, o acesso, respectivamente, à seguridade social e à previdência social, sendo qualificados dentro da agricultura familiar e, por conseguinte, na qualidade de segurados especiais.

A Lei 8.287 de 1991, quanto ao período de proibição da pesca, o defeso²⁶, no *caput* do art. 1º, garantiu ao pescador artesanal o recebimento do seguro desemprego, exigindo o cumprimento de requisitos, dispostos no art. 2º, para comprovação do exercício da pesca artesanal.

Um adendo à realidade específica do defeso no baixo São Francisco é que nessa região a proibição do exercício da pesca é voltada para todas as espécies de peixe. Esse fato, conforme assinala o estudo de José Afonso Neto (2017, p. 75), *Análise do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal e de Possíveis Benefícios para a Gestão Pesqueira*²⁷, acarreta a paralisação total da pesca artesanal na respectiva região.

Em razão da impossibilidade de trabalhar durante o período do defeso, o seguro desemprego percebido pelo pescador artesanal tem natureza indispensável para manutenção própria e da família, sendo, como anteriormente ressaltado, importante ferramenta política de proteção ao direito ao trabalho, conforme leciona Hemília Fonseca (2006, p. 253).

Nesse sentido, vale destacar a Lei 10.779 de 2003 que ao substituir a Lei 8.287/91 majorou consideravelmente, em seus artigos 1º e 2º, o alcance da política de concessão do seguro desemprego aos pescadores artesanais, passando esse seguro a ser fornecido através de processo menos burocrático para aferição dos trabalhadores atingidos pela proibição do defeso. Outro importante fator advindo com a Lei 10.779/03 foi que por intermédio do art. 1º, §§ 1º e 4º, definiram-se as diferenças entre pescadores artesanais de subsistência e pescadores artesanais profissionais²⁸.

²⁶ O defeso legalmente fora instituído pela lei 7.679/88. Tavares Moreno (2015, p. 25) explica o defeso como “o período em que não é permitida a pesca de uma determinada espécie, devido à época ser de reprodução/recrutamento, e assim necessária para evitar o seu desaparecimento. Dessa forma o seguro desemprego ao pescador, ou como é popularmente reconhecido seguro defeso, é uma renda dada ao pescador artesanal neste período de reprodução das espécies.”

²⁷ Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/publicacoes/2017/2017-Analise-do-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal-JoseDiasNeto.pdf>>. Acesso em 05 de fev. de 2018.

²⁸ Para Tavares Moreno (2015, p. 25) com a Lei 10.779/03 “a pesca artesanal foi regulamentada efetivamente pela primeira vez”.

Retomando a questão da majoração do alcance deste benefício, ao analisar o estudo de Afonso Neto (2015, p. 30-31) e comparando os dados dos anos de 2003 a 2009, percebe-se que após a vigência da Lei 10.779/03, houve um acréscimo significativo no número de pescadores²⁹ registrados. Estes saltaram de 200 mil pescadores em 2003, para mais de 800 mil em 2009, o que acarretou um aumento de 1.100% nos valores pagos a título do seguro defeso.

Diante de tais dados, mesmo não sendo o objeto central desta dissertação, cabe destacar que embora a Lei 10.779/03 tenha sido fundamental para a ampliação do acesso ao seguro desemprego, inclusive, como critério de inclusão social a título de política pública a favor dos pescadores artesanais, infelizmente, ocorreram inúmeras fraudes³⁰ que elevaram exponencialmente o número de pessoas cadastradas para receber o seguro desemprego, quando na verdade não eram pescadoras.

Ressalta-se que tal situação entre os verdadeiros pescadores artesanais é motivo de reprovação. Maria Aparecida, Cidinha do Egidio, pescadora da Colônia Z19 do município de Piaçabuçu em Alagoas (2007, p. 9), a título de exemplo, destaca esse posicionamento, ao afirmar que “Existe mulher de militar com carteirinha de pescadora. E as verdadeiras pescadoras são excluídas”. Tavares Moreno (2015, p. 35) aborda que, diante do aumento do número de benefícios fornecidos desde 2003 e as denúncias de fraudes, o Estado reagiu de forma perversa através da criação da Lei 13.134 de 2015, ainda em vigor.

²⁹ De igual modo, examinando os dados do relatório do IPEA (2015, p.65), que aferiu os percentuais relativos a cada classificação de pescador disposta na lei, o exponencial aumento do número de pescadores no Brasil após 2003 é ratificado, observando o seguinte: “No lapso entre 2003 e 2013, os pescadores artesanais aumentaram em número no país, destacando-se os de subsistência (89.023, em termos absolutos, ou 212,0%, em termos relativos). Os pescadores profissionais apresentaram uma dinâmica um pouco menos expressiva – se não em termos absolutos (88.636), ao menos em termos relativos (40,2%). Ou seja, os trabalhadores dedicados à pesca artesanal cresceram em número nos últimos dez anos, principalmente aqueles envolvidos com a pesca de subsistência”. CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. **Perfil laboral dos pescadores artesanais do Brasil**: insumos para o Programa Seguro Defeso. Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6625/1/bmt60_perfil.pdf>. Acesso em 02 de fev. de 2018.

³⁰ Em 2010, no estado do Pará, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União apuraram uma fraude de 40 milhões de reais, envolvendo desvios perpetrados no seguro desemprego do pescado artesanal, tendo como principais suspeitos dois deputados. MENDES, Carlos. PF desmonta fraude de R\$ 4 mi em órgão do Pará. **Agência Estado**. São Paulo, SP, 27 out. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-desmonta-fraude-de-r-40-mi-em-orgao-do-para,630751>>. Acesso em 02 fev. 2018.

Esta lei revogou boa parte dos dispositivos da Lei 10.779/03 e juntamente com os Decretos-Lei 8.424 e 8.425 de 2015, promoveu alterações no processo de fornecimento do seguro desemprego, impondo verdadeiras barreiras de acesso ao benefício do pescador durante o defeso.

Os óbices foram vários, destacando de início que a Lei 13.134/15 modificou o art. 1º, §6º da Lei 10.779/03, excluindo o direito de recebimento do seguro desemprego aos demais trabalhadores que não exercem diretamente a captura do pescado³¹.

A título de exemplo, os trabalhadores excluídos estariam representados no art. 4º, §º único da Lei 11.959/09, sendo estes os que laboram no beneficiamento do pescado, na feitura e nos reparos de artes e petrechos da pesca, como a confecção de barcos, redes, tarrafas e outros trabalhos auxiliares.

A nova redação do art. 1º, § 6º da Lei 10.779/03 os considerou trabalhadores em “apoio à pesca artesanal”. Ocorre que na prática, essas atividades são na maioria das vezes realizadas pelas mulheres e familiares dos pescadores. Logo, a nova normatização excluiu a proteção social destes pescadores e pescadoras artesanais que no cotidiano exercem atividades indispensáveis à viabilidade e ao desenvolvimento da captura do pescado.

Segundo Tavares Moreno (2015, p. 32) essa subcategorização de pescadores intitulados “trabalhador/trabalhadora de apoio à pesca” inferioriza “os pescadores e principalmente as mulheres pescadoras”. Destaca a autora que a mudança legislativa tem afetado, inclusive, a identidade dos pescadores e pescadoras artesanais, violando também o princípio da igualdade de gêneros.

Com o intento de reduzir o número de benefícios fornecidos, as abusividades legislativas continuaram. O art. 2º da Lei 13.134/15 determinou que o art. 1º, §4º da Lei 10.779/03 permitiria o acesso ao seguro desemprego somente ao trabalhador que tivesse como fonte de renda apenas a pesca.

³¹ Em termos práticos, a lei passou a considerar como segurado especial o pescador ou pescadora artesanal que trabalha somente na captura do pescado, ignorando e excluindo aqueles e aquelas que compõem a outra parte do processo laboral da pesca. O art.1º § 6º da Lei 10.779/03 passou a vigorar com a seguinte redação: “A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei.”

Destarte, esta norma excluiu do seguro desemprego o pescador-lavrador e os demais pescadores que precisam conciliar a pesca com o exercício de outras atividades, inclusive, quando não se tem outra opção, a exemplo das regiões como o baixo São Francisco, onde a pesca está cada vez mais inviável diante da extinção dos peixes.

De igual modo, o art. 2º da Lei 13.134/15 determinou nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei 10.779/03, passando a dispor que faria jus ao seguro desemprego somente o pescador que não esteja recebendo qualquer outro “benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente”. Esta medida implicou, por exemplo, na impossibilidade de o pescador ou a pescadora receber o seguro desemprego caso aufera valores do programa Bolsa Família³².

À vista dessas alterações, é comum escutar de alguns que tais medidas são salutares porque protegem os cofres públicos. Entretanto, não se deve esquecer de que mudanças legislativas como estas recaem sobre seres humanos, os quais mesmo exercendo uma atividade laboral de grande importância para o abastecimento da demanda mercadológica, auferem em contrapartida valores muito baixos para manutenção de sua sobrevivência.

Frente a tantas barreiras é salutar evidenciar a realidade socioeconômica dos trabalhadores em questão. Neste sentido, destaca-se que o relatório do IPEA (2015, p. 69) verificou que um pescador profissional artesanal obtém uma média mensal de R\$ 303,72 e os pescadores de subsistência auferem em média R\$ 98,26.

No baixo São Francisco esta realidade não é diferente. Segundo o estudo socioeconômico realizado por Costa Rezende e Mata Oliveira (2015, p. 681), os pescadores artesanais de modo geral conseguem obter da pesca uma renda média de R\$ 225,00, variando para 33,3% dos pescadores desta região uma média entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00.

³² O governo define que o Bolsa Família é “um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas”. CAIXA Econômica Federal. **Bolsa Família**. s/d. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 10 mar. 2018.

O seguro desemprego destinado ao pescador artesanal representa, portanto, uma intersecção do Estado com um dos principais bolsões de pobreza do país. A falta de recebimento de qualquer recurso que de fato é devido, geram consequências devastadoras, como a ida dos pescadores aos centros urbanos em busca de outros trabalhos e, conseguinte, desemprego e aumento da violência.

Além de todos esses obstáculos legais para o recebimento do seguro desemprego, têm ocorrido constantes problemas no processamento do pagamento desse seguro. No início do ano de 2018, pescadores artesanais do baixo São Francisco chegaram a ocupar pacificamente a agência do INSS do município de Porto Real do Colégio em Alagoas para manifestarem em desfavor dos obstáculos que veem enfrentando. Nesta ocasião, inclusive, destaca-se a fala de Roberto Campos³³, presidente da associação de pescadores de São Brás no baixo São Francisco no estado de Alagoas:

Por conta dessa situação, tem pescador passando fome e nem pode mais comprar nada fiado por que as mercearias não querem empenhar o cartão do seguro. O nosso povo está sofrendo muito porque o Bolsa Família é suspenso durante o período de pagamento do defeso e nós estamos sem o seguro desde novembro (VINÍCIUS, 2018, s/p).

O que se percebe, em resumo, é que a atuação do Estado por parte do poder legislativo e do poder executivo, até então, tem sido precária e contraditória quando analisado o que tem sido feito ao pescador artesanal em contraponto ao que determina a Constituição de 1988 acerca dos direitos sociais e dos princípios constitucionais em prol do direito ao trabalho digno.

Assim, ainda que os pescadores artesanais tenham, a partir de 1972, ganhado mais notoriedade no âmbito do ordenamento jurídico, reconhecidos como trabalhadores e sujeitos de direitos sociais, do mesmo modo que tem ocorrido a precarização dos direitos dos trabalhadores envolvidos com a relação empregatícia, a atuação deste Estado Poietico, conforme destaca Neves Delgado (2013, p. 251), vem também, nas palavras de Tavares Moreno (2015, p. 17) “acirrando a precarização do trabalhador pescador artesanal no país”.

³³ VINÍCIUS, Fernando. Pescadores ocupam agência no INSS para cobrar pagamento de seguro. **Sete segundos**. Maceió, AL, 17 jan. 2018. Disponível em: <<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2018/01/17/102611/pescadores-ocupam-agencia-no-inss-para-cobrar-pagamento-de-seguro.html>>. Acesso em 20 abr. 2018.

2.2.3 A regulação da pesca artesanal pelo Código de Pesca de 1934, 1967 e 2009

Malgrado a Constituição de 1934 tenha assegurado constitucionalmente pela primeira vez o direito ao trabalho e à seguridade social a todos os trabalhadores, neste mesmo ano, surgiu o Código de Pesca³⁴ que regulou a atividade pesqueira. Contudo, conforme destaca Beltrão Peixoto (2011, p. 81), o mencionado código regulava a pesca de modo objetivo, “operacional e econômico”, não se manifestando expressamente sobre os pescadores e pescadoras artesanais.

No início do governo totalitário militar, juntamente com a criação da Constituição de 1967, fora revisto o Código de Pesca de 1934 através do Decreto-Lei 221/67, instituindo-se o Código de Pesca de 1967, em que pela primeira vez, consoante escreve Tavares Moreno (2015, p. 18), mais à frente se fez anotado o termo “pesca artesanal” no ordenamento jurídico federal nacional.

Vale destacar que a disposição legal da pesca artesanal, presente no §2º do art. 35 do referido código, ainda não existia no texto originalmente publicado em 1967, vindo a surgir com a Lei 6.631/72. Desse modo, somente em 1972 a pesca artesanal de fato se fez expressa no âmbito federal do ordenamento jurídico brasileiro.

Apesar de a mencionada previsão legal reconhecer literalmente a existência do pescador artesanal, a referida disposição não trouxe à vida desses pescadores nenhuma mudança significativa. Conforme salienta Tavares Moreno (2015, p. 18) apesar de a pesca artesanal passar a ser reconhecida juridicamente, esta modalidade de trabalho fora tratada de modo sucinto no bojo do §2º do art.35³⁵, sendo o Código de Pesca de 1967 direcionado especialmente para a consolidação da pesca industrial no país.

³⁴ Segundo destaca Beltrão Peixoto (2011, p. 81), o Código de Pesca de 1934 “caracterizou os diferentes meios aquáticos, os pescadores passaram a ser considerados como profissionais e tudo isso mereceu amparo legal; foram previstos também outros aspectos, como repovoamento e defesa das águas interiores, comércio do peixe vivo, entre os demais.”

³⁵ O art. 35, §2º quanto ao pescador artesanal estabelecia somente o seguinte: “Fica dispensado da proibição prevista na alínea ‘a’ deste artigo o pescador artesanal que utiliza, para o exercício da pesca, linha de mão ou vara, linha e anzol.”

Somente com o advento da Lei 11.959/09 que revogou o Código de Pesca de 1967, com o fito de regular a gestão dos recursos naturais e o trabalho do pescador, surgiu um Código de Pesca que passou a tratar formalmente os pescadores e pescadoras artesanais em melhor definição.

Para Francisco Edivar Carvalho (2009, p. 1), a Lei 11.959/09, em seu art. 8º, aprimorou a definição do que é a atividade pesqueira ao apontar os tipos de exploração que se divide em pesca comercial e não comercial, podendo a primeira ser explorada de modo “artesanal ou industrial” e a segunda “praticada com fins científico, amador ou de subsistência”. Segundo o autor:

O novel ordenamento instituído pela supracitada lei prevê que a pesca artesanal poderá ser praticada por pescadores profissionais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Já a pesca industrial poderá ser praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais nas embarcações de pequeno, médio ou grande porte. Pescador profissional, no dizer do artigo 2º, XXII, da Lei nº 11.959/09, é a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no país que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica CARVALHO, (2009, p. 1).

Já no art. 4º, §º único da Lei 11.959/09, consoante destaca Tavares Moreno (2015, p. 26), “ampliou o entendimento e reconhecimento” acerca do exercício da pesca artesanal. Nesse sentido o mencionado dispositivo asseverou também que são consideradas atividades da pesca artesanal à confecção de reparos de artes e petrechos de pesca e em embarcações de pequeno porte, bem como o processamento dos produtos advindos da pesca.

Contudo, apesar de sua definição inclusiva sobre o trabalho que pode ser considerado exercício da pesca artesanal, no mesmo parágrafo único do art. 4º, a lei limitou os efeitos desta classificação ao âmbito da própria lei. Assim, a ampliação do conceito do trabalho que se classifica como pesca artesanal não tem efeito algum para seara dos direitos trabalhistas e previdenciários do pescador ou da pescadora artesanal. Outra crítica decorrente da limitação dos efeitos desta norma é o seu viés político preponderantemente voltado para a concessão de financiamento e acesso ao crédito.

Mesmo que esta perspectiva seja importante, diante do exposto reiteradamente nos art. 7º, X; art.10, §§ 2º e 3º e no art. 27, §1º, verifica-se,

conforme salienta Lúcia da Silva e Andrade Leitão (2016, p. 149) e Tavares Moreno (2015, p. 27) que este estímulo a financiamentos não representa em termos de direitos sociais uma ampliação das garantias de proteção ao pescador artesanal, mas sim uma migração deste trabalhador para a aquicultura.

A perspectiva de gestão meramente utilitarista abordada por Supiot (214, p. 53-70), no tocante a posição estatal sobre o trabalho e o uso dos recursos naturais, tratando ambos como mercadorias, bem como a atuação do Estado Poiético assinalado por Neves Delgado (2013, p. 251), reverberam nos textos das leis que como esta deveriam tutelar o exercício da pesca artesanal, mas assim não fazem.

Em síntese, percebe-se que o Código da Pesca e da Aquicultura de 2009 não deu extensão aos direitos sociais dos pescadores artesanais, persistindo ausente uma proteção direcionada, conforme destaca Tavares Moreno (2015, 29), às “especificidades e singularidades da pesca artesanal”, especialmente no que se refere “a proteção de direitos estruturantes aos pescadores e pescadoras artesanais” como o “direito ao seu território”.

Nessa esteira, apesar de o art. 7º, II da Lei 11.595/09 afirmar que o desenvolvimento sustentável da pesca dar-se-á pela “determinação de áreas especialmente protegidas”; não há uma atuação objetiva do Estado demarcando as regiões das comunidades de pescadores, o que poderia garantir, conforme destaca Schiavone Cardoso (2016, p. 79) a perpetuidade da pesca artesanal no Brasil.

Mesmo sendo considerados, em diversas situações, comunidades tradicionais, nos termos do Decreto 6.040/07, um dos maiores problemas enfrentado pelos pescadores é a questão territorial, abarcando a preservação da natureza. Schiavone Cardoso (2016, p. 43) chama a atenção neste sentido, destacando resumidamente os seguintes desafios à continuidade do pescador artesanal:

Nas pescarias atuais, jangadeiros, caiçaras, caboclos e demais pescadores de pequena escala enfrentam conflitos nos espaços de produção e reprodução social, nas águas e em terra. É a destruição dos manguezais, o desmatamento das restingas, a ocupação das costeiras que acabam por gerar danos aos processos e produtos da pesca. Também se mobilizam contra as imensas ondas de poluição em terra e nas águas, a privatização dos espaços e a decorrente perda dos acessos aos territórios de vida, morada e trabalho.

O que é perceptível aos estudiosos que defendem a importância e o respeito pelos interesses do pescador artesanal tal como Tavares Moreno (2015), Beltrão Peixoto (2011), Schiavone Cardoso (2001; 2016), Diegues (1983;2004), Lúcia da Silva e Andrade Leitão (2016) é que o principal obstáculo que se coloca à frente da criação de leis e implantação de políticas voltadas para uma efetiva perpetuidade do exercício e existência da pesca artesanal é a lógica dominante da “mercantilização da terra”, apontada por Polanyi (2000, p. 94) e da racionalização do conhecimento que exclui a importância da cultura ribeirinha, conforme leciona Sousa Santos (2002, p. 183).

A questão da territorialidade, que se confunde com o próprio ambiente de trabalho do pescador artesanal, é um dos principais desafios para a perpetuidade e efetividade do direito ao trabalho digno, quando requerido na qualidade de ecologicamente equilibrado.

Assim, um dos principais impedimentos que este estudo acredita ser imposto aos pescadores artesanais se faz presente em razão desses trabalhadores estarem atrelados ao bem comum que é a água, e não à lógica comumente dissipada da modernidade acerca da propriedade privada, a exemplo do que é a terra para os agricultores ou o chão de fábrica para a indústria.

Este fato acarreta um desafio ainda maior para a efetivação do direito ao trabalho do pescador artesanal. Seu ambiente de trabalho não é visto pela maioria como algo particular e por isso, não é percebida a importância e a necessidade de se tutelar o bem natural que é o território, a natureza e ao mesmo tempo o ambiente de trabalho do pescador.

Desse modo, em razão da questão territorial, especificamente quanto ao acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ser um requisito essencial à efetividade do direito ao trabalho dos pescadores e pescadoras artesanais, no tópico seguinte, analisar-se-á “o meio ambiente”, segundo Herrera Flores (2009, p. 18) como um bem/recurso; o direito ambiental como uma fonte essencial de acesso à perpetuidade do trabalho desses profissionais e, por fim, examinar-se-ão quais os reais impedimentos à concretização de tal direito.

2.3 A pesca artesanal e o direito ao trabalho digno em um ambiente ecologicamente equilibrado

O labor do pescador artesanal, ainda que não seja, em sua quase totalidade, uma atividade assalariada e subordinada, mas sim uma representação do trabalho vivo, está protegido pelos art. 5º, XIII e *caput* do art. 6º, ambos da Constituição de 1988, sendo tais direitos fundamentais representantes, respectivamente, ao ver deste estudo, da condição formal e da condição material que tutelam o acesso ao trabalho digno.

Como visto no primeiro capítulo, o trabalho é um bem/recurso que integra o ser da vida humana e para o pescador artesanal, tanto a condição formal³⁶ do trabalho que é a liberdade de poder escolher a profissão a ser exercida, quanto a condição material³⁷ que é o próprio exercício laboral, dependem da pré-existência de um ambiente ecologicamente equilibrado.

Esta aceção não é exclusiva do pescador, contudo diferentemente da maioria das atividades laborais, o que se percebe nas atividades extrativistas, como a pesca artesanal, é que a realização ou a efetividade da condição formal e material acima expostas, consoante observou Diegues (1983, p. 3) “mais do que em qualquer outra atividade econômica”, depende das “forças da natureza”.

Complementando esta observação, Cardoso (2001, p. 23) leciona:

A natureza é o objeto de trabalho do pescador. Peixes, crustáceos, moluscos, marés, correntes, compõem o universo natural apropriado pelo fazer pesqueiro e sobre o qual o pescador constrói seu conhecimento. Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um processo de conhecimento construído na prática do pescador.

Dessa feita, o ambiente ecologicamente equilibrado se estabelece para este estudo como o requisito básico que, depois da condição existencial humana e do

³⁶ Consoante dispõe o art. 5º, XIII da CF de 1988: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.”

³⁷ Assegura o *caput* do art. 6º da CF/88 o direito ao trabalho, dispondo que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

saber humano³⁸, representa o terceiro elemento que, em síntese, aos pescadores artesanais garante o acesso aos bens e recursos necessários para a manutenção da atividade pesqueira, da cultura e de uma vida digna e harmônica com o habitat regional.

Assim, considerando que o ambiente ecologicamente equilibrado ocupa a condição de requisito imprescindível para a efetividade do trabalho digno do pescador artesanal, o direito humano e fundamental ao meio ambiente, nesse instante, é analisado como um instrumento que igualmente o direito ao trabalho, tutela juridicamente a continuidade do exercício da pesca artesanal.

O ponto de convergência entre o direito ao trabalho e o direito ambiental é que os bens que a estes tutelam o acesso, respectivamente o trabalho e o meio ambiente, estão imbricados. O trabalho digno não existe sem um ambiente ecologicamente equilibrado.

É por esta razão que o art. 200, VIII do texto constitucional, conforme destaca Carvalho (2013, p. 312), quando assegura uma das modalidades do direito ambiental, *in casu*, o direito à saúde, inclui neste seara a “proteção ao direito do ambiente de trabalho”. Segundo Carvalho (2013, p. 312), decorre daí a lógica normativa de que o direito ao meio ambiente, no tocante ao mundo do trabalho, é o norteador que estabelece como parâmetro:

[...] as condições do tempo e de modo do trabalho, bem assim a imunidade contra agentes insalubres ou qualquer outro risco do lugar de onde provém a produção econômica quanto aos meios de subsistências do trabalhador, promovendo assim o necessário equilíbrio entre o ecossistema laboral e a biosfera.

Nesse sentido, uma suposta junção representativa da nomenclatura do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado com a proteção do ambiente do trabalho, segundo Carvalho (2016, p. 57), decorreria da combinação dos artigos constitucionais 200, VIII e 225, resultando no “direito fundamental a um meio ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado”.

³⁸ O saber humano aqui se refere ao que Diegues (2004, p. 165) destaca como “o conhecimento adquirido ao longo de anos de experiência. O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizado.”

Alargando esta concepção, em proximidade ao objetivo desta dissertação, pode-se afirmar que a combinação destes arts. 200, VIII, 225 com o direito ao trabalho disposto no *caput* do art. 6 da CF de 1988, pressupondo-o digno nos termos do inciso III do art. 1º do texto constitucional, acarretam a favor do pescador na nomenclatura, diga-se, do direito humano e fundamental ao trabalho digno em um ambiente ecologicamente equilibrado.

No caso, voltadas às atenções ao direito ambiental, destaca-se que o processo de luta, construção e constitucionalização desse direito de terceira dimensão³⁹, perpassa anteriormente pela notoriedade dos danos socioambientais advindos do modelo capitalista de desenvolvimento econômico e sociocultural ora dominante.

Neste aspecto, a Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, segundo Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer (2011, p. 102) é o marco no qual, desde então, o planeta Terra vem sofrendo significativas alterações ecológicas que caracterizam parte do panorama atual da “crise da civilização” ou “crise do paradigma dominante”, conforme preceituam, respectivamente, Enrique Leff (2001, p. 17) e Sousa Santos (2008, p. 41).

Essas mudanças asseveradas com o desenvolvimento da globalização a partir de meados do século XX, segundo Juarez Freitas (2016, p. 25-31) representam o “estilo devorante, compulsivo e pouco amigável” presente na “noção de crescimento econômico iníquo e a qualquer custo” atualmente empregado.

Considerando a eminência dos problemas socioambientais, em contrapartida a tal quadro, conforme destaca Gabriela Cristina Braga Navarro (2015, p. 25-33), após a segunda metade do séc. XX, movimentos, organizações e estudos envolvendo diversas áreas, começaram a se manifestar com o objetivo de proteger o meio ambiente.

³⁹ Sarlet e Fensterseifer (2011, p. 156) afirmam que “os direitos de terceira dimensão, e especialmente o direito ao ambiente, são denominados usualmente como direitos de solidariedade ou fraternidade, já que transportam implicações de escala global e universal, exigindo, em consequência disso, esforços e responsabilidades em escala até mesmo mundial para a sua efetivação e devida proteção.” Complementando o referido raciocínio, Aboim M. G. da Silva afirma (2008, p. 37) que os direitos de terceira dimensão “são direitos de essência transindividual, denominados de direitos coletivos *“lato sensu”*”.

Nesse sentido, a obra *A Primavera Silenciosa*⁴⁰, de Rachel Carson, publicada em 1962, fora considerada o marco inicial dos estudos voltados ao desenvolvimento da proteção ambiental no ocidente. As observações tecidas por esta jornalista e bióloga, há mais de 55 anos, são acentuadamente pertinentes na atualidade⁴¹.

Como resultados das manifestações em prol da proteção ambiental, em 1972, segundo destaca Braga Navarro (2015, p. 34), realizou-se a Conferência de Estocolmo, sendo esta a primeira convenção internacional formalmente voltada à proteção e tutela jurídica do meio ambiente.

Para Carvalho (2013, p. 311), a especificidade da proteção normativa do ambiente do trabalho, também “remete à Declaração de Estocolmo, de 1972”. Este autor destaca, inclusive, que naquela ocasião se estabeleceu como princípio dos direitos humanos, além das concepções de liberdade e igualdade, o direito ao “desfrute” de um ambiente saudável, seguro e equilibrado como requisito indispensável para uma vida digna.

A partir de então, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado fora normatizado como um direito humano e no âmbito interno de diversos Estados⁴² se iniciou o processo de constitucionalização⁴³ desse direito, que se tornou, também, pela perspectiva da teoria convencional um direito fundamental.

⁴⁰ Este livro foi um marco no despertar das discussões sobre as questões ambientais no mundo ocidental, em síntese a obra de Rachel Carson, jornalista e bióloga americana, denunciava os riscos advindos do uso dos agrotóxicos e dos elementos químicos dissipados com as explosões das bombas atômicas.

⁴¹ Em um trecho da obra, Carson (1969, p. 16) denuncia que: “Assaltos contra o meio ambiente, efetuados pelo Homem, é representado pela contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares, por via de materiais perigosos e até letais. Esta poluição é, em sua maior parte, irremediável; a cadeia de males que ela inicia, não apenas no mundo que deve sustentar a vida, mas também nos tecidos vivos, é, em sua maior parte, irreversível. Nesta contaminação, agora universal, do meio ambiente, as substâncias químicas são os parceiros, sinistros e pouco reconhecíveis, das radiações, na tarefa de modificação da própria natureza do mundo – da própria natureza da vida que palpita nêle. (SIC) O estrôncio 90, desprendido por explosões nucleares, e pairante no ar atmosférico, desce à Terra por meio das chuvas, ou vagueia ao léu, na forma de resíduos atômicos; assim, embebe-se no solo, penetra nas ervas, no milho, no trigo que nesse solo se plantam, e, a seu tempo, vai alojar-se nos ossos de um ser humano, para ali permanecer até a morte dêsse (SIC) ser humano.”

⁴² Em decorrência da conferência da Suécia de 1972 diversos países passaram a dispor sobre a tutela do meio ambiente em suas constituições, a citar os exemplos da: Constituição do Chile (1972); Constituição do Panamá (1974); Constituição da Grécia (1975); a constituinte de Portugal (1976); Emenda Constitucional da Polônia (1976); a Constituição da Argélia (1976); a Carta chinesa (1978); Constituição espanhola (1978); a Carta do Peru (1980); a Lei fundamental da Argentina (1994); o Ato Único Europeu de 1987. Ressaltando a Conferência do Rio de 1992, esta influenciou a reforma ambiental constitucional em destaque à França.

⁴³ Ensina Luís Roberto Barros (2012, p.19) que o constitucionalismo jurídico despertou-se após a 2ª grande guerra com o advento da Lei Fundamental de Bonn, ou seja, a Constituição Alemã de 1949,

Este processo de constitucionalização do Direito Ambiental⁴⁴ no Brasil está representado pelos ditames dos artigos 5º, LXXIII; 23, VI e VII; 24, VI e VIII; 129, III; art. 170, VI; art. 174 §3º; art. 200, VIII; 216, V e principalmente pelo art. 225 da Constituição de 1988. O conjunto destes dispositivos, nas palavras de Sarlet e Fensterseifer (2011, p. 38), é a representação do “*constitucionalismo ecológico*”.

De igual modo, Édis Milaré (2013, p. 168), quanto ao constitucionalismo ambiental brasileiro, afirma que a Constituição de 1988 abrangeu escorreitamente a proteção do meio ambiente, estabelecendo-o como um direito subjetivo e ao mesmo tempo coletivo.

Para Sarlet e Fensterseifer (2011, p. 34-38), a dimensão subjetiva deste direito garante a todo ser humano o direito fundamental de viver em um ambiente equilibrado, saudável e seguro e isto representa a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana, a qual abrange o *bem-estar ambiental*.

Na perspectiva coletiva, Carvalho (2013, p. 311), em sua lição acerca da proteção que abrangentemente intitula recair sobre todo o “*habitat* laboral”, afirma que a constitucionalização do direito ambiental reflete “a ampliação do ângulo de

caracterizando-se a seguir, no âmbito interno dos ordenamentos alienígenas, pela tomada de força das normas dispostas nas Constituições. Estas normas deixaram de ser vistas como normas de mero conteúdo programático e político, passando a imperar com poder sobre o todo o ordenamento jurídico, acarretando a expansão da jurisdição constitucional, desenvolvendo-se, inclusive, uma hermenêutica jurídica atrelada à sistemática dos ditames constitucionais. Roberto Barroso (2012, p. 2), acerca do constitucionalismo, afirma que o “Constitucionalismo significa Estado de direito, poder limitado e respeito aos direitos fundamentais. [...] O constitucionalismo democrático, assim, é uma fórmula política baseada no respeito aos direitos fundamentais e no autogoverno popular. E é, também, um modo de organização social fundado na cooperação de pessoas livres e iguais.” No mesmo sentido, Virgílio Afonso da Silva (2008, p. 38) de modo objetivo e sintético resume precisamente o constitucionalismo jurídico afirmando que, “*Quando se fala em constitucionalização do direito, a ideia mestra é a irradiação dos efeitos das normas (ou valores) constitucionais aos outros ramos do direito*”.

⁴⁴ Segundo Braga Navarro (2015, p. 40), antes da Convenção de Estocolmo, com “o viés econômico e individualista” já se positivava a proteção dos recursos naturais no Brasil desde o período colonial. A autora afirma que: “a positivação do direito ambiental no Brasil diferencia-se daquela no âmbito internacional, pois já era realizada desde nossos primórdios coloniais, dada a importância econômica dos recursos naturais em território pátrio e a escassez de alimentos e outros recursos naturais em Portugal”. Após a Convenção de Estocolmo antes mesmo da Constituição de 1988, com valor intrínseco à proteção do meio ambiente surgiram as Leis 6.938/81 e a Lei da Ação Civil Pública, lei 7.347/85, que possibilitava a judicialização de questões ambientais. Quanto à Lei 6.938 de 1981, numa perspectiva, segundo Antônio Souza Prudente (2012, p. 83) “holística que harmoniza os postulados da lógica antropocêntrica com os da teoria biocêntrica”, esta definiu o meio ambiente no seu art. 3º, I, da seguinte forma: “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

incidência dos direitos humanos” que vai da tutela individual à coletiva. Nesse aspecto, o jurista assinala o seguinte ensinamento:

Vale dizer: à afirmação dos direitos subjetivos de liberdade se seguiram os direitos sociais e em seguida as garantias institucionais, que fundiram as ideias de interesse coletivo e de pertencimento à coletividade, seguindo-se enfim a percepção de que os direitos do homem somente se realizam em plenitude quando alcançam igualmente a todos e se preserva, ademais, a possibilidade de subsistirem esses direitos a favor das futuras gerações. Em suma, o direito ambiental impregna os direitos humanos do postulado da solidariedade. Trata da relação recíproca entre o homem e o meio ambiente, tratando, assim e simultaneamente, de ecologia e de equilíbrio, em um projeto ambicioso de um Direito para toda a humanidade (CARVALHO, 2013, p. 312).

Deste modo, constitucionalmente tutelado, em favor do trabalho pescador artesanal, está o meio ambiente natural, que no caso, confunde-se com o próprio ambiente de trabalho, representando assim a expressão simultânea da dimensão subjetiva e coletiva do direito ao meio ambiente.

A importância do Direito Ambiental é tamanha que, nas palavras de Carvalho (2013, p. 313), o seu “traço de ubiquidade”, também o faz determinante nos ditames do desenvolvimento da ordem econômica, conforme assegurou o art. 170, VI da CF de 1988.

E nesta mesma linha de pensamento, Roberto Grau (2008, p. 251) destaca que o art. 170, VI da CF de 1988 ao dispor sobre “o princípio da defesa do meio ambiente” coaduna com “a ordem econômica, informando substancialmente os princípios da garantia do desenvolvimento e do pleno emprego⁴⁵”. Este autor anota ainda importante conclusão:

Além de objetivo, em si, é instrumento necessário – e indispensável – à realização do fim dessa ordem, o de *assegurar a todos existência digna*. Nutre também, ademais, os ditames da justiça social. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo – diz o art. 225, *caput* (GRAU, 2008, p. 252).

Destaca Milaré (2013, p. 171) que o desenvolvimento econômico atrelado à ideia de sustentabilidade, ressaltando, inclusive, que a ordem econômica brasileira

⁴⁵ Na perspectiva desta dissertação o pleno empregado mencionado por Roberto Grau (2008, p. 252) é também entendido como o direito ao trabalho, podendo abarcar igualmente o labor alheio à relação subordinada.

está constitucionalmente fundamentada “na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa”, tem seus princípios arraigados na “defesa do meio ambiente”.

A partir da interação existente entre o direito ao meio ambiente, a ordem econômica e os objetivos fundamentais de desenvolvimento nacional, nos moldes do art. 3º, II da CF de 1988, extrai-se daí a existência do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável⁴⁶ ressaltado por Sarlet e Fensterseifer (2011, p. 104) ou o princípio da sustentabilidade⁴⁷ que, por sinal, apresenta pluridimensões, conforme assevera Juarez Freitas (2016, p. 60-61).

No caso, o princípio do desenvolvimento sustentável evidenciado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, por intermédio do relatório de Brundtland (1987)⁴⁸, foi inicialmente conceituado como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Em resumo, quanto ao processo de constitucionalização e positivação jurídica, percebe-se que o Direito Ambiental tal como o Direito ao Trabalho, possui multidimensões categóricas de conceituação, proteção, aplicação e valoração.

⁴⁶ Ensina Sarlet e Fensterseifer (2011, p. 201) que “o conceito de desenvolvimento sustentável, cunhado no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (Relatório Brundtland/Nosso Futuro Comum), traz a ideia de que o mesmo seria “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. A ideia de sustentabilidade está na razão de ser da proteção do ambiente, já que manter (e, em alguns casos, recuperar) o equilíbrio ambiental implica o uso racional e harmônico dos recursos naturais, de modo a não os levar ao seu esgotamento, e, conseqüentemente, à sua degradação.”

⁴⁷ O princípio da sustentabilidade, segundo Freitas (2016, p. 42), traduz-se “como *dever fundamental de, em longo prazo, produzir e partilhar o desenvolvimento limpo e propício à saúde, em todos os sentidos, aí abrangidos os componentes primordialmente éticos, em combinação com os elementos sociais, ambientais, econômicos e jurídico-políticos.*”

⁴⁸ Texto original: “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#I>>. Acesso em 15 nov. 2016. Neste aspecto cumpre ainda destacar que a denominação do desenvolvimento sustentável disposta no relatório de Brundtland foi atualizada por Amartya Sen (2011, p. 286), que na seguinte explanação anotou que: “Se a importância da vida humana não reside apenas em nosso padrão de vida e satisfação das necessidades, mas também na liberdade que desfrutamos, então a ideia de desenvolvimento sustentável tem de ser correspondentemente reformulada. Nesse contexto, ser consistente significa pensar não só em sustentar a satisfação de nossas necessidades, mas, de forma mais ampla, na sustentabilidade – ou ampliação – de nossa liberdade (incluindo a liberdade de satisfazer nossas necessidades). Assim recharacterizada, a liberdade sustentável pode ser ampliada a partir das formulações propostas por Brundtland e Solow para incluir a preservação e, quando possível, a expansão das liberdades e capacidades substantivas das pessoas de hoje “sem comprometer a capacidade das gerações futuras” de ter liberdade semelhante ou maior.”

Um adendo que se vale destacar é que todas estas multidimensões não serão aqui aprofundadas e nem conceituadas. Pois apesar de estarem relacionadas com o objetivo de manutenção da vida nos ditames do princípio da produção, reprodução e desenvolvimento de Dussel (2000), atrelado, também, conforme aqui se defende, à proteção constitucional ao trabalho digno, a abordagem e descrição destas multiacepções exigiriam outro trabalho acadêmico.

Neste caso, como o foco recai sobre a efetividade do direito ao trabalho do pescador artesanal e que esta concretização está integralmente entrelaçada com o acesso ao ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado, cumpre então apontar que o direito ao desenvolvimento⁴⁹ e o direito à sustentabilidade são derivados da necessidade e do anseio humano pela proteção ambiental.

Em breve síntese, o desenvolvimento pautado ao lado da sustentabilidade determinam que tanto o Estado quanto os particulares têm, segundo destaca Freitas (2016), o dever ético-jurídico de proteger o meio ambiente em qualquer atuação, especialmente, de ordem econômica.

Demonstrada a imprescindível importância do arcabouço normativo que expressa o Direito Ambiental, acompanhando as concepções da teoria crítica dos direitos humanos de Herrera Flores (2009), o que se busca atentar de fato, no presente estudo, é para a questão em si do acesso do pescador artesanal ao ambiente ecologicamente equilibrado.

Assim, a importância, então, recai, conforme ensina Herrera Flores (2009, p. 38), sobre o contexto fático em “concreto”, o qual, *in casu*, reflete a lógica do modelo de desenvolvimento dominante que explora a natureza pelo viés utilitarista e mercantilista denunciado por Sousa Santos (2002, p. 288).

Esse contexto a título de exemplo, no âmbito global, segundo o último relatório do Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza (WWF), *Living Planet*

⁴⁹ Nesta dissertação, anota-se em prol do pescador artesanal a concepção de desenvolvimento direcionado em favor das minorias que compõe as “*coletividades regionais internas*”, conforme assevera Robério Nunes dos Anjos Filho (2013, p. 253). Segundo Anjos Filho (2013, p. 257) as minorias, no caso os pescadores artesanais, “podem ser protegidas por meio de: a) direitos humanos gerais; b) direitos reconhecidos especificamente a determinada minoria ou a seus componentes, que podem configurar (i) medidas de discriminação positiva visando assegurar a não exclusão e a não discriminação, geralmente de natureza temporária, ou (ii) medidas de discriminação positiva voltadas à garantia da não assimilação, de natureza permanente.”

*Report*⁵⁰ (2016, p. 12), divulgado ao final do mês de outubro de 2016, demonstra uma drástica realidade, nos últimos 40 anos mais de 58% da vida selvagem que habita a Terra fora extinta.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)⁵¹, na esfera nacional, aferiu que o aumento de 28,7% no desmatamento regional, ocorrido entre agosto de 2015 e julho de 2016, foi o maior dos últimos 8 anos, restando devastados cerca de 7.989 quilômetros quadrados (km²) de floresta.

A ausência de efetividade do Direito Ambiental se apresenta também na seara administrativa da gestão estatal, neste caso, o estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)⁵², entre os anos de 2008 e 2010, verificou que tão somente 0,3% das multas aplicadas pelo IBAMA são arrecadadas.

Além disto, a aplicação de megaprojetos de desenvolvimento econômico, comumente apresentados pelo próprio Estado, como no caso de hidroelétricas e barragens, quando não observado os ditames do Direito Ambiental e perpetrado o desrespeito e a degradação ao meio ambiente, as consequências não se limitam à natureza e seu meio físico e biótico distanciado dos seres humanos.

Os impactos dos efeitos danosos advindos desses projetos incidem diretamente na vida dos seres humanos que estão inseridos no mesmo ambiente degradado, pois, malgrado comumente não se atente para o nexo de causalidade existente, deve-se observar que a sociedade compõe o próprio ambiente degradado.

Um bom exemplo, nesse caso, advém da leitura dos índices do Mapa da Violência de 2017 divulgado pelo IPEA⁵³. Segundo este estudo (CERQUEIRA et al., 2017, p. 18), dentre os municípios mais violentos do Brasil, em primeiro lugar está a cidade de Altamira no estado do Pará. Esse centro urbano com uma população de 108.382 habitantes em 2015 teve nesse mesmo ano 114 homicídios.

⁵⁰ Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/lpr_living_planet_report_2016.pdf>. Acesso em 3 de jan. 2017.

⁵¹ IPAM. **Panorama do desmatamento da Amazônia 2016**. Manaus, AM, 2016. Disponível em: <<http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2016/12/panorama-desmatamento-amazo%CC%82nia-2016.pdf>>. Acesso em 9 jan. 2017.

⁵² TCU. Arrecadação de multas administrativas. **Análise da Receita**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2010/fichas/Ficha%203.2_cor.pdf>. Acesso em 1 fev. 2017.

⁵³ CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017**. Ipea. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em 5 mai. 2018.

O referido estudo do IPEA (CERQUEIRA et al., 2017, p. 18-20) foi além da mera catalogação de números. Ele fez uma análise comparativa entre dois municípios brasileiros, Altamira no Pará, como o município mais violento do país, e na outra ponta, Jaraguá do Sul em Santa Catarina, como o município menos violento.

Nesse sentido o estudo do IPEA (CERQUEIRA et al., 2017, p. 19) observou que, embora os índices de IDH entre esses dois municípios fossem diferentes⁵⁴, as causas que ensejaram o crescimento desordenado da violência em Altamira no Pará decorrem diretamente da devastação proporcionada pelo modelo de desenvolvimento econômico aplicado com a construção da Usina de Belo Monte.

Como disposto na coluna da jornalista Eliane Brum⁵⁵ a construção da mencionada hidroelétrica é a representação, segundo as críticas da procuradora federal da república, Thais Santi, da comunhão entre o Estado e a empresa Norte Energia S/A, o que no caso ratifica a figura do Estado Poético anteriormente anunciado, com fulcro nas lições de Neves Delgado (2013, p. 251).

Cumprir destacar que estes dados não são postos aqui ilustrativamente, eles representam o mundo “concreto” anunciado por Herrera Flores (2009, p. 38). Eles representam o quanto o Direito é violado pelo próprio Estado, representam o quão a sociedade e os direitos humanos que a tutela são colocados à margem quando sopesados com os interesses do, diga-se, padrão e os interesses de desenvolvimento econômico capitalista.

Nessa perspectiva, vale destacar as palavras de Braga Navarro (2015, p. 19) de que a “crise do direito ambiental” não se restringe isoladamente a esse ramo jurídico. O colapso jurídico como um todo, conforme demonstra o caso de Altamira no Pará, é complexo e abarca diversos aspectos da sociedade.

Conforme será abordado no próximo capítulo, fazendo uso do conceito do paradigma dominante de Sousa Santos (2008, p. 41), a inefetividade do direito ao trabalho e do direito ambiental, ora tratada, é o produto imposto à sociedade diante

⁵⁴ Em 2010, o município de Jaraguá do Sul tinha um índice alto de IDH, correspondendo a 0,803. A cidade de Altamira no Pará tinha um índice no nível médio, com o IDH em 0,665 (CERQUEIRA et al., 2017).

⁵⁵ BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **El País**. 01 dez. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>. Acesso em 5 de mai. 2018.

do modelo civilizacional de desenvolvimento. Abarcar-se-á aqui não somente o viés político e econômico do capital, mas também o modo dominante epistemológico que expressa em suas origens a excludente racionalidade cartesiana.

3. A PESCA ARTESANAL NO BAIXO SÃO FRANCISCO E AS CONSEQUÊNCIAS DO PARADIGMA DOMINANTE MODERNO

O homem chega e já desfaz a natureza/ Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar/ O São Francisco, lá pra cima da Bahia/ Diz que dia, menos dia, vai subir bem devagar/ E passo a passo, vai cumprindo a profecia/ Do beato que dizia que o sertão ia alagar/ O sertão vai virar mar, dá no coração/ O medo que algum dia o mar também vire sertão/ Vai virar mar, dá no coração/ O medo que algum dia o mar também vire sertão. [Canção: Sobradinho, composição: Guarabyra / Sa]

O objetivo central desta pesquisa é, em atenção ao caso dos pescadores artesanais do baixo São Francisco, discutir a efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho digno, acompanhado da análise da concretização do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse momento, então, externar-se-á as principais questões regionais inerentes ao acesso desses trabalhadores aos respectivos bens.

Para tratar, então, da realidade concreta dos pescadores e pescadoras desta região serão tomadas, neste momento, como principal marco teórico, as lições de Sousa Santos (2002; 2008). Isto porque o presente estudo considera que a concepção de “paradigma dominante”, formulada por esse autor, tem a capacidade de englobar, sinteticamente, as verdadeiras causas que obstam o pescador artesanal de exercer o trabalho digno em um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A partir da concepção do “paradigma dominante” de Sousa Santos (2008, p. 20) será abordada a crise socioeconômica ambiental que vem atingindo o trabalho do pescador artesanal desde quando iniciada a aplicação, no baixo São Francisco, do modelo de desenvolvimento econômico que externalizou o complexo de hidrelétricas existente ao longo do rio.

Com esse propósito serão examinadas as consequências advindas do modelo de desenvolvimento econômico que com a instalação das hidrelétricas tem acarretado uma multiplicidade de conflitos sociais, econômicos, ambientais e culturais na região do baixo São Francisco.

Inclusive, em razão da delimitação do tema da pesquisa, tendo em vista que a problemática do rio São Francisco envolve uma diversidade de conflitos,

a análise se aprofundará, como asseverado, sobre as questões que envolvem a efetividade do direito ao trabalho dos pescadores locais.

Sendo assim, partindo-se do geral para o específico, na parte inicial deste capítulo serão apresentadas as principais características que compõem o paradigma dominante contemporâneo. E em virtude da prevalência da ótica utilitarista que recai predatoriamente sobre o uso do meio ambiente natural, destacar-se-á criticamente as consequências que advêm dessa submissão exacerbada da natureza à sociedade capitalista.

Na segunda parte se discorrerá sobre as consequências desse paradigma ao âmbito socioeconômico ambiental do baixo São Francisco. Será descrita a historicidade dos conflitos advindos com as construções das hidrelétricas, desde Sobradinho até Xingó, catalogando as consequências que repisam em desfavor das pescadoras e dos pescadores artesanais da região.

A parte final deste capítulo traz os apontamentos sobre as consequências da extinção da pesca artesanal, bem como sobre as principais demandas judiciais promovidas em razão dos danos que acometem o rio. Analisar-se-á aqui o cenário de abarrotamento do Poder Judiciário frente ao mau uso do poder público pelos poderes Executivo e Legislativo.

3.1 Do paradigma dominante moderno às consequências estabelecidas entre a sociedade, o trabalho e o meio ambiente

Para examinar a pesca artesanal no baixo São Francisco e a efetividade do direito fundamental ao trabalho é substancial entender como são estabelecidos os padrões de relações entre os seres humanos, o trabalho e a natureza, bem como as causas da crise socioeconômica ambiental contemporânea.

Dessa forma, em raciocínio correlato ao segundo capítulo, a entrelaçada relação com a natureza não é um privilégio somente dos pescadores artesanais ou dos trabalhadores extrativistas, reitera-se que o ser humano, seja no campo individual ou coletivo, está sempre subordinado à dinâmica mais ampla da natureza, pois inexiste qualquer isolamento entre esses.

Conforme salienta Sousa Santos (2002, p. 25), equivocadamente, o entendimento hegemônico é de que o meio ambiente se qualifica como um mero objeto que, distanciadamente posicionado, ali está para ser conquistado e utilizado pela sociedade. Isto é reflexo de uma concepção predatória de uso que, segundo Polanyi (2000, p. 92), asseverou-se principalmente pela visão mercadológica que trata a natureza como um objeto passível de negociação.

Talvez surja aqui a pergunta do leitor, o que isso tudo tem a ver com a questão do trabalho dos pescadores artesanais do baixo São Francisco? A importância da presente análise se justifica, pois é a partir dessa perspectiva que se origina o modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental atual. E esse modelo é o fator determinante das condições nas quais se encontram os pescadores artesanais da região.

Adentrando ao tema, para melhor compreensão dos padrões das relações existentes entre a sociedade humana e a natureza, especialmente no baixo São Francisco, destaca-se o escólio de Guillermo Foladori (2001, p. 121). Ele afirma que a interação da sociedade com o meio ambiente, inicialmente, fez-se pautada em três elementos, sendo estes: o trabalho, os meios de produção e a própria natureza.

Ao citar esses três elementos, Foladori (2001, p. 121) destacou que, ao longo dos anos, as mudanças advindas do desenvolvimento das atividades laborais junto aos meios de produção e ao fabrico de utensílios, acarretaram substanciais transformações nas relações sociais¹ e técnicas². Isto ampliou, sem precedentes na atualidade, a capacidade de influência dos atos humanos sobre a natureza. E nesta acepção, esse antropólogo e economista uruguaio (FOLADORI, 2001, p. 80) traça a seguinte consideração:

Toda atividade humana, qualquer que seja, realiza-se com base nas mediações com utensílios pré-fabricados que constituem a base material da sociedade humana. À medida que são consumidos, esses produtos são reproduzidos por meio de instrumentos e objetos de trabalho. Por isso, a distribuição dos meios de produção é a base e a condição para a reprodução de toda a sociedade. As relações sociais de produção estabelecem, em cada momento histórico, combinações

¹ As relações sociais seguindo os ensinamentos de Foladori (2001, p. 17) se apresentam como aquelas estabelecidas entre os seres humanos para o mesmo fim.

² As relações técnicas, segundo dispõe Foladori (2001, p.17), são aquelas relações que o ser humano estabelece com os outros seres vivos e com o meio abiótico no processo de produção de sua vida.

de propriedade/acesso/uso desses meios e, ao fazê-lo, condicionam as próprias relações técnicas, ou seja, a forma de relacionamento com a natureza. Daí se conclui que a principal revolução que ocorreu como resultado do surgimento do gênero Homo foi não tanto o fato técnico de haver possibilitado uma transformação formal da natureza mais profunda e ampla, mas o fato social de o ser humano haver transformado a si mesmo, gerando relações entre congêneres que condicionam todo o comportamento posterior com o meio ambiente.

Presentemente, diante da observação de Foladori (2001, p. 80) é indiscutível concluir que a ampliação da capacidade dos atos humanos sobre a natureza, desenvolvida a partir do século XVI com o avanço do processo epistemológico científico pautado na racionalidade, conforme aponta Sousa Santos (2008, p. 48), trouxe avanços e comodidades no campo das relações técnicas, que são desfrutados, diariamente, por significativa parcela da sociedade moderna.

À vista disso, calha verificar o conceito de paradigma. Cunhado inicialmente por Thomas Kuhn (1998, p. 13), este físico e filósofo afirmava ser o paradigma um conjunto de crenças e valores partilhados pelos membros de determinada comunidade, visto como realizações passadas com caráter exemplar, denotando, desse modo, uma função normativa.

Estabelecido o conceito base do que é o paradigma, Sousa Santos (2008, p. 21, grifo nosso), resumidamente expõe a historicidade da civilização ocidental, identificando o que é o paradigma moderno, atualmente dominante, definindo-o da seguinte forma:

O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios do século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos).

Desse modo, o paradigma dominante, segundo Sousa Santos (2008, p. 84), ao longo de sua construção se alicerçou na cientificidade cartesiana que

enalteceu o exercício cognitivo da mente em busca da verdade presente na natureza, com base em uma metodologia objetiva e racionalista, com critérios rígidos para produção do conhecimento intitulado científico.

O mundo da modernidade se apresentou, portanto, (SANTOS, 2008) com um viés “mecanicista”, como se fosse possível à humanidade explorar tudo e a si própria “universalmente”. E tudo isto fundamentado a partir da construção de um conhecimento utilitário e funcional que expandiu sua investigação, também, sobre os fenômenos sociais e humanos. O autor português (SANTOS, 2008, p. 21), nesse sentido, afirma:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional e todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem. Esta consubstanciada, com crescente definição, na teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as orbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e sobretudo Descartes. Esta preocupação em testemunhar uma ruptura fundante que possibilita uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro esta bem patente na atitude mental dos protagonistas, no seu espanto perante as próprias descobertas e a extrema e ao mesmo tempo serena arrogância com que se medem com os seus contemporâneos.

A contar dos meados do século XIX, mencionado desenvolvimento epistemológico científico convergiu com os interesses do sistema produtivo econômico que se direcionou, exclusivamente, para acumulação de capital. Iniciou-se, assim, o processo que Sousa Santos (2008, p. 23-27) evidencia como o ensejo gerador do *déficit* no cumprimento das promessas de emancipação, outrora, proferidas pela modernidade.

Explanando, o que Sousa Santos (2002; 2008) destaca é que a união do desenvolvimento científico com o sistema de produção capitalista findou por prometer à sociedade uma melhora na qualidade de vida de todos que a integram. Contudo, em razão do não cumprimento desta promessa, gerou-se o que o autor português denomina de “*déficit*”, conforme acima exposto.

Ademais, em razão da supracitada convergência, a ciência advinda do paradigma epistemológico se transformou na principal força produtiva do

capitalismo, sendo, então, propagada a ideia de submissão da natureza aos interesses da humanidade. O que acarretou problemas que ultrapassaram a *dimensão epistemológica*³, invadindo a *dimensão societal*⁴, gerando uma série de violações a direitos humanos e fundamentais, repercutindo na atualidade em casos como o de Belo Monte, conforme anteriormente mencionado.

Destarte, o que se percebe deste raciocínio é que com o desenvolvimento econômico asseverado pelo aumento da capacidade produtiva capitalista advinda da união com o desenvolvimento intitulado científico, os danos decorrentes da não entrega das promessas de emancipação social repercutem em todos os setores da vida humana.

No caso, esses danos são bastante evidenciados no trato da civilização com a natureza e, por conseguinte, numa série de violações a direitos humanos e fundamentais como o exemplo vivenciado pelos pescadores artesanais do Baixo São Francisco que será tratado no tópico seguinte.

Iniciado o último terço do século XX, diante do acúmulo de violações aos direitos humanos e fundamentais, consoante se destacou no primeiro capítulo, a humanidade percebeu que se caminhava para um caos socioambiental jamais visto, denominado por Enrique Leff (2010, p. 61) como “crise da civilização” e por Sousa Santos (2000, p. 41) como crise do “paradigma dominante”.

Em escala global não faltam exemplos⁵ que suscitam inconformismo quando observadas as consequências oriundas do paradigma dominante

³ A dimensão epistemológica representa as condições teóricas em vigor, sendo que diante do paradigma dominante epistemológico atual tem se caracterizada, segundo Sousa Santos (2000, p. 69), pela racionalidade metodológica aplicada à construção do conhecimento científico.

⁴ A dimensão societal representa as condições sociais, sendo que em virtude do paradigma moderno, o âmbito societal atual tem se caracterizado, segundo Sousa Santos (2002, p. 25) pela sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global desigual e excludente.

⁵ Os dados catalogados pela ONU explicitam que, malgrado a prevalência de um anunciado desenvolvimento econômico e tecnológico nos últimos anos, a desigualdade entre ricos e pobres tem aumentado cada vez mais, sendo que 1% da população mundial concentra a mesma quantidade de riqueza que 3,5 bilhões de pessoas, ou seja, a renda de quase a metade da população mundial. Nesse âmbito, os dados apresentados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), apontam que há mais de 200 milhões de trabalhadores migrantes no mundo, que enfrentam ordinariamente inúmeras dificuldades tais como inclusão no mercado de trabalho, exploração sexual e a prestação de trabalho em condições análogas a de escravo. Asseverando esse reprovável cenário de injustiça social, a OIT aferiu a presença, aproximadamente, de 152 milhões de crianças no mundo, entre 5 e 14 anos, envolvidas com trabalho infantil e 40 milhões de pessoas trabalhando em regime de escravidão moderna. Na

moderno que do ocidente se expandiu pelo resto do globo. Isso redundou em perversos efeitos, como a inefetividade dos direitos humanos e fundamentais, acompanhado, também, da opressão e marginalização dos próprios seres humanos.

Diante desta sistemática caótica relacionando à questão ambiental e ao problema da inefetividade do direito ao trabalho do pescador, Foladori acentua importante observação de que o problema em específico da crise ambiental não pode ser tratado apartado dos problemas socioeconômicos, ou seja, como se a sociedade humana estivesse defronte tão somente de limites físicos ambientais. Para esse autor (FOLADORI, 2001, p. 29, grifo nosso):

O que existem são classes e grupos em aliança e oposição, que se relacionam entre si e com o entorno de maneira totalmente diferente. O problema não é somente técnico, tampouco é prioritariamente técnico. O problema é social. Além das relações aparentes, existem relações sociais de produção que geram, segundo o tipo, tendências de utilização do entorno, dos materiais e/ou da natureza em geral, de forma particular

Percebe-se, portanto, que a dominação da natureza, outrora, professada pelo paradigma moderno, hoje, confunde-se com a destruição do meio ambiente em que se estabelece a própria sociedade. A crise é um produto direto dos padrões estabelecidos pelas relações sociais impostas pelos donos do poder (FAORO, 2008) e não somente oriundos das relações técnicas.

Da leitura de Foladori (2001, p. 209) conclui-se que as características que tornam o paradigma dominante não se tornam soberanas pelo fato de serem incorporadas pela maioria da população, mas sim pelo fato de serem

mesma linha, o ganhador do prêmio Nobel de economia de 1988, Amartya Sen (2000, p. 98) alerta que ainda em países classificados como ricos, a desigualdade é alimentada de outras formas, trazendo, como exemplo, o fato de que a expectativa de vida de um negro americano, em razão da violência discriminatória, é menor que a de um homem que vive em países subdesenvolvidos, tais como China e a região do Kerala na Índia. Quanto ao caos ambiental, faz-se apropriado destacar os dados colhidos pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza (WWF), no *Relatório Planeta Vivo 2014*, ao verificar que há mais de 40 anos a demanda da humanidade sobre a natureza tem ultrapassado a capacidade de reposição do planeta, sendo necessário um planeta e meio para atender tais exigências. Outrossim, reiterando a interdependência entre a sociedade e o meio ambiente, o Relatório de Desenvolvimento Humano apresentado pela ONU em 2014, dispôs que até 2050, caso sejam mantidos estes padrões de interação entre a sociedade e a natureza, ou seja, perpetuando-se os padrões do paradigma dominante, o número de pessoas vivendo em extrema miséria aumentará em mais de 2,7 bilhões, em razão da majoração das crises ambientais.

aplicadas pelas classes econômica e politicamente dominantes, que as utilizam para legitimar e dar validade aos seus interesses.

De igual modo, examinando as características e estruturas que sustentam este paradigma como dominante, Sousa Santos (2002, p. 48) elege a ciência, o direito e o poder social, como os espelhos que melhor refletem o que a sociedade é de fato.

Para esse autor (SANTOS, 2002, p. 48), “a ciência, o direito e as formas de poder social ocupam lugar central na configuração da trajetória do paradigma dominante”. Demonstra, portanto, que todo o conjunto de violações a inúmeros direitos humanos e fundamentais, como é o caso dos pescadores do Baixo São Francisco, não existiria se esses três elementos no plano fático atuassem desvincilhados dos ditames dos interesses das classes que estruturam o paradigma predominantemente moderno.

Além desses três elementos, para compreender a lógica da manutenção do quadro de violações, Sousa Santos (2002, p. 52) também destaca outros três importantes institutos, nomeados por ele como os princípios que regulam as relações humanas, sendo estes: o Estado, o mercado e a comunidade.

Nessa senda, as violações aos direitos humanos e fundamentais, tal como em face do direito ao trabalho digno em um ambiente ecologicamente equilibrado, estão diretamente relacionadas ao fato do excessivo desenvolvimento do princípio do mercado em detrimento da promoção do princípio do Estado e do princípio da comunidade.

Complementando esse raciocínio, as observações de Étienne Balibar (*apud* Sousa Santos 2002, p. 313) ratificam que a crise socioeconômica e ambiental não surge, meramente, da relação de produção capitalista, mas advém das relações sociais estabelecidas entre o Estado, o mercado e a comunidade.

No caso prático essas relações espelham, após o processo de luta de classes, os interesses da camada dominante, reportando-se à lógica do que denunciou Galbraith (2008, p. 144) com o *Corporat Republic* ou o Estado Poiético destacado por Neves Delgado (2013, p. 251).

Resumidamente, o paradigma dominante da modernidade após atravessar o período da racionalidade epistêmica, no contexto atual, atende

aos interesses da sociedade de mercado, ou seja, da classe dominante, dos donos do poder (FAORO, 2008). Assim, garante as predileções dessa classe e a continuidade dos processos de supressão de direitos fundamentais, através da imposição das estratégias regulatórias em detrimento da efetividade das estratégias emancipatórias, consoante ensina Sousa Santos (2002, p. 16).

As relações e interações entre a sociedade capitalista, o trabalho e a natureza, fundamentadas no poder e na dominação da primeira para com os dois seguintes, não se sustenta, simplesmente, pela convergência do desenvolvimento epistemológico com a produção capitalista.

Essa dominância se estabelece culturalmente pelos ditames da formação social advinda da legitimidade e incorporação social dos interesses da classe dominante que detém o poder econômico e, por conseguinte, infelizmente, a prática tem demonstrado que abarca, também, o poder político e cultural.

Ou seja, isso implica socialmente na “invisibilidade” dos oprimidos mencionada por Vieira (2008, p. 42), bem como na inexistência de tutelas específicas no ordenamento jurídico para proteger e regulamentar as atividades laborais alheias ao trabalho subordinado tão presente na cultura ocidental.

Desse modo, seja no âmbito epistemológico ou societal, as classes dominantes têm logrado êxitos na legitimação e validação de seus interesses. Elas geram, assim, o sobrepujamento da rígida “regulação social”, apontada por Sousa Santos (2002, p. 15-17), em detrimento dos interesses emancipatórios, fato esse que finda por ocasionar na crise do próprio paradigma moderno.

Além das danosas consequências ao meio ambiente e às relações sociais, em especial ao trabalho, destaca-se, de modo geral, que a avidez produtiva atrelada tão somente aos interesses mercantis, sem, contudo, existir efetiva responsabilidade, perfaz violações em todos os níveis dos Direitos.

Com efeito, apresentada a formação do paradigma dominante que constitui as relações estabelecidas entre sociedade humana, o trabalho e o meio ambiente, examinar-se-á no próximo item a realidade do pescador artesanal no baixo São Francisco.

Aprofundando, a análise acerca da questão da efetividade do direito ao trabalho e do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, ao caso concreto do baixo São Francisco, tendo em vista que o labor, quando do exercício do ‘trabalho vivo’, e o meio ambiente, quando ecologicamente equilibrado são bens/recursos, genuinamente emancipatórios, capazes de promover os imperativos da “vida decente” ressaltada por Sousa Santos (2002, p. 76) e a “vida boa” proposta por Dussel (2000, p. 93-111), conforme abordado no primeiro capítulo.

3.2 O modelo de desenvolvimento econômico do paradigma dominante e a extinção da pesca artesanal do baixo São Francisco

Retratadas no item anterior as implicações do paradigma moderno, especialmente no tocante aos padrões de interações estabelecidas entre os seres humanos, o trabalho e a natureza, o presente estudo, neste instante, adentra sobre as consequências desse paradigma no cenário regional do trabalho dos pescadores no baixo São Francisco sergipano.

Será então descrita a historicidade dos conflitos sociais e dos danos ambientais advindos do modelo de desenvolvimento socioeconômico responsável pela construção e funcionamento das usinas hidrelétricas dispostas ao longo do rio São Francisco.

Antes de expor as implicações do paradigma moderno sobre a atividade pesqueira local, para uma digna percepção do cenário regional e das relações estabelecidas acerca do uso dos bens da natureza, cumpre observar o papel que o elemento natural, água, exerce nas relações técnicas e sociais, seguindo aqui os escólios de Foladori (2001, p. 121).

Acera da água, em breve explanação, Antônio Pereira Magalhães Júnior (*apud* NETTO, 2015, p. 113) sintetiza a importância desse elemento. Ele a descreve como premissa básica estruturante da “dinâmica das atividades humanas que possui importância estratégica no desenvolvimento e expansão dos povos”.

Por certo, esse elemento natural, que represente o próprio ambiente de trabalho do pescador artesanal, evidencia-se como condição elementar e insubstituível para a origem e manutenção da vida.

Segundo Marcos Faber (2011, p. 3) a água, inclusive, é responsável pelo surgimento territorial das grandes civilizações, tal como se deu com o Egito e o rio Nilo; a Mesopotâmia e os rios Tigres e Eufrates; a Índia e o rio Ganges; Roma e o rio Tibre e no nordeste brasileiro, especialmente, o rio São Francisco.

Diante de tamanha importância, em razão da disseminação do uso meramente utilitarista dos recursos naturais durante o processo de formação da sociedade moderna, ao longo dos três últimos séculos, o crescimento da produção e consumo dos bens e serviços fez com que as demandas pela água, com o fito de satisfazer as múltiplas necessidades da sociedade e do mercado, aumentasse exponencialmente.

Em relação à exploração da bacia do São Francisco não foi diferente. Essa passou a ser explorada pelo modelo de desenvolvimento econômico predominante, despertando grandes interesses em diversos âmbitos, enumerando aqui a indústria, o agronegócio, o Estado e a sociedade civil como um todo.

Nesse aspecto, em posição de grande dependência das águas do São Francisco estão os pequenos grupos sociais, representantes das coletividades regionais internas⁶, tais como grupos da agricultura familiar, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, abrangendo-se nestes os pescadores e pescadoras artesanais.

Para os grupos indígenas que habitam as margens do rio São Francisco, também representantes dos pescadores artesanais desta região, o rio é importantíssimo para a manutenção da vida. O rio possui toda uma representatividade cultural e espiritual. Conforme destaca o Relatório de

⁶ Segundo Robério Nunes dos Anjos Filho em Direito ao Desenvolvimento de Comunidades Indígenas no Brasil (2009, p. 2017) as coletividades regionais internas são aquelas que “sofrem as influências de estruturas de poder econômico e político subnacional que interferem negativa ou positivamente nos diversos aspectos do desenvolvimento, dando origem assim a desigualdades regionais”.

Denúncia: povos indígenas do nordeste impactos com a transposição do rio São Francisco⁷, formulado pelo Conselho Indígena Missionário (2017, p. 10):

O rio foi e é vital para a sua sobrevivência física e cultural, seja no modo de produção (a agricultura de vazante, a pesca artesanal, a pecuária), seja na manutenção de seus rituais e cultura (os encantados da água, a história do povo, as ruínas, os cemitérios, as pinturas, etc.).

Nas comunidades indígenas do São Francisco, segundo a descrição de Diegues (2004, p. 132), também representantes dos pescadores artesanais, o conhecimento e a interpretação do mundo a partir das águas e do rio têm sua importância destacada nas palavras das lideranças de Cecília da tribo Tumbalalá; Adailson, Pajé da tribo Truká; Heleno dos Xocós, que respectivamente asseveram as seguintes interpretações:

Dependemos desse rio pra tudo. Ele é nossa vida. Aqui a gente pesca, navega. Pra ir pra todo lado a gente precisa navegar. Ele é tudo na vida do povo Tumbalalá (ALZENI et al., 2017, p. 10, grifo nosso).

É o rio a coisa mais importante. Daqui se tira o sustento, daqui se povoa os encantados de luz. Daqui tem os pés de árvores, daqui tem os passarim, as lontra, os sinais de vida e de morte. Nós e o rio é um só (ALZENI et al., 2017, p. 10, grifo nosso).

O Rio São Francisco não só pra os indígenas, mas pra toda população ribeirinha é tudo, porque vocês sabe que o nosso corpo setenta e cinco por cento é água. O nosso corpo setenta e cinco por cento sendo água, o que nós somos sem água? Nada. E esse rio que foi a maior riqueza dos anos passados, daí de Piranhas até Penedo, de um lado e de outro, era cheio de lagoas e lagos. E as lagoas existem de um lado e do outro. E nelas era plantado arroz nas beiradas, plantava milho, feijão de corda e era uma riqueza e o peixe que ficava... (ALZENI et al., 2017, p. 10, grifo nosso)

O uso das águas deste rio tem sido foco de interesse de diversos grupos, ocasionando uma série de conflitos e impactos socioambientais quando não observados os ditames da proteção ambiental.

Nesse aspecto, ocupa-se o Estado da responsabilidade de regular o uso das águas, sendo apregoado pelos princípios da política nacional brasileira de

⁷ TOMÁZ, Alzeni (org.) et al. Relatório de denúncia: Povos indígenas do nordeste impactados com a transposição do Rio São Francisco. 2017. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio_impactados-transposicao-sao-francisco.pdf>. Acesso em 02 fev. 2018.

exploração dos recursos hídricos, nos ditames da Lei 9.433/97⁸, que esse bem natural é limitado, munido de valor econômico, cuja gestão deve abarcar a participação de todos os seus usuários.

Entrementes, em termos práticos, por intermédio do exercício da pesquisa exploratória, materializada com viagens feitas para a região do baixo São Francisco nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016 e em julho de 2017, verificou-se *in loco* que as comunidades ribeirinhas, abrangendo aqui os pescadores e pescadoras artesanais, de forma alguma, em termos concretos, participam da gestão dos recursos hídricos da região. O cenário socioambiental regional, por si só, ratifica esta ausência participativa.

A administração do uso das águas no baixo São Francisco tem sido executada de modo totalitário. Predomina os interesses do Estado, do agronegócio, do setor industrial, especialmente o energético, sem participação efetiva das comunidades que representam, segundo Anjos Filho (2013, p. 252), as “coletividades regionais internas”.

Feitas essas considerações iniciais, geograficamente o rio São Francisco⁹ se destaca por ser o maior rio genuinamente brasileiro, ligando o sudeste ao nordeste. Ele é chamado, dentre tantos nomes, conforme cita Antenor de Oliveira Aguiar Netto (2011, p. 8), de “rio da integração”.

Assim, analisando-se os danos ambientais que obstem o trabalho dos pescadores, englobando o perímetro que vai do município sergipano de Canindé do São Francisco, onde se localiza a barragem de Xingó, até a foz do rio, no oceano Atlântico, destaca-se que a maioria dos municípios dessa

⁸ Segundo o art. 1º da Lei 9.433/97 – “A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.” Grifo nosso.

⁹ Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a bacia hidrográfica do São Francisco abrange 8% do território nacional, possui 2.700 km de extensão entre a nascente, localizada na serra da canastra em minas gerais, e a foz, situada na divisa dos estados de Sergipe e Alagoas. A bacia ocupa o território de oito estados brasileiros, sendo estes: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal, passando por 521 municípios. Região hidrográfica do São Francisco. ANA. As 12 regiões hidrográficas brasileiras. s/d. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>>. Acesso em 17 jun. 2017.

região, no último Censo realizado em 2010 pelo IBGE, apresentaram os índices mais baixos de desenvolvimento humano municipal (IDHM)¹⁰ dentro do estado.

À vista disso, infere-se que a região do baixo São Francisco sergipano apesar de margear as águas do rio, importante elemento condicionante para a produção, reprodução e desenvolvimento da vida em todos os sentidos, em razão dos impedimentos de acesso ao rio como um ambiente ecologicamente equilibrado, caracteriza-se este território como um dos bolsões de pobreza do Brasil.

Para traçar uma linha de reflexão sobre os efeitos sociais advindos do modelo de desenvolvimento econômico atualmente aplicado sobre o rio São Francisco e seus habitantes, é preciso, primeiramente, observar a historicidade antes da inclusão do complexo de usinas hidrelétricas.

Neste aspecto, o cenário de desenvolvimento econômico regional, conforme verifica Neuma Rubia Figueiredo Santana (2015, p. 137), ao desconsiderar a prevalência atual da indústria energética e do turismo, nota-se, então, que a realidade socioeconômica dos municípios ribeirinhos antes estava ligada inteiramente ao setor primário e, conseqüentemente, ao ecossistema, não apresentando outrora a miserabilidade de agora.

Os arrozais e a pesca artesanal até meados do século XX, conforme destaca Figueiredo Santana (2015, p. 138) eram as principais atividades desenvolvidas nos municípios localizados nas margens do rio. As pessoas tiravam da natureza o sustento. Na perspectiva de Dussel (2000, p. 328), produziam, reproduziam e desenvolviam suas existências a partir do trabalho, o que no caso do pescador artesanal, como anotado no capítulo segundo, se perpetrava pelo ‘trabalho vivo’, estabelecendo com o mundo e com o próximo o aprender e o ensinar enquanto produz, reproduz e desenvolve a vida.

Por intermédio do ‘trabalho vivo’ à época desenvolvido, de modo geral os trabalhadores ribeirinhos davam significação e sentido ao seu ser, conforme salienta Antunes (2009, p. 143). Entrelaçados ao regime natural do rio,

¹⁰ A título exemplificativo da realidade dos que vivem nas margens do rio São Francisco em Sergipe, o índice de desenvolvimento humano municipal catalogado pelo Censo 2010 do IBGE atesta que os municípios de Brejo Grande, Neópolis e Porto da Folha, localizados na foz do baixo São Francisco, têm o IDHM muito baixo, respectivamente 0,540, 0,589 e 0,568. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/panorama>>. Acesso em 17 jun. 2017.

reproduziam os seus traços culturais, sua identidade, espiritualidade, enfim, a compreensão que tinham de mundo, além de outros aspectos imateriais de suas existências.

Essa economia desenvolvida às margens do baixo São Francisco, caracterizada principalmente pela atividade pesqueira artesanal e pelo plantio temporário de arroz nas lagoas marginais, relacionava-se, cotidianamente, sem qualquer obstáculo com a sociedade de mercado presente nos centros urbanos.

Nesse campo mercadológico, a conclusão de Rieper (2003, p. 62) é que, em regra, não existia vultuosa cumulação de capital no comércio desenvolvido nos centros urbanos pelos ribeirinhos (pescadores artesanais e arrozeiros). Sendo assim o resultado dessas transações era voltado para a manutenção e sustento familiar, sem cumulação excessiva de capital.

Esse cenário é ainda melhor retratado pela própria fala de Antônio Gomes do Santos, conhecido como Toinho Pescador, senhor de 85 anos que começou a trabalhar como pescador aos 12 anos de idade com o falecimento do pai. Segundo Toinho:

Então de início meu pai pescava diretamente no rio, ele era operário, mas completava o salário aqui na beira do rio São Francisco. O rio tinha tanto peixe que não precisava ir longe pra pegar peixe, então meu pai levava e eu fui me aperfeiçoando, com doze anos assim meu pai morreu. Ele faleceu e eu comecei a trabalhar pra criar meus irmãos que é pra ajudar e educar, que a minha mãe era operária da penedence, mas tava doente e através da pescaria nós se saiu. E hoje cheguei a criar com Dona Luzinete, nove filhos, cinco homem quatro mulher e ainda adotamos dois.(NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 25, grifo nosso).

A lógica outrora imperante no baixo São Francisco ratifica a dinâmica das transações comerciais decorrentes da atividade pesqueira artesanal, salientadas por Diegues (2004, p. 82), conforme abordado no segundo capítulo. Nesse caso os pescadores compõem as intituladas culturas tradicionais¹¹ e dessa forma, atuam nos moldes da pequena produção mercantil, não dependendo inteiramente do sistema capitalista.

¹¹ Para Diegues (1983, p. 142) as comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades

Toda essa conjuntura econômica, produtiva e social que se sustentava desde as primeiras invasões dos europeus ocorridas ao longo do rio ainda no século XVI, conforme destaca o Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco (2013, p. 13), mudou com o advento das relevantes transformações socioambientais. Essa mudança ocorreu justamente, a partir da construção da hidrelétrica de Sobradinho, iniciada pelo governo militar em meados da década de 60 do século passado, quando da execução da política desenvolvimentista nacional, intitulada “Milagre Econômico”.

A partir de então, instituiu-se, imperativamente, como principal atividade econômica da região a geração de energia elétrica, incorrendo em paralelo o declínio da pesca artesanal e da agricultura dos arrozais. Isto se deu por causa das alterações antropológicas advindas com as hidrelétricas que, segundo Tânia Elias Magno da Silva (2002, p. 201-202), modificaram drasticamente o regime de vazão do rio São Francisco. Este passou a ser regulado inteiramente pela administradora dos barramentos artificiais, no caso a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)¹².

É importante notar que o produto, energia elétrica, advindo das hidrelétricas administradas pela CHESF proporcionaram benesses à sociedade, conforme salienta Rieper (2003, p. 48), caso seja seguido a concepção de desenvolvimento econômico, consoante determina o paradigma dominante. No entanto, esta consideração isolada não é o foco da argumentação proposta nesse trabalho, pois a questão aqui disposta, seguindo os preceitos do art. 170, VI e do art. 225, ambos da CF de 1988, volta-se para

econômicas de pequena escala como, agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é O conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse *know-how* tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância.

¹² A CHESF é a concessionária da Empresa Brasileira de Energia (ELETROBRÁS) no Nordeste, ou seja, é a empresa estatal responsável pela geração e distribuição de energia elétrica na região, sendo a responsável direta pela construção das grandes barragens ao longo do rio. Ao total são oito hidrelétricas construídas pela CHESF ao longo do Rio São Francisco, sendo estas: Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso I – II – III – IV, Moxotó, Xingó, criadas diante do plano de desenvolvimento traçado para o Nordeste a partir do governo militar.

a forma e o modos de como tem sido produzida a mercadoria ofertada por esta empresa.

Segundo Roberto Grau (2008, p. 252) a Constituição de 1988 determina nos artigos supracitados que todo o desenvolvimento econômico deve observar os preceitos da sustentabilidade, da valoração do trabalho e do princípio da dignidade humana, conforme abordado no capítulo dois.

Contudo, esses mandamentos constitucionais nem de longe têm sido auspiciado pela mencionada companhia, que seguidamente acumula lucros bilionários a exemplo dos 1,2 bilhões de reais auferidos somente nos primeiros nove meses do ano de 2017¹³, sem, contudo, garantir no plano concreto do baixo São Francisco a sustentabilidade do meio ambiente e consequentemente da pesca artesanal.

Nessa seara, de acordo com Rieper (2003, p. 48) é preciso observar que o intitulado “progresso” advindo com as hidrelétricas, traz consigo inúmeros prejuízos e alterações à vida social e ao meio ambiente. As populações ribeirinhas de todo o São Francisco, incluindo os pescadores artesanais, sequer receberam os proveitos¹⁴ prometidos pelo próprio Estado quando iniciadas as construções das hidrelétricas.

Além disso, o EIA/RIMA¹⁵ formulado para a construção e manutenção da hidrelétrica de Xingó, abarcou somente o lado anterior ao barramento, ou seja, a parte do lago artificialmente surgido. Tal documento segundo Reginaldo Gouveia dos Santos (2009, p. 88) é considerado precário¹⁶ e, ainda assim, não é cumprido em sua inteireza pela CHESF.

¹³ COMUNICAÇÃO. Chesf tem lucro de 1,2 bilhões. Publicado em 14 de nov. de 2017. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/_layouts/15/chesf_noticias_farm/noticia.aspx?idnoticia=220>. Acesso em 21 de abr. 2018.

¹⁴ Conforme destaca Rieper (2003, 66), ainda em 2003, parte considerável das populações ribeirinhas que viviam a poucos quilômetros da usina hidrelétrica de Xingó, sequer tinham acesso à energia elétrica.

¹⁵ Segundo a Resolução CONAMA n.º 001/86 de 23/01/1986. Atividades utilizadoras de Recursos Ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para seu licenciamento ambiental. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabril2002.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2017.

¹⁶ As críticas realizadas ao cumprimento do EIA/RIMA por parte da administração da hidrelétrica de Xingó estão disponíveis em estudo específico publicado em revista da USP GEOUSP - Espaço e Tempo. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp_Especial/81-92-SANTOS_R_G.pdf>. Acesso em 21 de jul. 2017.

Em resumo, infelizmente, a construção e o modo de funcionamento das hidrelétricas no Brasil, como no caso do rio São Francisco, têm proporcionado um grande passivo socioambiental, prejudicando especialmente as coletividades regionais internas. Nesse sentido, em seus estudos, Henri Acselrad e Maria das Graças da Silva (2011, p. 61-62, grifo nosso), chamam a atenção para:

As grandes obras governamentais destinadas à criação de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos agropecuários, de exploração mineral e de transformação industrial constituem os vetores da integração de crescentes porções do espaço nacional a padrões de ocupação nucleados pela dinâmica capitalista. Ferrovias, rodovias, represas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres aquáticos, bem como as redes de relações sociais constituídas sobre as bases espaciais até então prevaletentes. Desencadeiam-se nessas áreas, por um lado, movimentos de destruição e criação diretas de relações sociais associadas aos propósitos explícitos de projetos. Dá-se início também, por outro lado, a processos generalizados de rupturas dos condicionantes espaciais das formas sociais vigentes nas áreas de influência dos empreendimentos governamentais. Essa ruptura social será tão mais relevante quanto mais as populações das áreas de implantação desses empreendimentos tiverem suas condições de existência e suas estratégias de trabalho associadas estreitamente ao ambiente físico e ao meio biótico locais.

A exemplo disso, ao longo da bacia do São Francisco, durante a construção da hidrelétrica de Sobradinho, mais de 70 mil pessoas foram expulsas de suas propriedades. Tal fato, à época, consoante destaca Juarez Duarte Bomfim (1999), foi apontado como a “maior migração humana forçada após a 2ª Guerra Mundial”.

Para Luiz Carlos da Silveira Fontes (2011, p. 41), a construção de Sobradinho, ambientalmente, entabulou grandes transformações, a começar pelo fato de se tornar uma nova nascente, agora artificial, do rio São Francisco. Isso porque o controle humano das vazões passou a ser exercido de tal forma que o transcurso natural das águas jamais se recompôs.

Silveira Fontes (2011, p. 41) destaca a grande violência e a injustiça social que caracterizou todo o processo de desalojamento dos agricultores e pescadores locais, ressaltando, inclusive, a ausência de pagamento de indenizações e as expulsões forçadas de milhares de famílias de suas terras.

Nesse caso, as pessoas dali expulsas perderam o acesso ao trabalho nos moldes que anteriormente realizavam. A maioria vivia de seu labor como agricultor e pescador, o território que foi o lugar de produção e interação desses trabalhadores com a natureza se transformou no fundo do lago artificial da represa, não produzindo mais vida e nem permitindo o 'trabalho vivo' de antes.

Essa mesma violação acontece com o baixo São Francisco, como resultado de todo o conjunto de hidrelétricas construídas ao longo da jusante do rio. O trabalho, especialmente dos pescadores e pescadoras artesanais, que antes estava atrelado às dinâmicas das cheias e vazantes fluviais, está cada vez mais inviável.

Igual a Sobradinho em 1974, quando da construção da hidrelétrica de Itaparica, conforme destaca Duarte Bomfim (1999), foram desalojadas aproximadamente 45 mil pessoas das zonas urbana e rural, atingindo sete municípios dos estados de Pernambuco e Bahia. Nessa situação a maioria das indenizações, quando pagas, foram em sua quase totalidade destinadas aos residentes urbanos, restando excluídos, em sua maior parte, os pescadores e agricultores.

Tal episódio demonstra objetivamente a exclusão sofrida pelos agricultores e pescadores que viviam às margens do rio. Numa ótica na qual são qualificados como invisíveis, segundo Vieira (2008, p. 186), e colonizados¹⁷, seguindo as lições de Sousa Santos (2002, p. 18), findam percebidos preconceituosamente pela racionalidade do paradigma dominante como sujeitos ignorantes e incapazes, alheios aos direitos proclamados pelo Estado.

Essa característica, aliás, propaga-se no tempo e faz presente na atualidade. Ela é externada pela ausência de participação dos ribeirinhos e dos pescadores artesanais no processo de gestão do uso dos recursos hídricos do meio ambiente onde vivem, bem como pela inexistência de leis que tutelem o

¹⁷ A forma como os colonizados são tratados pelos colonizadores, seguindo as perspectivas de Sousa Santos (2002, p. 30), pode aqui ser exemplificada, anotando a seguinte observação: "Nesta forma de conhecimento a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objecto e consequentemente o não reconhecimento do outro como sujeito"

território dos pescadores artesanais, conforme anunciado ao final do segundo capítulo.

Apesar de as hidrelétricas de Sobradinho e Itaparica não estarem localizadas na região do baixo, ambas influenciam diretamente na manutenção e administração das águas do reservatório de Paulo Afonso e Xingó. Acarretam, portanto, uma ingerência explícita nas águas do baixo São Francisco e, conseqüentemente, no labor dos pescadores artesanais locais.

A conclusão da construção da hidrelétrica de Xingó¹⁸ em 1995 simbolizou um marco do controle humano sobre a inteireza do comportamento fluvial. Segundo Silveira Fontes (2011, p. 43), com o surgimento da hidrelétrica de Xingó, figurativamente, “morreu a forma simbólica o “Velho Chico” tal como presente no imaginário popular”. A violação do direito ao trabalho e o impedimento de acesso dos pescadores artesanais a darem continuidade ao modo de produção, secularmente realizado, foi um dos principais danos daí decorrente.

Tecnicamente, para Silveira Fontes (2011, p. 44), a construção de Xingó concluiu o processo de regularização total do fluxo do rio São Francisco, que em razão de tamanha intervenção e controle humano, não pode mais ser considerado um rio natural. E de modo mais abrangente, abarcando as conseqüências sociais advindas com a construção da barragem de Xingó, conclui Aguiar Netto (2015, P. 129):

Ao construir a barragem de Xingó, a CHESF garante, através do controle de vazão do rio, seus interesses, no sentido de priorizar a operação da usina para gerar energia, impedindo, assim o exercício de outros usos ou dificultando a vida de outros usuários, interferindo nas relações sociais, nos elementos da vida social e no modo de produção da existência e sobrevivência do homem.

Diante das circunstâncias, convém observar que todas as alterações sobre a dinâmica fluvial do São Francisco, consolidadas nos últimos 50 anos, refletem efetivamente o processo de apropriação dos recursos naturais e a aplicação do modelo de desenvolvimento econômico, nos conformes

¹⁸ A hidrelétrica de Xingó é a usina com maior potencial de geração de energia do nordeste, situa-se entre os estados de Sergipe e Alagoas, a 12 km do município de Piranhas (AL) e a 6 km do município de Canindé do São Francisco (SE) (2015, p. 115).

disseminados pelo paradigma moderno, atendendo, portanto, os interesses das classes dominantes.

Além das violações advindas com o processo de construção das barragens, as mazelas perpetradas pela forma como a energia tem sido produzida e como a CHESF tem gerido as hidrelétricas e a água, majoram os efeitos danosos sobre o rio e, por conseguinte, aos pescadores artesanais que nele trabalham.

No caso da hidrelétrica de Xingó, os danos ambientais advindos do modelo de desenvolvimento econômico aqui criticado, para Aguiar Netto (2015, p. 117), são representados por três fatores, sendo estes: a) regularização da vazão¹⁹ do rio São Francisco, o que implica na redução do carreamento de sedimentos e no assoreamento da calha e erosão das margens; b) a extinção das lagoas marginais e, por conseguinte, da cultura do arroz e, a redução dos peixes, que ficaram impossibilitados de se reproduzirem e; c) a extinção da ilha do Cabeço e do respectivo povoado.

Dentre esses três fatores, segundo Silveira Fontes (2011, p. 51), o que mais influencia, prejudicialmente, o trabalho do pescador artesanal é a regularização das vazões do rio. Destaca esse autor que a redução da quantidade de água liberada pelo reservatório de Xingó em direção à foz, atrelado à interrupção do ciclo natural das cheias, fez com que as lagoas marginais, berçários naturais da ictiofauna, deixassem de existir, o que comprometeu a reprodução dos peixes²⁰.

¹⁹ Segundo Aguiar Netto (2015, p. 112) “A vazão ecológica é a demanda necessária de água a manter em um rio de forma a assegurar a manutenção e a conservação dos ecossistemas aquáticos naturais. A vazão ecológica traduz-se principalmente na proteção da biota presente nos corpos d’água, com a manutenção da integridade dos processos naturais que se dão entre o meio físico e o biológico, além de vinculada às variações do regime hidrológico natural. No período de 1980 a 2013 a vazão média que chega ao baixo São Francisco foi reduzida em 48%, com a construção de Xingó, a vazão foi regularizada, eliminando a variabilidade sazonal da descarga fluvial, o que de fato era imprescindível para manutenção da dinâmica ambiental e, por conseguinte, da atividade pesqueira.” As consequências que as reduções das vazões trazem, acometem diretamente a reprodução dos peixes e consequentemente comprometem a continuidade da pesca artesanal, consoante destaca Aguiar Netto (2015, p.143): “A perda da vazão e descarga de sedimentos após a construção de barragens resultam em decaimento da produtividade primária, perda de recursos pesqueiros, desestabilização/erosão da costa e intrusão de água marinha na foz.”

²⁰A título de exemplo de lagoas extintas ou que tiveram o ciclo de cheia totalmente alterado pelo assoreamento, Aguiar Netto (2015, p.122), destaca a lagoa da Várzea do povoado Ilha do Ouro, em Porto da Folha/SE; a Lagoa do Valadão, situada entre os municípios de Canhoba/SE e Amparo do São Francisco/SE; Lagoa do Morro (Propriá/SE); e Lagoa da Pindoba (Neópolis/SE).

Malgrado os dados aqui destacados não adentrem especificamente na rotina jurídica, permeando muita das vezes o âmbito técnico, não se pode deixar de observar as implicações provenientes da regularização das vazões²¹ no baixo São Francisco. Afinal elas interferem diretamente na efetividade do direito ao trabalho do pescador artesanal.

Nesse sentido, considerando o Relatório Técnico elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF, 2013, p. 175, grifo nosso) quanto às reduções das vazões, verificou-se que os principais efeitos que recaem sobre o rio e sobre os pescadores artesanais são:

[...] assoreamento de largas faixas principalmente pela formação de barras arenosas (croas), tornando-o raso e oferecendo grandes dificuldades para navegação, a pesca foi reduzida seja pela interrupção do ciclo normal de reprodução dos peixes (lagoas marginais, cheias anuais, etc.), seja pela grande retenção de nutrientes nas barragens, resultando na extinção de espécies e na redução do estoque pesqueiro, além de dificultar a captação de água para consumo humano devido o baixo nível do rio.

O estudo elaborado pelo CBHSF (2013, p. 175) constatou, também, que a barragem hidrelétrica de Xingó, por não apresentar comportas em sua base para expelir os sedimentos que ficam decantados ao fundo de seu reservatório, impede a descarga natural e necessária dos nutrientes que antes integravam e alimentavam, respectivamente, o meio abiótico²² e biótico²³ presente no rio São Francisco.

Além de interromper o ciclo normal de reprodução dos peixes, segundo João Suassuna (2008)²⁴, a CHESF não construiu na hidrelétrica de Xingó as

²¹ Como visto, embora a descrição sobre a regularização das vazões das águas do rio aparente ser, logo de início, um elemento bastante técnico, quiçá, alheio ao panorama de um estudo jurídico, é de grande valia, neste trabalho, o conhecimento sobre tal fator para que o leitor se aproxime e compreenda a dinâmica do rio e a origem dos fatores que prejudicam a efetividade do trabalho dos pescadores no baixo São Francisco.

²² São componentes não vivos que influenciam a vida dos seres vivos presentes no ecossistema. In: DEXTRO, Rafael Barty. Fatores abióticos. **InfoeEscola**. s/d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/fatores-abioticos/>>. Acesso em 15 jul. 2017.

²³ São todos os organismos vivos presentes no ecossistema e suas relações. In: DEXTRO, Rafael Barty. Fatores abióticos. **InfoeEscola**. s/d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/fatores-abioticos/>>. Acesso em 15 jul. 2017.

²⁴ SUASSUNA, João. Represa de Sobradinho: reservatório estratégico e desconhecido. 05/05/2008. Repórter Brasil. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/05/represa-de-sobradinho-um-reservatorio-estrategico-e-desconhecido/>>. Acesso em 28 de jul. 2017.

escadarias necessárias para feitura da piracema²⁵, asseverando com isto o mencionado processo de extinção dos peixes típicos da região, a exemplo do surubim. Consoante destaca Maciel Nunes Oliveira (2017)²⁶, vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, das 360 espécies de peixes antes catalogadas, em 2017 existiam somente 152, ou seja, em menos de 50 anos o rio São Francisco perdeu mais da metade de sua ictiofauna.

Esse fato repercute diretamente no produto final do trabalho dos pescadores, que atualmente difere bastante dos tempos anteriores à existência das usinas. Resta, por conseguinte, conforme constata o CBHSF (2013, p. 42), comprometida a perpetuidade da pesca artesanal, inclusive, quando voltada somente para o próprio sustento familiar.

Segundo destacou o estudo *Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso*²⁷, desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, é perceptível pelos ribeirinhos e pescadores que a ausência de peixe no baixo São Francisco está relacionada ao funcionamento das hidrelétricas.

Ao levantar os fatores responsáveis pela ausência de peixe atual do rio, o supracitado estudo da Universidade Federal do Paraná (2011, p. 225), constatou que todos os quatro²⁸, principais indicativos apresentados pelos

²⁵ A piracema é o período de desova dos peixes que ocorre entre os meses de outubro e março. Os peixes reofílicos (peixes que migram para reprodução) precisam nadar contra a correnteza em uma subida árdua até as cabeceiras dos rios para se reproduzirem. No estado de Minas Gerais, o art. 1º da Lei 12.488/97, obriga a construção de escadarias nas hidrelétricas e barragens para que a piracema possa ocorrer. In: MARTINEZ, Marina. Piracema. **InfoEscola**. s/d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/piracema/>>. Acesso em 26 de jul. 2017.

²⁶ COSTA, Priscilla. São Francisco quase morto em Pernambuco. **Folha de Pernambuco**. Recife, PE, 03/03/2017. Disponível em: <<https://folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/03/03/NWS,19709,70,449,NOTICIAS,2190-SAO-FRANCISCO-QUASE-MORTO-PERNAMBUCO.aspx>>. Acesso em 26 de jul. 2017.

²⁷ HOLANDA, Francisco Sandro Rodrigues et al. *Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso*. **Raega**, v. 22, 2011, pp. 219-237. UFPR, Curitiba, PR. Disponível em: <<https://www.ri.ufs.br/bitstream/riufs/705/1/PercepcaoRibeirinhosErosao.pdf>>. Acesso em 26 de jul. 2017.

²⁸ Segundo o estudo *Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso*, os quatro fatores indicados pelos pescadores como responsáveis pela extinção do pescado são: a) Falta de enchentes (esta como visto acima decorre diretamente do controle e reduções das vazões realizados pelas hidrelétricas); b) Construção de Barragens; c) Excesso de cabelo (cabelo no caso se refere a proliferação exacerbada de algas macrófitas por todo o rio); d) Ausência de piracema (esta desencadeada tanto pela ausência de sedimentos na água, barrados pelas barragens, quanto pela ausência de escadarias nas hidrelétricas de Xingó, Paulo Afonso, Itaparica, o que impede a subida dos

pescadores revelam que a causa da extinção do pescado decorre direta e indiretamente das usinas hidrelétricas.

No mesmo sentido, o projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil²⁹ destaca a fala do líder dos pescadores artesanais de Penedo, anteriormente citado, Antônio Gomes do Santos. Segundo Toinho Pescador, a forma como a CHESF vem atuando na gestão da hidrelétrica, interfere diretamente no regime das águas do rio São Francisco e tem causado as mazelas atualmente suportadas pelos ribeirinhos e pelos pescadores da região. Esse líder tece a seguinte observação:

A energia não é ruim, mas da forma como foi feita é progresso maldito. Antes se clareava com um candeeiro, mas, eu pegava o peixe. Ano passado não teve cheia, mas a CHESF lucrou, o segundo ano é complicado se a chuva não vier, sem cheia não tem produção de peixe e a cada ano está mais difícil, não temos condições de viver. A CHESF tem que diminuir o bolso dela pra poder a gente ter mais condições. Ela precisa ser revitalizada, ela tá fazendo tudo pensando que a gente é cego, mudo e surdo. Por isso, nós pescadores precisamos conhecer melhor o mapa das regiões. Onde estão os projetos das barragens, tem que mostrar aonde vai acontecer as próximas barragens pra gente poder questionar e ver e parar. Se essas novas barragens acontecerem será o fim do baixo São Francisco. Ainda tem tubarana entre outros, mas, a barragem de Xingó apreendeu toda a produção de peixe dos cânions. E isso precisa ser historiado (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 3, grifo nosso).

Nesse mesmo aspecto, o cenário atual de ausência de pescados comparativamente aos tempos anteriores, faz-se externado na fala do pescador de 67 anos, Sr. José Cícero:

Teve ocasião da gente pescar 100 quilos somente de Piau, na faixa de 2 a 3 quilos, de uma vez só. Atualmente, a pescaria tem que ser todo dia em lugar mais longe de casa, na parte alta do rio ou na foz e depois de 20 a 30 lances, e o resultado são peixes miúdos que tudo não conta 4 quilos e às vezes só dá para um dia de refeição, sendo muitas vezes insuficiente (2011, p. 227).

peixes. In: HOLANDA, Francisco Sandro Rodrigues et al. Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso. **Raega**, v. 22, 2011, pp. 219-237. UFPR, Curitiba, PR. Disponível em: <<https://www.ri.ufs.br/bitstream/riufs/705/1/PercepcaoRibeirinhosErosao.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2017.

²⁹ NOVA Cartografia Social da Amazônia. **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. 12 out. 2017. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/04-comunidade-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-mostrando-sua-cara-vez-e-voz-submedio-e-baixo-sao-francisco/>>. Acesso em 28 jul. 2017.

Essa realidade é também denunciada nas falas de diversos outros pescadores, conforme se observa respectivamente nos dizeres de Benedito Roque da Consta, o Bida Pescador³⁰, presidente da Federação de Pescadores de Alagoas, e do Sr. Edilson Antônio Santos³¹:

A gente éramos os guardiãs do rio. Vivíamos bem, mais fácil, mais bonito, mais farto. Hoje tudo é ao contrário mais difícil, sem abundância, não se encontra mais nada nas margens do rio, não tem como desfrutar, não temos acesso às ilhas, às várzeas, às margens do rio, perdemos a liberdade. É mais difícil dizer hoje o que somos do que antes. A panela tem que continuar fervendo (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 3).

Não tem mais o peixe e aí, a gente se arrisca a sair da profissão porque não tem como a gente sustentar mais nossas famílias na profissão de pescador (ROMÃO, Aracelly, 2017)

Diante destas falas dos pescadores e das conclusões apresentadas também pelos estudos antes referidos, resta respondido a pergunta central da presente pesquisa: Na visão dos pescadores e pescadoras artesanais do baixo São Francisco, a efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho está prejudicada em virtude dos danos ambientais causados pela construção das usinas hidrelétricas ao longo desse rio? Sim. Os pescadores artesanais apontam com clareza que a violação à efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho tem sido acarretada pelas usinas hidrelétricas, asseverando ainda em suas respostas que o modo de gestão da CHESF é responsável por isso.

Outro aspecto importante. Quanto ao comprometimento do futuro da pesca artesanal, seguindo os escólios de Rieper (2011, p. 63), vale destacar que não é correto afirmar que a extinção desse trabalho vem ocorrendo por causa de supostos desinteresses dos próprios pescadores em manter suas atividades diante do contato que tiveram, através das práticas comerciais de

³⁰. Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. 12 out. 2017. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil/>>, Acesso em 30 de ago. de 2017.

³¹. ROMÃO, Aracelly; MOREIRA, Samuel. Pesca predatória está acabando com peixes do Rio São Francisco. **GRTV**. Rede Globo. 02/03/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/grtv-2edicao/videos/v/pesca-predatoria-esta-acabando-com-peixes-do-rio-sao-francisco/5695075/>>. Acesso em 26 jan. 2018.

venda de peixes nos centros urbanos, com os padrões de trabalho da sociedade moderna.

Ratificando a anotação de Rieper (2011), da análise do estudo socioeconômico desenvolvido por Costa Rezende e Mata Oliveira (2015, p. 670-671), a presente dissertação observa não ser correto apontar que a extinção da pesca artesanal decorre preponderantemente das simples relações comerciais estabelecidas pelos pescadores nos centros urbanos, até porque tal interação acontecia há anos e nunca prejudicou a continuidade desses trabalhadores no exercício pesca.

Além disso, das informações levantadas por Costa Rezende e Mata Oliveira (2015, p. 689), percebe-se que mais de 50% dos pescadores entrevistados permanecem trabalhando na pesca artesanal, embora o exercício desta atividade esteja precário diante da ausência de peixes. Isso ocorre porque gostam da profissão e da liberdade que dela advém.

Num contexto que consolida as tendências do sistema capitalista em mercantilizar tudo ao seu redor, tendo em vista o aspecto utilitarista que concebe a água como um mero recurso que deve servir prioritariamente às demandas corporativas das classes dominantes, resta evidenciado que a gestão promovida pela CHESF retira dos pescadores o acesso ao meio ambiente laboral ecologicamente equilibrado.

A maioria dos pescadores artesanais do baixo São Francisco, bem como os estudos realizados por especialistas de várias áreas como Aguiar Netto (2015), Figueiredo Santana (2015), Rieper (2011) e Magno da Silva (2002), concluem com unicidade que o complexo hidrelétrico do rio São Francisco, considerando aqui de Sobradinho a Xingó, sob o fundamento de que é necessário promover o desenvolvimento, tem ocasionado danos socioambientais por não respeitar, inclusive, as relações que há séculos vêm sendo consolidadas entre os pescadores e o rio.

O tão propagado modelo de desenvolvimento econômico, reflexo do paradigma dominante da modernidade, em concreto, conforme se deve observar, segundo as palavras de Herrera Flores (2009, p. 39), tem acarretado prejuízos no plano social, econômico, ambiental e cultural de toda população que margeia o rio, desencadeando assim, mais conflitos e violações a diversos

direitos humanos, em especial como demonstrado, à efetividade do direito fundamental ao trabalho digno em um ambiente ecologicamente equilibrado.

Numa ótica com foco ampliado para além do escopo principal desta dissertação, cumpre também evidenciar que este modelo de desenvolvimento econômico, representante do paradigma dominante moderno, atrelado aos interesses da acumulação excessiva de capital a qualquer custo, por intermédio do funcionamento do complexo de hidrelétricas no rio São Francisco, tem prejudicado diretamente não só o cotidiano da atividade pesqueira do pescador artesanal, mas todos os âmbitos das relações estabelecidas entre os seres humanos ali residentes e deles com a natureza na região.

3.3. Os efeitos do paradigma dominante moderno diante da violação do Direito ao Trabalho e do Direito Ambiental no baixo São Francisco.

É fato a ser considerado, na avaliação do contexto da crise socioeconômica e ambiental do baixo São Francisco, que o paradigma dominante da modernidade por intermédio do modelo de desenvolvimento econômico³², aplicado a essa região, trouxe uma série de transformações opressoras à população local e especialmente aos pescadores artesanais.

Além das danosas consequências ao meio ambiente e às relações de trabalho, especialmente ao ‘trabalho vivo’ desempenhado pelos pescadores artesanais, destaca-se que a avidez produtiva desse

³² Complementando o raciocínio desta dissertação, ao considerar que o paradigma dominante moderno representa o conjunto de causas ensejadoras das violações suportadas pelos pescadores artesanais do baixo São Francisco, cumpre destacar que os sujeitos, de início, elencados indeterminados, ocupantes, por assim dizer, do comando do paradigma dominante, são, parcialmente, identificados e nomeados nos apontamentos do MAB (2015, p. 9) quando se destaca que: “Nos últimos 40 anos, as grandes corporações transnacionais e os Estados que as apoiam, construíram o que temos chamado de “arquitetura da impunidade”, uma imensa estrutura, baseada nos tratados e acordos de comércio e investimentos, nas resoluções de instituições internacionais tais como Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e os mecanismos de arbitragem para conferir enorme poder econômico, político e jurídico as empresas transnacionais. Todo esse arsenal para assegurar os “investimentos” do capital, sua lucratividade e processo de acumulação ilimitado, mesmo que signifique a repetição de uma prática sistemática de violação aos direitos humanos”. Grifo nosso. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/arquivos/audiencia-publica-13-10-2015/parecer-mab-projeto-de-lei-pnab>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

paradigma praticada pelas usinas hidrelétricas, atrelada aos interesses capitalistas, sem a devida responsabilidade social e ecológica, finda por ocasionar, na região, violações em todos os níveis dos direitos humanos e fundamentais.

O exemplo do panorama do baixo São Francisco demonstra que essa lógica utilitarista do capitalismo promove a exclusão e o individualismo. Esse modelo de desenvolvimento econômico descumpre principalmente o princípio da vida externalizado por Dussel (2000, p.169). Esse preceito, em termos constitucionais, corresponde à efetividade do princípio da dignidade humana.

Essa situação traz ao caso do baixo São Francisco a comparação com as consequências advindas da usina hidrelétrica de Belo Monte. Esta, em sua sequência de destruições e violações a direitos humanos e fundamentais, elevou a cidade de Altamira, no Pará, à categoria de município mais violento do país, conforme destacado anteriormente.

Nessa parte final do estudo, tendo em vista que no tópico anterior desse capítulo a pergunta principal da dissertação: Na visão do pescador artesanal do baixo São Francisco, as usinas hidrelétricas têm violado a efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho?, foi respondida, cabe, então, tecer outras duas percepções. Estas obtidas com a pesquisa documental e principalmente em virtude do contato realizado pessoalmente com o baixo São Francisco e com os pescadores e ribeirinhos dessa localidade. Sendo expostas a seguir essas últimas percepções.

3.3.1 Os efeitos da extinção da pesca artesanal sobre a cultura e a vida desses trabalhadores

As violações e os danos promovidos por esse modelo de desenvolvimento além do risco da extinção da pesca artesanal no baixo São Francisco, conforme aqui debatido, traz consigo cruéis encadeamentos sociais. Eles vão além da percepção econômica do labor, atingindo por inteiro a vida e a identidade desses trabalhadores.

Nesse aspecto, Rieper (2003, p. 53. grifo nosso) relata o antagonismo existente entre o prometido pelo desenvolvimento moderno e o que de fato se efetivou no baixo São Francisco, descrevendo:

A modernização trouxe uma série de transformações para o baixo São Francisco, em que se destacam mudanças nos padrões de consumo, o crescimento da escolaridade entre as crianças, a incorporação da energia elétrica no cotidiano dos ribeirinhos. No entanto, este continua sendo um dos grandes bolsões de pobreza do Nordeste. Não há mais a facilidade, antes existente, para garantir o alimento, e o “emprego e renda”, que na propaganda governamental viriam para garantir a sobrevivência e melhorar a qualidade de vida, os recursos extraídos da natureza estão cada vez mais escassos na região.

Adentrando nessa senda, faz-se importante observar, consoante anotou Rieper (2003, p. 54), que as comunidades que margeiam o baixo São Francisco “compartilham uma ideia comum do que significa ser ribeirinho”. Elas “se afirmam com isto”, definindo-se com diferentes daquelas que residem no centro ou longe da beira do rio. Com base nos depoimentos colhidos durante sua pesquisa, Rieper (2003, p. 52) assevera que o conceito de identidade “não é uma ideia abstrata”, ele advém de uma elaboração “material, política e social” formulada a partir da “experiência que acontece no lugar”.

Em igual sentido, o estudo desenvolvido nesta dissertação observa na prática, por intermédio das viagens ao rio São Francisco e das leituras das referências aqui citadas, que o trabalho, conforme destacou Neves Delgado (2013, p. 252), ocupa posição central no processo de formação da identidade dos ribeirinhos e dos pescadores artesanais.

Desse modo, as inferências advindas da inviabilidade da pesca artesanal na região têm feito com que estes trabalhadores mudem sua vida e identidade. Em razão da necessidade de viabilizar a manutenção de suas sobrevivências, os pescadores estão sendo obrigados a laborar em outras atividades e localidades, especialmente buscando o labor em um mercado que oferta tão somente o trabalho objetivado.

Os depoimentos dos pescadores referenciados ao longo desta dissertação anunciam que os impactos decorrentes dos danos ambientais e, por conseguinte, dos danos sociais no baixo São Francisco, têm comprometido

diretamente a subjetividade, a identidade, a cultura e a vida de todos que dependem do rio para extrair o fruto do trabalho.

Ratificando essa observação, alguns dos registros realizados pelos pescadores artesanais no levantamento feito pelo projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (2007), confirmam a importância que a pesca artesanal e o rio São Francisco têm em suas vidas e no processo de formação de suas identidades.

Nesse intento, transcrevem-se, respectivamente, as falas de Benedito Roque da Costa, o Bida Pescador³³, aqui reiterada, Adelson Barbosa dos Santos, pescador da colônia Z42 do município de Remanso na Bahia e José Juarez dos Santos, pescador artesanal e presidente da colônia Z15 localizada no município de Canindé do São Francisco em Sergipe, que denunciam o seguinte:

O pescador não encontra mais nada nas margens do rio, não têm como desfrutar nada, não tem acesso às ilhas, as várzeas, as margens do rio, perdemos a liberdade. É mais difícil dizer hoje o que somos do que antes. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 5) grifo nosso

O território da gente é todo o São Francisco, mas, estamos sendo impedidos de ter acesso a terra e a água. Existem muitas ameaças por parte dos latifundiários, fazendeiros e autoridades. Ameaçam até com tiro, com xingamento, eles cercam tudo. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 8) grifo nosso

Pescador/a tem um trabalho precário, falta de pescado, múltiplos trabalho, biscates, refém dos grandes projetos e até da pesca irregular. Hoje, tem a carteirinha de pescador profissional, mas, os direitos são muito negados. [...]

Nosso ambiente está desmatado, estão fazendo queimadas. O rio está cada vez mais assoreado e as lagoas e várzeas destruídas. Nossas embarcações já não existem mais devido às barragens. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2007, p. 5 - 8) grifo nosso

Ao ver desta dissertação, a ausência de trabalho e de acesso ao meio ambiente saudável e equilibrado, seguindo o que observa Rieper (2003, p. 52) têm, então, contribuído para o desaparecimento na comunidade regional do “sentimento de pertencimento e autorreconhecimento”. A destruição da cultura

³³. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil/>>. Acesso em 30 de ago. 2017.

e da identidade dos pescadores artesanais, nesse cenário caracterizado pela degradação ambiental e pela impossibilidade de trabalho, acarreta a formação do que se denomina como a diáspora dos trabalhadores que vivem do rio.

A realidade do baixo São Francisco resulta num processo que finda por expulsar as comunidades tradicionais de seus lugares³⁴. A exemplo do que aconteceu outrora com os ribeirinhos quando da construção das usinas de Sobradinho e Itaparica, bem como com a usina de Belo Monte.

Nesse sentido, traçando um raciocínio em paralelo ao apontado por Polanyi (2000, p. 53), quanto à política de cercamentos³⁵ realizada na Inglaterra no século XVIII, mesmo diante da distância temporal e das particulares de cada momento e região, o que acontece atualmente com os pescadores artesanais do baixo São Francisco se assemelha, ao ver desta dissertação, às violações sofridas pelos agricultores ingleses daquela época.

No caso dos cercamentos os agricultores foram expulsos das terras onde trabalhavam porque os nobres, almejando a lucratividade, transformaram as terras agrícolas em pastagens para a criação de ovelhas, cujo intento era aumentar a produção de lã e abastecer as demandas das incipientes indústrias têxteis (POLANYI, 2000, p. 53).

Esse tipo de destruição cultural e da vida, conforme observado no baixo São Francisco, é apontada por diversos estudiosos, a citar Diegues (2000, p. 92), Sousa Santos (2002, p. 242), Herrera Flores (2009, p. 103) e Polanyi (2000, p. 55), como um dos principais interesses das classes dominantes, tendo em vista que é através da incorporação dos valores capitalistas que se

³⁴ Nesse sentido, McKay & Acheson, (*apud* Diegues, 2000, p. 67), acerca de episódios como esse de expulsão direta e indireta dos moradores e trabalhadores de determinada localidade, denomina-os, quando decorrido da implantação de grandes obras como hidrelétricas, de “tragédias dos comunitários”.

³⁵ Segundo Polanyi (200, p. 53) a política de cercamentos pode ser definida adequadamente como uma “revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído: aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões.” grifo nosso.

mantém o *status quo* de controle e regulação do paradigma moderno. E sobre o tema, Richard Peet (1986, *apud* Diegues 2000, p. 92) afirma:

O desenvolvimento do capitalismo, como sistema econômico mundial dominante, tem sido concomitante com a difusão da sua cultura em todas as regiões do globo. Milhares de interações fizeram naufragar culturas locais e regionais, relacionadas com meio ambiente local e modos de vida, pelo poder da cultura internacional fundada na dinâmica do capitalismo. Há várias dimensões resultantes dessas interações. A cultura capitalista absorveu elementos das culturas regionais que encontrou. [...] Mas um tema contínuo, que perpassa virtualmente todas as discussões entre as culturas do mundo capitalista e das não-capitalistas do Terceiro Mundo, é o poder penetrante da primeira e a transformação da segunda. (1986, p. 150) [...] na interação entre a cultura central e a cultura local, há pouca dúvida sobre qual é a mais dinâmica e sobre qual é a direção que a síntese cultural está tomando. A tendência é para a produção de uma mentalidade mundial, uma cultura mundial, e o consequente desaparecimento da consciência regional que flui das especificidades locais do passado humano. (Richard Peet, 1986, p. 169)

Majorando essa percepção sobre a destruição da cultura ribeirinha, em especial, o desaparecimento da profissão, do trabalho e da identidade dos pescadores e pescadoras artesanais, faz recordar os ensinamentos de Sousa Santos (2004, p. 749), que acerca do processo histórico de dominação dos povos, qualifica-os em igual natureza ao da atualidade, como: “episódios contínuos de epistemicídio”.

O autor português (SOUSA SANTOS, 2007, p. 29) conceitua *epistemicídio* como a morte dos conhecimentos alternativos, oriunda do processo de colonização realizado pelo conhecimento científico ocidental, em detrimento dos conhecimentos dos povos conquistados. No caso da extinção da pesca artesanal há a extinção do “conhecimento tradicional” intitulado por Diegues (2004, p. 196).

Os exemplos de epistemicídios, como o que está ocorrendo no baixo São Francisco, são inúmeros³⁶. Infelizmente, muitas das vezes, passam-se

³⁶ A título exemplificativo de epistemicídio cita-se o caso dos suicídios dos índios Kaiowá-Guaranis no Brasil, denunciado pelo Conselho Indígena Missionário (Cimi). Segundo o Cimi tem ocorrido uma série de suicídios nas tribos indígenas em decorrência das condições de vida e do confinamento em reservas de proteção que são minúsculas. O suicídio entre os Kaiowá-Guaranis já ocorre há tempos e acomete, sobretudo, os jovens. Entre 2000 e 2011 foram 555 suicídios motivados por situações de confinamento, falta de perspectiva, violência aguda e variada, afastamento das terras tradicionais e vida em acampamentos às margens de estradas. Nenhum dos referidos suicídios ocorreu em massa, de maneira coletiva, organizada e

despercebidos diante das justificativas criadas para promover a subtração dos bens e recursos, foco de interesse dos “Donos do Poder” (FAORO, 2008) que comandam a lógica de funcionamento do paradigma moderno.

Em acepção semelhante ao aqui abordado, ou seja, a perda da identidade dos pescadores artesanais e, por conseguinte, a extinção de uma cultura e de um povo, cumpre destacar os ensinamentos do cientista francês, Pierre Bourdieu (2001). Em sua teoria sobre o poder simbólico ele aponta que os interesses capitalistas se edificam, também, pelo uso de instrumentos produtivos ideológicos, abarcando o âmbito intelectual, religioso e artístico, sendo utilizada a produção intelectual voltada para atingir uma hegemonia na produção de classes sociais, levando em conta a constituição de discursos³⁷.

À vista de tudo que vem ocorrendo com os pescadores artesanais no baixo São Francisco, pode-se dizer, seguindo as palavras de Dussel (2000, p. 313), que essa situação reflete na possibilidade de extinção de um modo de vida local, na negação do outro, bem como na violação ao princípio da produção, reprodução e desenvolvimento humano.

Nesse aspecto, cabe, inclusive, anotar a pertinência da observação de Polanyi (2000) acerca das consequências e perigos advindos para a sociedade quando da aplicação ávida e ilimitada da mercantilização sobre a natureza e sobre o trabalho, sem a devida intervenção do Estado para fazer cumprir as obrigações e direitos. Assim, tomando como exemplo o caso dos cercamentos e trazendo para o presente estudo a importância da atuação do Estado frente a tais mazelas, destaca-se o seguinte pensamento:

anunciada. Desde 1991, apenas oito terras indígenas foram homologadas para 43 mil indivíduos que vivem em terras diminutas. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8174>>. Acesso em 9 dez. 2016. Outro exemplo de epistemicídio é trazido por Michael Sandel (2011) em sua obra *Justiça – O que é fazer a coisa certa*. O autor se referindo, no caso, aos sequestros das crianças aborígenes, ocorridos entre os anos de 1910 a 1970 na Austrália. Neste exemplo, Sandel (2011, p. 260) destaca que as crianças aborígenes eram afastadas, arbitrariamente, de suas mães e colocadas para adoção em lares de brancos ou em assentamentos, sob a justificativa de “integrar as crianças à sociedade branca e acelerar o desaparecimento da cultura aborígene.”

³⁷ Neste aspecto de constituição de discursos simbólicos, destaca-se a reportagem exibida em 07 de março de 2017, que tenta induzir ao telespectador que a extinção dos peixes no rio São Francisco tem sido causada por culpa dos pescadores artesanais, não sendo honestamente identificados, na matéria jornalística, os reais agentes causadores. **TV Grande Rio**. Pesca predatória está acabando com os peixes do rio São Francisco. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/grtv-2edicao/videos/v/pesca-predatoria-esta-acabando-com-peixes-do-rio-sao-francisco/5695075/>>. Acesso em 02 de jan. de 2018.

A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção. Os cercamentos oferecem um bom exemplo. Em retrospecto, nada pode parecer mais claro do que a tendência de progresso econômico da Europa Ocidental, o qual objetivava eliminar uma uniformidade artificial das técnicas de agricultura, faixas de cultura entrelaçadas e a instituição primitiva das áreas comuns no campo. No que se refere à Inglaterra, é certo que o desenvolvimento da indústria lanígera foi um recurso para o país levando, como o fez, ao estabelecimento da indústria têxtil - o veículo da Revolução Industrial. Além disso, é claro também que o incremento da tecelagem doméstica dependia do aumento do fornecimento doméstico de lã. Esses fatos são suficientes para identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamentos que a acompanhou como a tendência do progresso econômico. Entretanto, não fosse a política consequente mantida pelos estadistas Tudors e os primeiros Stuarts, o ritmo desse progresso poderia ter sido ruinoso, transformando o próprio desenvolvimento em um acontecimento degenerativo, ao invés de construtivo. Justamente desse ritmo dependia, principalmente, saber se os despojados poderiam ajustar-se às condições modificadas sem danificar fatalmente a sua substância humana e econômica, física e moral; se eles encontrariam novos empregos nas áreas de oportunidades indiretamente ligadas à mudança; e se os efeitos do incremento de importações, induzido pelo aumento das exportações, permitiria àqueles que perderam seus empregos com a mudança encontrar novas fontes de subsistência (POLANYI, 2000, p. 55)

Diante do exemplo acima mencionado por Polanyi não se pode duvidar que o fim da pesca artesanal e, conseqüentemente, a extinção do modo de produção, reprodução e desenvolvimento da vida dos pescadores artesanais na região do baixo São Francisco é reflexo não somente da omissão do Estado, mas também da participação ativa desse, quando da sua atuação, na qualidade de poder legislativo e executivo, elege e encampa o modelo de desenvolvimento econômico utilitarista. Isso causa a aglutinação de diversas demandas ao Poder Judiciário, sendo essa característica a última percepção deste estudo, que será tratada no tópico seguinte.

3.3.2 Os efeitos do paradigma dominante na atuação do Poder Judiciário frente aos conflitos dos pescadores artesanais no baixo São Francisco

A crise socioambiental do baixo São Francisco, oriunda dos padrões de consumo predatórios dos elementos naturais, que obsta a existência e a manutenção das relações sustentáveis, como a pesca artesanal, estabelecidas entre o labor humano e o meio ambiente, originou na região, diante da inefetividade dos direitos humanos e fundamentais, um cenário de megaconflitos.

Nas palavras de Rodolfo de Camargo Mancuso (2013, p. 277-278) essa situação, inclusive, define-se como “conflitos policêntricos” ou “megaconflitos”, em razão da multiplicidade³⁸ dos aspectos litigiosos aqui envolvidos. A classificação teórica que define a situação do rio São Francisco como um megaconflito consegue trazer ao mundo jurídico uma concepção salutar do que de fato é o desastre ambiental presente na região.

O uso da denominação “conflitos policêntricos” (MANCUSO, 2013, p. 278) se justifica diante dos inúmeros efeitos danosos ocasionados pelo complexo hidrelétrico, que ao violar o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, parafraseando o poeta e compositor baiano Raimundo Sodré (1980), finda por modelar e castigar “a massa dos homens normais”.

Nesse sentido, a organização Movimento dos Atingidos por Barragens: a água e a energia não são mercadorias (MAB), em seu relatório³⁹, aponta que o modelo de desenvolvimento econômico que tem sido aplicado nas construções de barragens e hidrelétricas, viola “sistematicamente”, ao lado do direito humano ao trabalho, outros quinze direitos humanos, sendo estes:

Direito à informação e à participação; Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; Direito à moradia adequada; Direito à educação; Direito a um ambiente saudável e à saúde; Direito à melhoria contínua das condições de vida; Direito à plena reparação

³⁸ Para Mancuso (2013, p. 278) a multiplicidade se evidencia por intermédio da existência de conflitos que possuem a “intercorrência de elementos políticos, sociais, econômicos”. Segundo o autor: “Nessas relações multiplexas, a judicialização não costuma revelar-se exitosa, por mais de um fator: dificuldade, para o órgão julgador, para captar a controvérsia em toda sua extensão, com todas as nuances e particularidades; tempo excessivamente longo para a instrução probatória; necessidade de aguardar a formação da coisa julgada para ter-se como firme a decisão; leniência no cumprimento de mandados judiciais; recorrentes convocações da polícia judiciária para manutenção da ordem.”

³⁹ Relatório do MAB - Posição e Parecer do MAB ao substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSS) aos Projetos de Lei n. 1.486/2007 e 29/2015 – instituindo a PNAB. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/arquivos/audiencia-publica-13-10-2015/parecer-mab-projeto-de-lei-pnab>>. Acesso em 25 abr. 2018.

das perdas; Direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; Direito de ir e vir; Direito à cultura, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; Direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; Direito de grupos vulneráveis a proteção especial; Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; Direito à Reparação por perdas passadas (MAB, 2015, p. 2).

Segundo o relatório do MAB (2015, p. 2), ao defender a criação de um marco regulatório legal para os direitos dos atingidos por barragens, a violação aos direitos humanos e fundamentais a exemplo do que ocorre com os pescadores artesanais do baixo São Francisco, assevera-se, ainda mais, em razão dos seguintes fatores:

[...] a ausência de uma política nacional que reconheça e garanta os direitos das populações atingidas, a falta de uma atuação do poder público para implementar estes direitos, precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais, e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotados pelas empresas.

Os resultados de todo este processo de intervenção degradante e exploratória no fluxo do rio São Francisco⁴⁰, também, se faz refletido nas portas do Poder Judiciário, em razão da má condução no cumprimento dos deveres por parte do Poder Executivo e do Legislativo. Sendo que esses dois atuam em boa parte das construções de megaprojetos, a exemplo do caso das hidrelétricas, de modo instrumentalizado, como se fossem agentes auxiliares do “Estado Poiético” salientado por Neves Delgado (2013, p. 251).

⁴⁰ Não objetivando sair do foco do presente estudo, faz-se pertinente também descrever, com fulcro nas observações do Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco (2013, p. 78), que esse desastre ecológico atinge todos aqueles que se relacionam com o rio São Francisco. Dentre os diversos impactos advindos através do funcionamento das usinas se destaca o assoreamento do rio, que, por conseguinte, prejudica a navegação⁴⁰ como um todo, incluindo aqui a dos próprios pescadores. Convém destacar, que já ocorrera no mencionado espaço, diante dos danos ambientais aqui descritos, a extinção de outras atividades laborais, como é o caso dos barqueiros das canoas de toldas. Estes trabalhadores conduziam na localidade, até o início dos anos 90 do século XIX, as famosas embarcações que com o assoreamento do rio, deixaram de navegar e existir, restando na atualidade somente dois exemplares.

No caso do baixo São Francisco, juntamente com a companhia que administra as hidrelétricas, a CHESF, o próprio Estado atua como descumpridor das leis de proteção ao trabalho e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. E assim, seguindo a lição de Mancuso (2013, p. 55), afirmar-se que “onde e quando a norma legal não logra adesão espontânea dos destinatários” há o cenário de “crise jurídica e sociológica”.

A partir da oportunidade de contato com o paradigma dominante presente no baixo São Francisco, condiz destacar a observação de Leff (2001, p. 17) ao ensinar que:

[...] a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis.

No caso em estudo, as violações em espécie são inúmeras⁴¹ e abarcam desde a impossibilidade da navegação, devido ao assoreamento do rio, a salinização da água, a proliferações desordenadas de algas e eutrofização de determinados pontos no rio; destacando-se ainda as inúmeras questões que envolvem a transposição e a destruição, advindas desde 1997, da comunidade de pescadores residentes outrora no antigo Povoado do Cabeço.

⁴¹ Em levantamento realizado pelo autor deste estudo, verificou-se que na vara federal do município de Propriá em Sergipe tramitam diversas ações correspondentes aos danos ambientais e as consequências destes à população. Destaca-se no caso a aferição de cinco principais demandas: 1) Ministério Público Federal em face da União; da Codevasf; do Município de Cedro do São João em Sergipe e da DESO, registrada nos autos de n. 0800001-13.2016.4.05.8504; 2) Ministério Público Federal em face da Codevasf; do Município de Pacatuba em Sergipe e da DESO, registrada nos autos de n. 0800276-59.2016.4.05.8504; 3) Ministério Público Federal em face à DESO, com a ação de n. 0800276-59.2016.4.05.8504; 4) Sociedade Canoa de Tolda em face da Agência Nacional das Águas; IBAMA; União e Chesf, com a ação de n. 0800279-14.2016.4.05.8504; 5) A ação dos sindicatos e colônia de pescadores Z7, Z8, Z18, Z20, Z23, Z25 de Sergipe, em face da União, Agência Nacional das Águas; IBAMA; União e Chesf, com a ação de n. 0801538-90.2015.4.05.8500. Além dessas ações tramitando na Seção da Justiça Federal em Sergipe, a jurista Flavia Moreira Guimarães Pessoa (2011, p. 131), considerando o cenário da instância do Superior Tribunal Federal, quanto à questão da transposição do rio São Francisco, destacou a existência das seguintes Ações Cíveis Originárias, 820, 857, 858, 870, 872, 873, 886, 953, 996, 1003, 1052, 1209, todas estas reunidas na ACO de n. 876. Além destas ações, a autora também catalogou em 2011 a existência da propositura das seguintes Reclamações: 3883; 3945; 4062; 4409. Diante dessa realidade o que se percebe é o quanto o Estado Poético tem violado os direitos humanos e fundamentais em destaque aqui ao direito ambiental que tutelam o rio São Francisco.

Diante dos casos acima relatados, cumpre asseverar que, apesar da importância dos mesmos, esses não serão detidamente analisados aqui, pois um exame não inócuo de qualquer uma dessas demandas que discutem os fatos e danos em destaque ensejaria a feitura de outro estudo mais específico.

Com relação à tramitação processual e judicialização dos conflitos, ressaltando a análise realizada sobre o caso da destruição da comunidade de pescadores artesanais do Povoado do Cabeço, verificou-se que foram propostas três demandas judiciais, tombadas nos autos de números a) 0000421-20.2003.4.05.8500; b) 2002.85.00.002809-6, e, por fim, c) os autos de n. 2003.85.00.000420-5.

Nestas três demandas, respectivamente, foram tratadas as seguintes questões: a) Ação Plúrima, composta por 219 pessoas, na qual se requer a reparação de danos materiais e extrapatrimoniais ambientais dos moradores que perderam suas casas, plantações e todas as edificações construídas ao longo dos 150 anos de ocupação do Povoado; b) Ação Civil Pública proposta pela Associação Comunitária do Povoado Cabeço e Adjacências, cujos intentos são os pedidos de “compensação pela lesão ao meio ambiente enquanto direito difuso” e “indenização pelo dano ambiental coletivo” diante da “destruição das casas, igrejas, cemitério, escolas, plantações de coco e demais construções” (petição inicial, fls. 6 e 7) e c) Ação Civil Pública proposta pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, cujos pedidos são a “indenização dos pescadores quanto à queda da produção pesqueira pela degradação que o efeito cascata das barragens provocou” (petição inicial dos autos, fls. 2).

À vista disso, vale destacar que apesar de ter se assegurado o acesso à Justiça, numa breve análise sobre essas demandas coletivas, o que mais chamou a atenção foi o tempo de transcurso desses processos frente às necessidade imediatas de respostas às mazelas que têm sofridos os antigos pescadores artesanais e moradores daquela região.

Na demanda de n. 2003.85.00.000420-5, o processo tramita desde 10 de janeiro de 2003 e até o presente instante não fora prolatada a sentença. De igual modo, ocorre com os autos de n. 2002.85.00.002809-6, o qual foi, inclusive, apensado ao primeiro. Já os autos de n. 0000421-20.2003.4.05.8500,

proposto judicialmente também em 10 de janeiro de 2013, até então⁴², passados mais de quinze anos, não houve sequer audiência de instrução.

Expostos tais fatos concretos, não descartando a importância e o esgotado trabalho dos magistrados federais, como bem assevera o relatório do CNJ – Justiça em números 2017⁴³, o Poder Judiciário cada vez mais se apresenta abarrotado de demandas que não consegue dar vazão com a devida celeridade. Tendo os magistrados, inclusive, que atuarem muitas vezes no controle das políticas públicas, diante da omissão estatal perpetrada pelos poderes Executivo e Legislativo, no tocante a gestão dos direitos ambientais, conforme, inclusive destaca Flavia Moreira Guimarães Pessoa (2011, p. 132).

Em casos como os acima apontados, a própria natureza dos processos exige uma análise mais detalhada dos fatos, implicando, portanto, num interstício temporal grande para apreciação do feito. Além disso, o que se percebe, também, na prática é que a lógica de funcionamento do judiciário, principalmente por ser muitas das vezes a única porta de resgate e solução para as violações perpetradas pelos outros dois poderes, finda aquele Poder não tendo a capacidade de dar uma resposta mais célere e adequada⁴⁴ às necessidades imediatas desses trabalhadores, no caso os pescadores artesanais.

Além disso, conforme destaca Mancuso (2013, p. 355), uma “expressiva judiciabilidade” da defesa do meio ambiente não implica “numa correlata diminuição das afrontas à natureza.” Tal fato incorre por diversos motivos,

⁴² Considerando aqui, o presente momento, dia 18 de março de 2018.

⁴³ Vale ressaltar que os dados apresentados com relação aos longos anos para proferir sentença ou audiência de instrução, não são capazes de apontar a proposição de que a responsabilidade pela demora processual decorre da atuação dos magistrados federais que atuam nas citadas demandas. Isto porque, deve se observar que de acordo com o CNJ, a taxa de congestionamento de demandas na Justiça Federal, no período de 2016, correspondia à 75%, observando-se ainda que a carga de trabalho dos magistrados da Justiça Federal é a maior existente, dentre a comparação com a Justiça Estadual e a Justiça do Trabalho, ou seja, 8.448 para a primeira, 7.346 para a segunda e 3.071 para a terceira. Relatório Analítico – Justiça em números 2017, ano base 2016 (2017, p. 38). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>. Acesso em 25 de fev. de 2018.

⁴⁴ Salienta Mancuso (2013, p. 59) que um resultado final da prestação jurisdicional qualificado como satisfatório deve cumprir seis requisitos, destacando o autor: 1) justa (equânime); 2) jurídica (tecnicamente consistente e fundamentada); 3) econômica (equilíbrio entre custo e benefício); 4) tempestiva (a razoável duração do processo); 5) razoavelmente previsível (o antônimo da loteria judiciária); 6) idônea a assegurar a efetiva fruição do direito, valor ou bem da vida reconhecidos no julgado.

desde a demora do julgado que reflete a própria lógica de funcionamento do poder judiciário, bem como da insistência da sistemática de funcionamento do paradigma dominante que continua a tratar os elementos da natureza, o trabalho e o ser humano de modo utilitário, governando-os como se números ou coisas fossem.

Em casos como o dos pescadores artesanais do baixo São Francisco é importante destacar, segundo aponta Mancuso (2013, p. 385), que diante da judicialização da política, não pode mais o Estado atuar no padrão convencional de subsunção do fato a norma, e sim realizar uma ponderação entre princípios. Como exemplo, esse autor traz, exatamente, à reflexão, um caso de conflitos de interesses envolvendo o funcionamento de hidrelétrica de um lado e de outro o prejuízo direto ao ambiente ecologicamente equilibrado. Segundo Mancuso (2013) em tais situações deve a justiça “priorizar”, *in concreto*, o princípio que “se afigure prevaiente”. Destaca o autor que:

No exemplo supra, da hidrelétrica, pode o juiz considerar a disponibilidade de outros meios alternativos para obtenção de energia, menos onerosos e ecologicamente sustentáveis (MANCUSO, 2013, p. 385).

Infelizmente no mundo concreto não é assim que tem ocorrido e a demonstração dessa afirmativa se dá pelos próprios fatos que são públicos e notórios, inerentes a diversas realidades dos seres humanos afetados pelas construções de barragens e usinas hidrelétricas no Brasil, como é o caso dos pescadores artesanais do baixo São Francisco.

No caso dessa região, em especial à destruição do Povoado Cabeço, se destaca a responsabilização não somente da CHESF, mas do próprio Estado, que recai na observação de Mancuso (2013, p. 385) por ter o Poder Executivo e Legislativo se recusado a cumprir suas “específicas atribuições”, objetiva depois gozar das escusas de que o caso esta *sob judice* após a propositura de lides. E estas por serem caracterizadas como “metajurídicas”, envolvendo interesses transindividuais, findam por demorar a encontrar uma solução para os jurisdicionados.

O propósito da exposição dessa segunda e, neste momento, última percepção do estudo aqui desenvolvido, é destacar que o paradigma, ora

dominante, finda por incidir em todos os âmbitos sociais, privados e estatais. No caso, o padrão estabelecido de resolução de conflitos judicialmente disponibilizados aos pescadores, até o presente instante, não trouxe a reparação devida e tampouco conseguiu sanar e obstar as violações que vêm sendo orquestradas pela CHESF e pelo Estado, conforme denuncia o próprio cenário do rio São Francisco.

Neste sentir, em contramão aos ditames que ocasionam a realidade das violações aqui denunciadas, considerando as lições de Sousa Santos (2002, p. 74-75), ao defender a criação de um paradigma emergente a partir dos sinais de crise que o paradigma dominante tem apresentado, destaca-se que para a construção de um novo paradigma que seja emancipatório, é necessário buscar a solidariedade, respeitando e almejando a efetividade de um paradigma social, ou seja, um paradigma de uma vida decente e integradora.

Verificada, então, a incapacidade do Poder Judiciário de dar respostas adequadas aos megaconflitos como no caso dos pescadores, pois conforme apontado no primeiro capítulo, o próprio Direito não tem essa capacidade, e observando a ideia de paradigma emergente acima, propõem-se na parte final, seguindo as palavras de Mancuso (2013, p. 151) “uma ruptura do monopólio estatal de distribuição de justiça”, com a aplicação de “meios alternativos que não se propõem a concorrer com a justiça estatal”, mas “sim a oferecer uma segunda via ou um alvitre subsidiário”.

Então, a título de desenvolvimento de uma proteção aos pescadores artesanais em razão da situação que se encontram, considerando no caso o cenário já disposto de violação a seus direitos humanos e fundamentais, em destaque o direito ao trabalho e o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, aponta-se como possível caminho a ser seguido, destaca-se o uso da mediação. Este mecanismo, segundo as lições de Mancuso (2013, p. 300) “tem sido exitosamente praticada em áreas propícias a conflitos socialmente impactantes e/ou plurisubjetivos”.

E neste apontamento, destaca-se a lição de Luis Alberto Warat (1999, p. 9-10) ao definir metafisicamente a mediação como:

A mediação deve ser encarada como uma atitude geral diante da vida, como uma visão de mundo, um paradigma ecológico e um

critério epistêmico de sentido.

[...]

Quando falo da mediação como uma proposta vinculada à ecologia política, estou tentando fazer referência a uma possibilidade de transformação de conflitos que apontem, mas que à decisão, **a uma melhor qualidade de vida das partes envolvidas no conflito.**

Nessa perspectiva, deve-se se observar que qualquer mecanismo de solução a ser indicado ao problema dos pescadores artesanais, como o exemplo acima da mediação, considerando inclusive que este proposta não é a tarefa especificamente elencada neste estudo, até mesmo em razão da pluridimensão do problema e ainda pelo risco de se apresentar soluções inócuas à realidade enfrentada pelos pescadores. O que se aponta aqui, como uma importante indagação, na construção de um novo paradigma emergente, é que se o papel de qualquer proposta sugerida como solução, como no caso da mediação, promoverá, no caso prático, felicidade ou não na vida prática dos pescadores. Se assim não se estabelecer, tenderá a não cumprir o propósito de sua existência.

Por todo o exposto, não se adentrará aqui com afinco sobre as nuances conceituais da importância e pertinência que tem mediação. Esta temática viabiliza inclusive a continuidade deste estudo. Assim, retomando, então, ao objetivo apresentado, cabe destacar que este estudo buscou discorrer sobre a realidade e a percepção dos pescadores artesanais do baixo São Francisco acerca das questões que envolvem os obstáculos da efetividade do direito humano e fundamental ao trabalho, o qual se mostra violado em decorrência do cenário de desrespeito ao meio ambiente, acarretando na atualidade o risco em concreto do desaparecimento da pesca artesanal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não deixe morrer / Não deixe o rio morrer/ Senão o que será de mim /
Que só tenho esse rio para viver/ Que será de mim?/ Que será de
José e Serafim?/ Qual será o destino do menino que cresceu e
aprendeu a pescar surubim?* [Canção: Boato Ribeirinho, composição:
Nilton Freitas, Wilson Freitas e Wilson Duarte]

O presente estudo, partindo da perspectiva geral para a específica, indicou que é preciso ir além da teoria convencional positivista dos direitos humanos e fundamentais para compreender a realidade daqueles e daquelas que não têm acesso aos bens/recursos necessários para se viver uma vida digna. Assim, com bases nos escólios de Herrera Flores (2009), elegeu-se a teoria crítica para melhor compreensão e discussão acerca da efetividade dos direitos humanos e fundamentais, em específico, do direito ao trabalho e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Desse modo, conforme apontado no início do estudo, os regimes políticos econômicos neoliberais e o comunismo de mercado ao aplicarem a governança por números, findam objetificando os seres vivos e os elementos naturais, impondo ao mundo concreto uma visão ainda mais utilitária e mercadológica sobre o trabalho, a natureza e a vida, prevalecendo-se, portanto, os interesses do ter sobre o princípio da dignidade humana.

Em contraponto a essa realidade de exploração e inefetividade dos direitos humanos e fundamentais, com fulcro nos ensinamentos de Herrera Flores (2009) este trabalho destacou que os direitos representam um construído advindo de processos provisórios de lutas por dignidade, sendo necessário, inclusive, incutir uma mudança cultural voltada para a concepção solidária de que os sujeitos de direitos também são, simultaneamente, sujeitos de deveres.

Como parte do legado que o presente estudo objetiva deixar, expostas as discussões acerca da efetividade dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, convém destacar que a abordagem do tema não cabe por inteiro no que aqui se desenvolveu. Contudo, é possível afirmar que, em resumo, o objetivo das proposições, apresentadas na primeira parte do trabalho, foi destacar que o processo de efetivação dos direitos é consequência do

comprometimento de todos e de todas com a ideia de cumprimento de deveres, ética e emancipação social.

Nesta linha de raciocínio, defendeu-se, ainda, que a existência de um direito fundamental, a exemplo do direito ao trabalho como princípio ou regra no ordenamento jurídico, por si só, não cria condições dignas em concreto aos sujeitos de direito e deveres, mas sim a possibilidade de lutar pelo acesso ao bem em questão, pois os direitos humanos são um meio, um instrumento, que, em sua aplicabilidade, deve ser capaz de permitir e efetivar o acesso a bens e recursos a favor da vida digna.

Ainda na primeira parte, alargando-se as concepções de trabalho, com fundamento no princípio da produção, da reprodução e do desenvolvimento da vida apresentadas nas lições de Dussel (2000), destacou-se a indispensabilidade da importância desse bem/recurso para a vida humana, de maneira que o trabalho se apresenta como um requisito que deve em sua execução corresponder à ética e ao princípio da dignidade humana para que assim se possa efetivar uma vida decente.

A partir do segundo capítulo, adentrando-se no escopo central do estudo que é a efetividade do direito ao trabalho dos pescadores artesanais do baixo São Francisco, foi destacada a existência de dois bens/recursos a favor desses trabalhadores, sendo estes: o trabalho, conforme acima citado, cujo acesso foi representado pela efetividade de duas condições. Uma formal que é o exercício da liberdade de atuar numa atividade profissional, conforme dispõe o artigo 5º, XIII, da Constituição; e a outra material, que é o próprio ato do exercício laboral em si, conforme tutela o *caput* do art. 6º da Constituição. E no segundo momento, destacou-se o ambiente ecologicamente equilibrado como bem/recurso, tutelado pelo art. 225 da CF de 1988, sendo este último recurso, requisito básico para que o pescador artesanal exerça o seu labor, tendo em vista a especificidade da subordinação e a dependência da pesca artesanal para com a natureza.

A pesca artesanal do baixo São Francisco ao ver deste estudo é um exemplo do exercício do 'trabalho vivo', que através da liberdade traz sentido e significância à vida dos pescadores e das pescadoras, que têm lutado por perpetuar essa forma de viver, mesmo diante de tantos impedimentos.

Nesse sentido, observou-se, também, que no ordenamento jurídico brasileiro ainda inexistia a consolidação de um conjunto de normas mais robustas para tutelar esse tipo de trabalho e as questões que envolvem a proteção dos territórios dos pescadores artesanais. Observou-se, também, que a legislação existente, voltada aos direitos dos pescadores artesanais, especialmente aos direitos sociais, é bastante recente no ordenamento jurídico interno.

À vista disto, observou-se que, em razão do trabalho do pescador artesanal não se encaixar diretamente nos auspícios e no controle do sistema capitalista, na maior parte da história do ordenamento jurídico, o pescador foi tratado como invisível, ignorado e até oprimido pelo Estado. Atualmente, verifica-se que, da mesma forma que vem ocorrendo com os trabalhadores das relações empregatícias, a atuação do Estado Poiético tem, também, precarizado a tutela do trabalho do pescador artesanal brasileiro, conforme se observou a partir das últimas reformas na lei do seguro desemprego direcionada a esse trabalhador.

Também foi percebido, neste estudo, que a perspectiva de gestão meramente utilitarista e a atuação do Estado Poiético reverberam nos textos das leis que deveriam tutelar o exercício da pesca artesanal, mas assim não fazem, acarretando um desafio ainda maior para a efetivação do direito ao trabalho do pescador artesanal.

Nesta seara, destacou-se que o fato de o ambiente de trabalho do pescador artesanal não ser um bem particular, diante da lógica e da cultura patrimonialista predominante, gera a ausência de percepção sobre a importância do dever e da necessidade de se tutelar esse bem comum que, no caso, é a própria natureza que se revela no rio São Francisco.

Ao final do segundo capítulo, anotou-se que as negligências, omissões e violações realizadas pelo modelo econômico de desenvolvimento sobre o meio ambiente e sobre o direito ambiental frustram, também, o direito ao trabalho dos pescadores artesanais.

Nesta parte do estudo, o presente trabalho objetivou deixar como legado a importância e a representação que o trabalho vivo tem para os pescadores artesanais, bem como a análise acerca da legislação que deveria tutelar esses

trabalhadores, sendo aqui destacadas as conclusões sobre o que representa a pesca a partir das próprias falas dos pescadores e das pescadoras, protagonistas desta dissertação.

No terceiro capítulo, analisando os impactos decorrentes da construção e o funcionamento do conjunto de hidrelétricas ao longo do rio São Francisco, apontou-se que foram alterados os ciclos de produção, reprodução e desenvolvimento de todos os seres vivos que habitam o baixo São Francisco. Verificou-se, igualmente, que o impedimento do exercício laboral aos pescadores obsta não só a possibilidade de manutenção e do sustento da vida, acarretando, também, violações que vão além da seara econômica, atingindo a autoestima, a identidade e a cultura desses trabalhadores.

Ademais, examinadas as terminologias e a representatividade do labor no mundo ocidental contemporâneo, ressaltando o processo de construção do direito ao trabalho e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, foram expostas as principais causas que constituem o paradigma dominante moderno e que, por conseguinte, obstam a efetividade desses direitos, tanto no plano global quanto na realidade específica do baixo São Francisco.

A edificação de megaprojetos voltados ao modelo de desenvolvimento econômico comumente apresentados pelo Estado e pelas grandes corporações capitalistas, a exemplo das hidroelétricas e barragens, quando não observados os ditames do Direito Ambiental e perpetrado o desrespeito e a degradação ao meio ambiente, as consequências não se limitam à natureza e ao seu meio físico e biótico distanciado dos seres humanos.

Verificou-se, então, que os impactos advindos dos efeitos danosos dessas construções incidem diretamente na vida de todos os seres humanos que dependem daquele ambiente. E outra importante observação constatada é que no processo de gestão do uso dos recursos hídricos utilizados pelas usinas hidrelétricas no baixo São Francisco impera a ausência da participação dos ribeirinhos e dos pescadores artesanais.

Assim, diante do cenário exposto, destacou-se que as principais alterações sobre a dinâmica fluvial do São Francisco, consolidadas nos últimos 50 anos, refletem efetivamente o processo de apropriação dos recursos

naturais e a aplicação do modelo de desenvolvimento econômico, nos conformes disseminados pelo paradigma moderno.

Além disso, este estudo asseverou, de modo geral, que a violação do direito ao trabalho dos pescadores e os problemas ambientais do baixo São Francisco, representam um processo de exclusão socioeconômico-ambiental que se assemelha aos cercamentos realizados na Inglaterra ainda no século XVIII.

Em verdade, esta dissertação confirma que, atualmente, tanto a destruição do meio ambiente e, por conseguinte, a extinção da pesca artesanal do baixo São Francisco decorre da atuação do Estado Poético que se instrumentaliza em atenção aos interesses das classes dominantes.

Neste sentido, a partir da exposição e da análise das falas dos próprios pescadores artesanais, conclui-se que na visão desses trabalhadores e trabalhadoras o complexo hidrelétrico e a forma como tem sido administrado o rio São Francisco, especialmente em destaque à gestão da CHESF, finda violando o direito humano e fundamental ao trabalho, em razão de não mais existir um ambiente ecologicamente equilibrado.

O que o estudo descreveu e denunciou como modelo desenvolvimento econômico, reflexo do paradigma dominante da modernidade, na visão dos pescadores, no caso concreto, tem acarretado prejuízos no plano social, econômico, ambiental e cultural de toda população que margeia o rio, desencadeando assim, mais conflitos e violações, tendo gerado, inclusive, demandas ao Poder Judiciário com o intento de que fossem sanados e reparados os danos sofridos.

E, neste caso, a partir da análise do trâmite processual das demandas envolvendo os conflitos do baixo São Francisco, em especial a questão da destruição da comunidade de pescadores do Povoado do Cabeço, este estudo observou que o padrão de resolução de conflitos judiciais disponibilizado aos pescadores, até o presente instante, já passados mais de 15 anos da propositura das demandas, não trouxe a reparação devida e tampouco sanou ou obistou as violações que vêm sendo orquestradas pela CHESF e pelo Estado.

Destarte, como último legado que se intenta deixar, diante desses apontamentos, reflete-se que não é razoável depositar a solução de todas as mazelas decorrentes da inefetividade dos direitos humanos e fundamentais, a exemplo do megaconflito existente no baixo São Francisco, tão somente ao âmbito do Poder Judiciário. Apesar de esse ser o instrumento até então mais divulgado, a título de sugestão para o caso e para futuros estudos, destaca-se a ideia do uso da mediação, desde que, esta, com base nos ditames do paradigma emergente, promova na prática uma justiça social e uma vida digna aos pescadores artesanais do baixo São Francisco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; DA SILVA, Maria das Graças. Rearticulação sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí (p. 60-92). In: ZHOURI, Andréa (org.) **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMORÓS, Francesc Pérez; TORRECILLA, Eduardo Rojo. (dirs.). **Balance de la reforma laboral de 2012**. Albacete (Espanha): Editorial Bomarzo, 2016.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARROSO, Luís Roberto. **O Constitucionalismo Democrático no Brasil**: crônicas de um sucesso previsto. Publicado em 2012. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/constitucionalismo_democratico_brasil_cronica_um_sucesso_imprevisto.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.

BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**. Trad. Luís Washington Vita e Antônio D'Elia. São Paulo: Saraiva, 1958.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BOMFIM, Juarez Duarte. Movimentos sociais de trabalhadores no rio São Francisco. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. 89

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números**. 2010. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/2010/rel_justica_numeros_2010.pdf>. Acesso em: 28 set. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>.

Acesso em: 28 set. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. Brasília, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 28 set. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Brasília, 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 28 set. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 set. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.212**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, 24 de julho de 1991a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 28 set. 2011.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo: LTr, 2004.

BRUM, Eliane. **Belo Monte**: a anatomia de um etnocídio. El País. 01 dez. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>. Acesso em 5 de mai. 2018.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. **Perfil Laboral dos Pescadores Artesanais do Brasil**: insumos para o programa do defeso de 2015. Ipea, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6625/1/bmt60_perfil.pdf>. Acesso em 22 jan. 2018.

CAPPIO, Luís Flávio; MARTINS, Adriano; KIRCHNER, Renato (Org.). **Rio São Francisco**: uma caminhada entre vida e morte. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. A pesca artesanal brasileira: passado e presente visitados a partir dos “tipos e aspectos do Brasil”. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, 2016, p. 32-46.

_____. Eduardo Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEUSP Espaço e Tempo**, n. 14, 2003, p. 119-125.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123837>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) et al.. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 1 ed. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Está na parte final do 3º CAP.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Trad. Raul de Polillo. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito individual do trabalho**: remissões ao novo Código Civil: transcrição de enunciados, orientações jurisprudenciais e ementas pertinentes do Tribunal Superior do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do trabalho**: curso e discurso. São Paulo: LTr, 2016.

CARVALHO, Augusto César Leite de. Direito fundamental ao ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado (p. 311- 318). In: REIS, Daniela Muradas. MELLO, Roberta Dantas de. COURA. Solange Barbosa de Castro. (org.) **Trabalho e Justiça Social**: um tributo a Maurício Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013.

CARVALHO, Francisco Edivar. **Trabalho na atividade pesqueira à luz do direito do trabalho**. Publicado em jun. de 2009. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/13113/trabalho-na-atividade-pesqueira-a-luz-do-direito-do-trabalho>>. Acesso em 2 de maio de 2018.

CBHFS – COMITÊ da Bacia Hidrográfica do São Francisco. **Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no baixo rio São Francisco**, Macéio, AL, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017**. Ipea. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em 5 mai. 2018.

CESARINO JÚNIOR. Antônio Ferreira. **Direito social**. São Paulo: LTr: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

_____. Gabriela Neves. Centralidade do trabalho no estado democrático de direito: leituras constitucionais para a efetividade da justiça social. (p. 250-256). In: REIS, Daniela Muradas. MELLO, Roberta Dantas de. COURA. Solange Barbosa de Castro. (org.) **Trabalho e Justiça Social**: um tributo a Maurício Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

_____. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/USP, 2004.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

FABER, Marcos. **A Importância dos rios para as primeiras civilizações**. História Ilustrada, Vol. 2. História Livre.com. 2011.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Livro eletrônico. Trad. Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, Daniela Cadernatori, Hermes Zaneti Júnior, Sérgio Cadernatori. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

_____. **A soberania do mundo moderno**: nascimento da crise do Estado nacional. Trad. Carlo Coccioli, Márcio Lauria Filho; Revisão da tradução Karina Janini. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Derecho y garantías**: la ley del más débil

FERRARI, Iryanr. História do Trabalho. (p. 13-65). In: NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Iryanr; FILHO, Ives Gandra da Silva Martins (coord.). **História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho**: homenagem a Armando Casimiro Costa. 3ª ed. São Paulo: Editora LtR, 2011.

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2014.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução: Marise Manoel. Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FONSECA, Maria Hemília. **Direito ao Trabalho**: um direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FONTES, Luiz Carlos da Silveira. O rio São Francisco após as grandes barragens. (p. 33-67) In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; NETTO, Antenor de

Oliveira Aguiar (org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2012.

GALBRAITH, James K. **The predator state: how conservatives abandoned the free market and why liberals should too**. Free Press. New York: Edição do Kindle. Simon & Schuster, Inc., 2008.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan. 1989.

GONÇALVES DA SILVA, Luciana Aboim Machado. **Direito social do trabalhador ao salário justo**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito de São Paulo da USP. São Paulo: 2008.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988**. 13. ed. São Paulo: RT, 2008.

HAYEK, Friedrich August Von. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política**. São Paulo: Visão, 1985, v.1.

HERREIRA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diego Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger, Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

KELLER, Werner. **O direito ao trabalho como direito fundamental**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2016.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectivas, 1998

LEDUR, José Felipe. **A realização do Direito ao Trabalho**. 1 ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; NETTO. Antenor de Oliveira Aguiar. (Org.). **Águas do São Francisco**. 1 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

MACHADO, Clara. **O princípio jurídico da fraternidade**: um instrumento para proteção de direitos fundamentais transindividuais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo estado de direito**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v. 1.

_____. Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Edição Editora Expressão Popular, 2008.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MIRANDA, Agenor Augusto de. **O Rio São Francisco**: como base do desenvolvimento econômico do nosso vasto interior. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MISSIONÁRIO. Conselho Indígena. **Relatório de denúncia**: povos indígenas do nordeste impactos com a transposição do rio são francisco. 2007. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio_impactados-transposicao-sao-francisco.pdf>. Acesso em 22 de set. de 2017.

MORENO, Larissa Tavares. A luta para pescar reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais. **Revista Pegada** – vol. 16, n. 2. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3812>>. Acesso em: 25 de abr. de 2018

NADIR, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NAVARRO, Gabriela Cristina Braga. **Hermenêutica filosófica e direito ambiental**: concretizando a justiça ambiental. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2015.

NETTO, Antenor de Oliveira Aguiar; SANTANA, Neuma Rúbia Figueiredo (Orgs.). **Contexto socioambiental das águas do Rio São Francisco**. 1 ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

NETO, José Afonso. **Análise do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal e de Possíveis Benefícios para a Gestão Pesqueira**. 2017. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/publicacoes/2017/2017-Analise-do-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal-JoseDiasNeto.pdf>>. Acesso em 05 de fev. de 2018.

NOVA, Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. **Comunidade dos pescadores e pescadoras artesanais**: mostrando sua cara, vez e voz, submédio e baixo são francisco. 2007. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/04-comunidade-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-mostrando-sua-cara-vez-e-voz-submedio-e-baixo-sao-francisco/>>. Acesso em 15 de nov. de 2017.

OLIVEIRA, Luciano. **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

OLIVEIRA, Esther Nespoli de. **Estudo da pesca artesanal em dois setores do complexo estuarino-lagunar de cananéia-iguape (SP) considerando relações sócio-ambientais**. (Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental), USP. São Paulo: 2011.

Luciana Aboim Machado. **Direito social do trabalhador ao salário justo**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito de São Paulo da USP. São Paulo: 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 29/04/2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O que é o trabalho decente**. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 02/04/2016.

PEIXOTO, Ana Carolina Beltrão. **Pescador de ilusões**: o trabalho da pesca artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água do Casado no Baixo São Francisco Alagoano. 194 f. Tese (doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

PÉREZ, Mercedes Solá. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é suape**: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida.

Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2016

PESSOA, Flavia Moreira Guimarães. A proteção, a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, a ação popular ambiental e a concretização do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. (p. 127-148). In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; NETTO, Antenor de Oliveira Aguiar (org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLÍ, Pedro Augusto Gravatá. Trabalho, do conceito ao direito: entre a china e o ocidente. (p. 215-250). In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; RAMOS, Marcelo Maciel (org.). **Direito chinês contemporâneo**. São Paulo: Almedina, 2015.

PRUDENTE, Antônio Souza. A missão constitucional do poder judiciário republicano na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. (77-112). In: LECEY, Eladio; CAPPELI, Sílvia. *Revista de Direito Ambiental*. ano 17. 66. Abril – junho. 2012.

RAMOS, André Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REZENDE, Priscila Costa; OLIVEIRA, Igor da Mata. Descrição socioeconômica dos pescadores no baixo são francisco, nordeste brasileiro. (p. 671 – 689). **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: RDE - Ano XVII: Dezembro de 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**: 1. Teoria do Brasil, formações econômico-sociais, configurações histórico-sociais, ordenações políticas, alienação cultural. 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

RIEGER, Ana. Baixo São Francisco: convivência com o rio e identidade da população ribeirinha. (p. 45-72). In: SILVA, Tania Elias Magno da; AZEVEDO, Eliano Sérgio (orgs.). **Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino**: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas. 1 ed. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe. 2003.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de direito do trabalho**. Trad. por Wagner D. Giglio. 2 tiragem, São Paulo: LTr, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTANA, Neuma Rubia Figueiredo; ARAÚJO, Sérgio Silva; VASCO, Anderson Nascimento. Diversos olhares sobre a foz do rio são francisco. (p. 137-149). In: AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; SANTANA, Neuma Rubia Figueiredo. (org.). **Contexto socioambientais das águas do rio são francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**: estudos sobre a constituição, os direitos fundamentais e a proteção do ambiente. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A ideia de Justiça**. Trad. Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A Constitucionalização do Direito**: os direitos fundamentais nas relações particulares. 1 ed. 3ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

SILVA, Catia Antonia (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica, coletivos e individuais homogêneos. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Vera Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinense e a indefinição de direitos trabalhista e previdenciários. (p. 138-197). In: **Periódico do núcleo de estudos e pesquisas sobre gênero e direito**. Universidade Federal da Paraíba. V.5, n. 01, 2016.

SILVA, Tânia Elias Magno da. Baixo São Francisco: Convivência com o rio e identidade da população ribeirinha. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 45-72.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (col. Os Economistas)

SOUZA, Ronald Amorim. **Direito ao Trabalho**. São Paulo: Ltr, 1985.

SOUZA PRUDENTE, Antônio. A missão constitucional do Poder Judiciário republicano na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. In: LECEY, Eladio. CAPPELI, Sílvia (coord.). Revista de Direito Ambiental. ano 17. Vol.66, abr-jun. 2012. pp. 77-112. Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SUASSUNA, João **Represa de Sobradinho**: reservatório estratégico e desconhecido. 05/05/2008. Repórter Brasil. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/05/represa-de-sobradinho-um-reservatorio-estrategico-e-desconhecido/>>. Acesso em 28 de jul. 2017.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Renovar, 2004

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **Instituições de Direito do Trabalho**. 8ª ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

SUPIOT, Alain. **O espírito de Filadélfia**: a justiça social diante do mercado total. Trad. Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. **Homo Juridicus**: ensaio sobre a função antropológica do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 2005

_____. **Crítica do Direito do Trabalho**: a justiça social diante do mercado total. Trad. António Monteiro Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

TEMPOS modernos. Direção: Charles Chaplin. EUA: Continental, 1936. 1 DVD (87min), preto e branco, mudo, legendado.

TOMÁZ, Alzeni (org.) et al. **Relatório de denúncia**: Povos indígenas do nordeste impactados com a transposição do Rio São Francisco. 2017. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio_impactados-transposicao-sao-francisco.pdf>. Acesso em 02 fev. 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do estado de direito. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 1, p. 185-202, junho de 2008.

_____. **Direitos fundamentais**: uma leitura da jurisprudência do STF. Colaboração de Flávia Scabin e Marina Feferbaum. Pesquisadores da obra Eloisa Machado, José Francisco Sieber Luz Filho, Karina Sposato, Felipe Gonçalves Silva, Thiago Amparo, Diogo Parra, Bruna Romano Preztel, Luiza Andrade Corrêa, Guilherme Forma Klafke. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina. (Coord.). **Direitos humanos e vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

VINICÍUS, Fernando. Pescadores ocupam agência no INSS para cobrar pagamento de seguro. **Sete segundos**. Maceió, AL, 17 jan. 2018. Disponível em:
<<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2018/01/17/102611/pescadores-ocupam-agencia-no-inss-para-cobrar-pagamento-de-seguro.html>>. Acesso em 20 abr. 2018.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito ao trabalho com direito humano e fundamental**: elementos para sua fundamentação e concretização. 2009. 431 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

_____. Leonardo Vieira. **Direito humano e fundamental ao trabalho**: fundamentação e exigibilidade. São Paulo. LTr, 2012.

_____. Leonardo Vieira. **A reconstrução normativa do direito fundamental ao trabalho**: Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013

WARAT, Luis Alberto. (org). **Em nome do acordo**: a mediação no direito. Argentina: Almed, 1999.

Legislação e Documentos

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números**. 2017. Disponível em:
<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, 16 de julho de 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. Brasília, 10 de novembro de 1937. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Brasília, 18 de setembro de 1946. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto-Lei n. 3.688, de 3º de outubro de 1941. Lei das Contravenções. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 13 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 de agosto de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7735.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.699**, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, 13 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.171**, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Brasília, 17 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8171.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.958**, de 26 de junho de 2009. Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. Brasília, 26 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11958.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.679**, de 23 de novembro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências. Brasília, 23 de novembro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7679.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº Lei 8.212/91**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.356**, de 30 de agosto de 1985. Determina a inclusão de parágrafo no art. 5º a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – Lei Orgânica da Previdência Social, regulando a inclusão dos pescadores no regime dessa Lei. Brasília, 30 de agosto de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7356.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 3.807**, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Brasília, 26 de agosto de 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3807.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.287**, de 20 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. Brasília, 20 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8287.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.779**, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, 25 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.347**, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, 24 de julho de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.134**, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13134.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.424**, de 31 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. Brasília, 31 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8424.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.425**, de 31 de março de 2015. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Brasília, 31 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 29 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-lei nº 72**, de 21 de novembro de 1966. Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. Brasília, 21 de novembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-lei nº 221**, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Brasília, 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 8 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9433.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.486-A**, 2007. Dispõe sobre a obrigatoriedade da assistência social às populações de áreas inundadas e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D321EB50832A8FBAC5EC408A68F70C40.node1?codteor=486574&filename=A vulso+-PL+1486/2007>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Estado de Minas Gerais. **Lei nº 9.532**, de 10 de dezembro de 1997. Cria o Programa Estadual de Conservação da Água. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=627>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

ANEXOS

Os registros fotográficos realizados pelo pesquisador não estão adstritos à cientificidade metodológica da pesquisa científica. O objetivo, desta parte do trabalho, com fulcro no viés da pesquisa exploratória, é demonstrar parte do cenário ambiental presente ao longo do baixo São Francisco.

Neste sentido, escolheu-se visitar os locais que representam, geograficamente, o começo (município de Pão de Açúcar em Alagoas até o povoado Mato da Onça, também no estado de Alagoas), o meio (município de Propriá em Sergipe e Porto Real do Colégio em Alagoas) e o fim do baixo São Francisco (foz do rio São Francisco, antigo Povoado Cabeço, local este que foi visitado no mês de Novembro de 2017).

Como dito anteriormente, as viagens foram realizadas em conjunto com a ONG – Canoa de Tolda – Sociedade Socioambiental do baixo São Francisco, que atua em proteção ao meio ambiente da região.

IMAGEM 01



(a imagem acima foi retirado do programa Google Earth em 28 de maio de 2017 e demonstra o perímetro percorrido de barco entre os municípios de Propriá em Sergipe e Porto Real do Colégio em Alagoas, totalizando uma área aproximada de 15 km, nos meses setembro, outubro, novembro, dezembro de 2017)



(FOTO 02 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – margens do rio – Município de Propriá/SE)



(FOTO 03 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – margens do rio – Município de Porto Real do Colégio/AL)



(FOTO 04 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – margens do rio – Município de Porto Real do Colégio/AL)



(FOTO 05 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – margens do rio – Município de Porto Real do Colégio/AL)

Os quatro registros fotográficos acima demonstram o cenário de poluição presente no rio São Francisco, especificamente, na área que correspondem às margens dos municípios de Propriá em Sergipe e de Porto Real do Colégio em Alagoas.

Este panorama de poluição vem se agravando, nos últimos anos, conforme saliente Netto (2015, p. 115), diante das reduções das vazões de

água realizadas pela hidrelétrica de Xingó, acrescido do derramamento de esgoto urbano das cidades ribeirinhas.

Nas duas últimas fotografias acima apresentadas, verifica-se a presença exacerbada de algas na beira do Rio São Francisco. A existência destas algas aceleram o processo de assoreamento e a formação dos bancos de areias ao longo do leito do rio.

Além do assoreamento, a proliferação exacerbada das algas ocasiona a impossibilidade da navegação dos pescadores artesanais ao longo do rio São Francisco, restando comprometida a pesca, o transporte e o acesso aos pequenos portos.

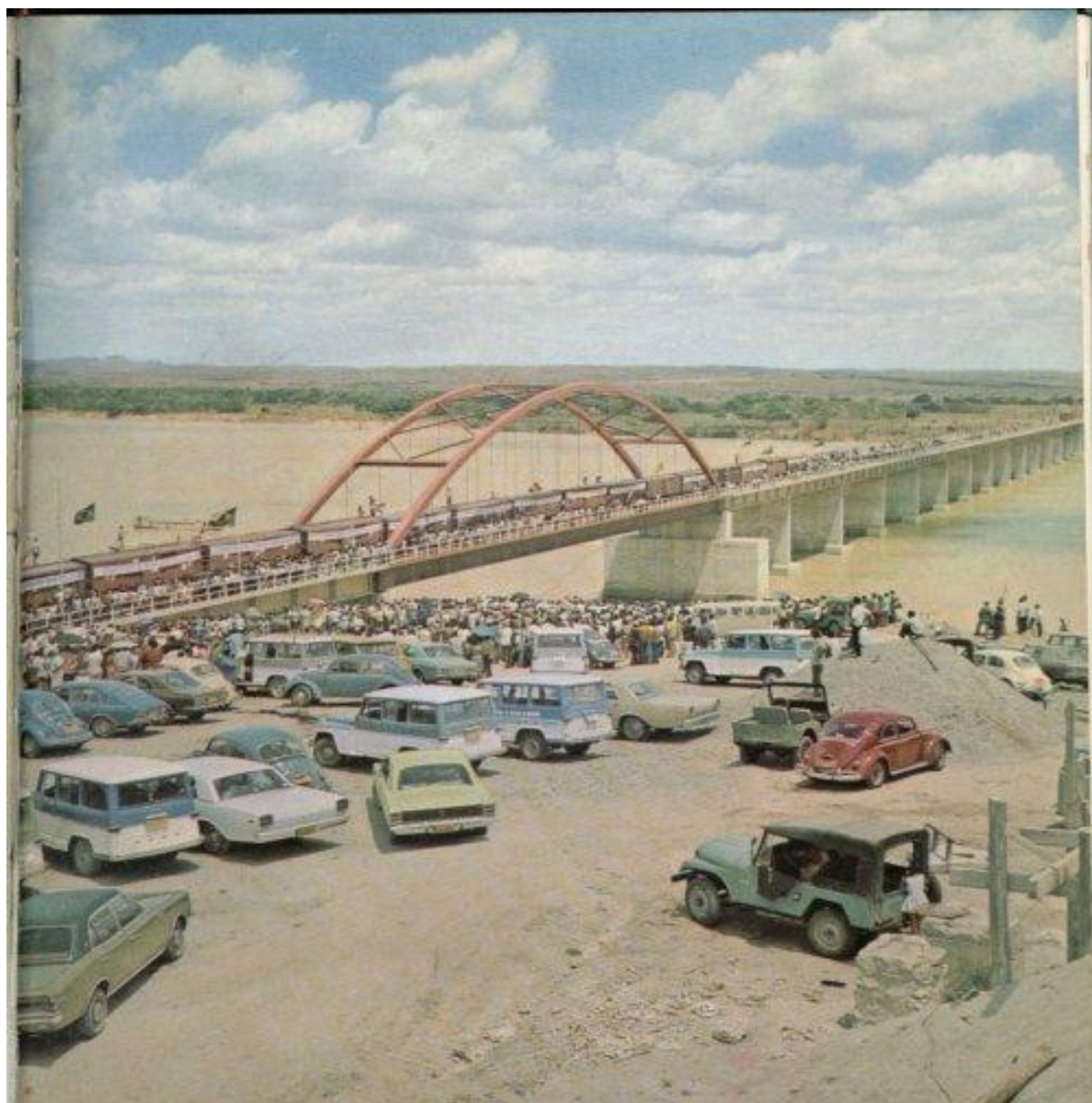


(FOTO 06 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – Leito do rio – Município de Propriá/SE)



(FOTO 07 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – Leito do rio – Município de Propriá/SE)

Os dois registros fotográficos acima foram realizados embaixo da ponte rodoviária que liga os estados de Sergipe e Alagoas, precisamente, os municípios de Propriá em Sergipe e Porto Real do Colégio em Alagoas.



(foto do ano de 1972, utilizada aqui em comparativo com a situação atual, onde os pilares da ponte não se encontram mais imersos nas águas¹)

As imagens capturadas pelo orientando, bem como a fotografia do ano de 1972, ratificam o processo de assoreamento do rio São Francisco, atestando inclusive, que os pilares desta ponte, quando de sua construção, encontravam-se imersos nas águas, e na atualidade estão cercados por bancos de areias.

O assoreamento do rio implica diretamente na pesca artesanal, influenciando também na impossibilidade de navegação ao longo do rio.

¹ Imagem disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_propria/propria.htm>. Acesso em 15 jul. 2017.



(FOTO 08 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – Leito do rio – Município de Propriá/SE)



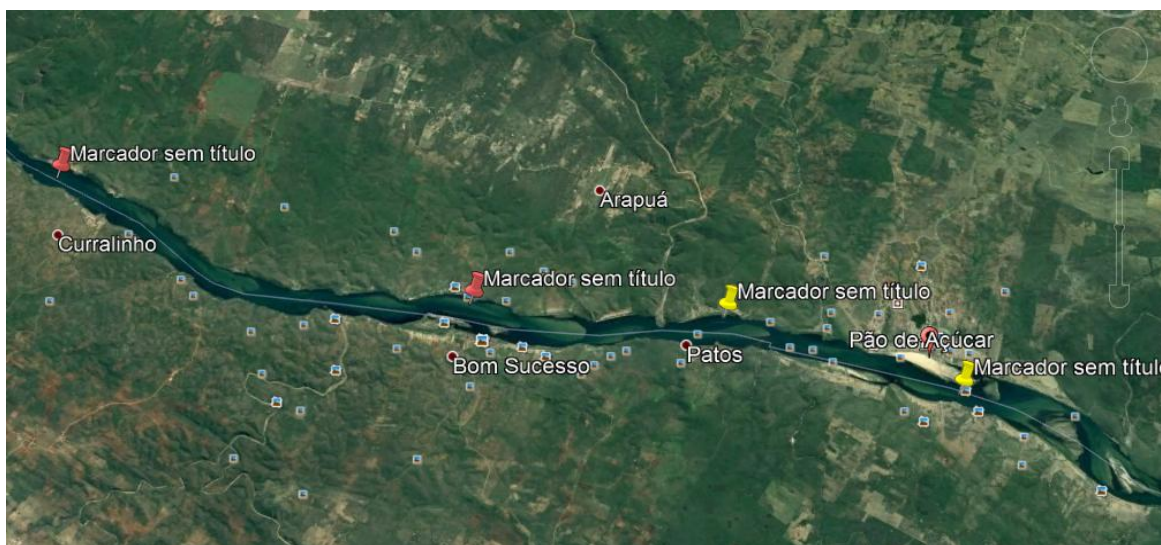
(FOTO 08 - de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 23 de dezembro de 2016 – Leito do rio – Município de Propriá/SE)

Os dois registros fotográficos acima foram realizados nas margens do rio no município de Propriá em Sergipe e ratificam o grave processo de assoreamento do São Francisco. Os canos presentes nas fotos são oriundos do serviço de dragagem que vem sendo realizado pelo governo do estado de Sergipe, em razão da necessidade de funcionamento da adutora que abastece com água o município de Aracaju.

A captura da água pela adutora, antes da feitura desta dragagem, estava comprometida diante do referido assoreamento. As imagens capturadas atestam as dunas de areias retiradas do leito do São Francisco.

Consequinte, os registros fotográficos abaixo correspondem, geograficamente, ao perímetro que circunda o município de Pão de Açúcar no estado de Alagoas e o povoado do Mato da Onça em Alagoas:

IMAGEM 02



(Perímetro percorrido de barco entre os municípios de Pão de Açúcar em Alagoas até o ponto vermelho na margem superior esquerda, representando o povoado de Mato da Onça em Alagoas, totalizando uma área aproxima de 33 km)



(FOTO 09 de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 5 de setembro de 2016 – Leito do Rio – Município de Pão de Açúcar/AL, o registro fotográfico

demonstra assoreamento do rio, sendo realizado na ocasião a medição da profundidade das águas no meio do rio São Francisco)



(FOTO 10 de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação - Visita realizada em 5 de setembro de 2016 – Leito do Rio – Município de Pão de Açúcar/AL, o registro fotográfico demonstra assoreamento do rio, sendo realizado na ocasião a medição da profundidade das águas no meio do rio São Francisco)



(FOTO 11 de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação -Visita realizada em 10 de outubro de 2016 – Leito do Rio – trecho do rio entre o município de Pão de Açúcar/AL e o Povoado Mato da Onça/AL, o registro fotográfico demonstra processo de eutrofização do rio).



(FOTO 12 de autoria do Pesquisador/Autor dessa dissertação -Visita realizada em 10 de outubro de 2016 – Leito do Rio – trecho do rio entre o município de Pão de Açúcar/AL e o Povoado Mato da Onça/AL, o registro fotográfico demonstra processo de eutrofização² do rio).

IMAGEM 03



Figura 54 presente no Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais Decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco (2013, p. 83). Retrata algumas das imagens catalogadas entre 1817 a 1820 pela expedição de

² Eutrofização é o resultado das inúmeras descargas de água contaminada, poluída, com alta concentração de Nitrogênio e Fósforo, é um processo acelerado de eutrofização cultural (ou seja, produzida pelas atividades humanas). Eutrofização acelera o aumento de matéria orgânica nos sistemas, produz concentrações indesejáveis de fitoplâncton (com predominância de Cianofíceas), e macrófitas aquáticas (geralmente *Eichornia crassipes* e *Pistia stratioides*) e promovem um aumento de doenças de veiculação hídrica. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/impactos%2C_recuperacao_e_conservacao_de_ecossistemas_aquaticos.html>. Acesso em 15 jun. 217.

Martius/Spix, demonstrando a exuberância das lagoas marginais presentes no rio São Francisco, sendo essas os locais onde os peixes se procriavam.

As duas figuras a seguir foram obtidas do Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais Decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco (2013), e demonstram parte das características do rio São Francisco até o ano de 1960, período anterior a construção do complexo hidrelétrico que vem destruindo o rio.

IMAGEM 04



Figura 53 - presente no Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais Decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco (2013, p. 82) demonstra o grande fluxo de embarcações no Baixo São Francisco, especificamente no município de Penedo, no período da invasão holandesa de 1630.



Figura 56 - presente no Relatório Técnico da Campanha de Avaliação das Mudanças Socioambientais Decorrentes da Regularização das Vazões no Baixo Rio São Francisco (2013, p. 85), demonstra as navegações realizadas no porto do município de Penedo em Alagoas entre 1940 e 1960, sendo possível, nessa época, o fluxo de embarcações de grande porte.

As fotos a seguir foram obtidas através de pesquisa documental nos autos do processo de n. 2002.85.00.002809-6, atualmente tombado com o número 2003.85.00.000420-5, em trâmite na 2ª vara federal da seção judiciária de Sergipe. As imagens demonstram a comunidade de pescadores do Povoado do Cabeço, destacando o símbolo do farol do Cabeço, construído pela Marinha em 1873 diante da ordem de D. Pedro II, imperador do Brasil na época.



As duas fotos acima foram obtidas da análise dos autos de n. 2002.85.00.002809-6, presente nas folhas de n. 2 da petição inicial. As imagens demonstram o Farol do Cabeço, instalado em 1870 por D. Pedro II. As supracitadas imagens correspondem ao período anterior ao funcionamento da hidrelétrica de Xingó e, por conseguinte, o período anterior à invasão das águas do mar que destruíram a comunidade de pescadores artesanais do Povoado do Cabeço em Sergipe.

As quatro fotos a seguir foram obtidas da análise dos autos de n. 2002.85.00.002809-6, presentes nas folhas de n. 4 e 5 da petição inicial e demonstram o processo de destruição da comunidade de pescadores artesanais do Povoado do Cabeço em Sergipe.

